

DE PATRONO A HERÓI:

Narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas

Bárbara Társia Duarte,
Curso de **Mestrado** em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Mario de Souza Chagas

UNIRIO/MAST - RJ, Março de 2021.

FOLHA DE APROVAÇÃO

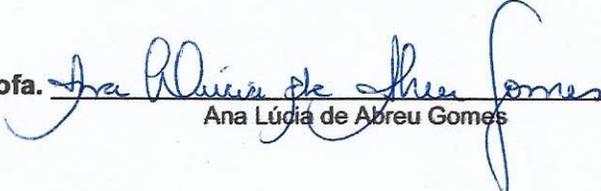
DE PATRONO A HERÓI:

Narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Prof. _____
Mario de Souza Chagas

Prof. _____
Ivan Coelho de Sá

Profa.  _____
Ana Lúcia de Abreu Gomes

Rio de Janeiro, março de 2021.

D812 Duarte, Bárbara Társia
De patrono a herói: narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas / Bárbara Társia Duarte. -- Rio de Janeiro, 2021. 176 f.

Orientador: Mario de Souza Chagas.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2021.

1. Museu Histórico Nacional. 2. Museu Imperial. 3. Getúlio Vargas. 4. Coleção Getúlio Vargas. 5. Museu e Poder. I. Chagas, Mario de Souza, orient. II. Título.

Em memória de um amigo querido que o curso de História me trouxe e a vida levou muito antes do que deveria. Obrigada Hebert, pelas filosóficas conversas de bar.

Ao meu marido. Encontrei em você todas as razões para acreditar que o amor pode ser para toda a vida.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu núcleo de apoio, às pessoas que me incentivaram e estiveram comigo em todos os momentos: a minha família. Obrigada mamãe por essa conquista, pois foi você que me alimentou com sonhos e esperanças, que insistiu no meu progresso, que dedicou a vida à mim. Foi você quem me deu forças quando eu escolhi estudar História, foi quem me deu meu primeiro livro da área, ainda no Ensino Médio, e que, inclusive, foi utilizado para compor esta dissertação. Obrigada ainda por me acolher enquanto eu escrevia esse texto e por me providir de deliciosos lanchinhos mineiros.

Agradeço ao meu marido, Carlos, por ter ficado ao meu lado em todos os momentos da pesquisa, me auxiliando na escavação de fontes, me acompanhado nos eventos, e me incentivando a crescer. Obrigada por segurar a onda, por me apoiar nas decisões malucas que eu tomei e por sempre saber quando me levar para espairar. Sem você seria impossível ter chegado onde cheguei. Então obrigada por me mostrar o mundo, por me levar ao Rio e me apresentar à sua faculdade de origem. Obrigada por acompanhar meus pensamentos embaralhados e por dar luz às questões que pareciam insolucionáveis. Obrigada por ser meu parceiro, por me cobrir de afeto quando mais precisei e, principalmente, por ter corrigido as minhas referências (um dia eu aprendo)!

Gostaria ainda de agradecer aos meus amigos, pelos sorrisos no rosto e completo entusiasmo pela minha pesquisa, em especial à Mari e a Ruiva. Obrigada meninas por todo o carinho e compreensão que recebi na escrita da dissertação, nossas conversas me trouxeram sanidade em momentos de quarentena!

Preciso agradecer também aos meus sogros por todo o apoio que foi me destinado no momento turbulento de mudança de estado. Obrigada por me acolherem em sua cidade e fazerem com que eu me sentisse em casa.

Agradeço aos funcionários do Museu Histórico Nacional, que foram extremamente prestativos na busca pelos documentos que necessitava. Prestes a desistir de tentar encontrar o inventário com os itens que compunham a Sala Getúlio Vargas, fui surpreendida pelas funcionárias do arquivo histórico da instituição que conseguiram resgatar essa informação, então, à elas o meu profundo obrigado.

Aos funcionários do Museu da República agradeço enormemente a ajuda que me foi prestada para encontrar os vestígios e rastros da transferência da Coleção Getúlio Vargas do MHN.

Obrigada ainda aos funcionários do Museu Imperial, que, mesmo não tendo podido pesquisar pessoalmente com o fechamento da instituição, me atenderam e tentaram me guiar entre a documentação que eu precisava.

Agradeço aos meus professores da Unirio por expandirem a minha mente e os meus conhecimentos, por me acolherem na cidade e no Programa de Pós-Graduação. Agradeço especialmente àqueles que tive o prazer de conviver em sala de aula: professora Helena Uzeda, professor Ivan de Sá, professora Tereza Scheiner, professora Diana Farjalla, professora Lena Vânia, professora Maria Amélia, e professor Marcus Granato. Não poderia de forma alguma deixar de agradecer à Alexandra Durão, por sempre sanar as minhas dúvidas e por resolver todos os meus problemas!

Agradeço à banca pela disponibilidade e interesse em participar na construção da minha dissertação. A verdade é que eu não poderia estar mais feliz em ter os professores Ivan de Sá e Ana de Abreu na minha banca, tanto pela minha admiração a esses pesquisadores incríveis, quanto pelo meu carinho por eles em nossas relações dentro das universidades.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Mario Chagas, por fazer eu me sentir bem-vinda, me acolher nas suas aulas e dedicar o seu tempo e as suas ideias na construção da escrita dessa dissertação. Obrigada pela parceria frutífera e por me guiar nessa caminhada!

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?*

*Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?*

*E agora, José?
Sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,*

*seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio — e agora?*

*Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?*

*Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!*

*Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?*

Carlos Drummond de Andrade, 1942.

RESUMO

DUARTE, Bárbara Társia. **De patrono a herói**: narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008. 189p. Orientador: Mario de Souza Chagas.

Este trabalho tem como objetivo analisar a interação entre Getúlio Vargas e os museus Histórico Nacional e Imperial durante a Era Vargas (1930-1945) e compreender como o presidente se apropriou do poder simbólico das instituições para a consolidação de sua imagem. Para tanto, a pesquisa buscará entender o contexto histórico da época, perceber o destaque dado à área da cultura no governo, visibilizar a importância das instituições na sociedade, conhecer as narrativas utilizadas pelo Museu Histórico Nacional e pelo Museu Imperial à época, e analisar o paradigma patrono-herói de Getúlio Vargas. A metodologia adotada foi a recuperação de informações nos Relatórios, Anais e Anuários dos museus, e das matérias de jornais e revistas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além disso, foram importantes a utilização dos diários de Vargas, das publicações da Revista Cultura Política, editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e de referenciais teóricos como: Lília Schwarcz e Heloisa Starling; Boris Fausto; Lira Neto; Angela de Castro Gomes; Alzira Vargas; Alcindo Sodrê; Gustavo Barroso; Lúcia Lippi Oliveira; Márcia Chuva; Pierre Nora; Michel Foucault; Regina Abreu; Mario Chagas; Myrian Sepúlveda dos Santos; Sergio Miceli; Benedict Anderson, entre outros. A pesquisa se caracterizou como descritiva, adotando abordagem qualitativa e utilizando técnicas histórico-documentais de coleta de dados. Para a sua realização foi primordial o entendimento do ideal nacionalista de Vargas e de todo o contexto histórico no qual se insere, compreendendo o papel dos dois museus na fabricação e disseminação da propaganda varguista. A dissertação observou o apoio destinado pelo presidente às instituições, como a criação - no caso do Museu Imperial -, a atribuição de responsabilidades - no caso do Museu Histórico Nacional -, a destinação de recursos humanos e financeiros, as visitas, e as doações realizadas pessoalmente. Conclui que as relações entre Getúlio Vargas e as instituições foram marcadas pelo forte patrocínio pessoal do estadista, demonstrando que a sua presença no Museu Histórico Nacional e no Museu Imperial não foi desprovida de interesses, mas representou a mobilização do patrimônio cultural em prol das ideologias de seu governo, eternizando na memória uma imagem específica de si mesmo e do seu regime.

Palavras-chave: Coleção Getúlio Vargas. Getúlio Vargas. Museu e Poder. Museu Histórico Nacional. Museu Imperial.

ABSTRACT

DUARTE, Bárbara Társia. **De patrono a herói**: narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas. 2021. Dissertation (Master's) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011. 189p. Supervisor: Mario de Souza Chagas.

This work aims to analyze the interaction between Getúlio Vargas and the Histórico Nacional and Imperial museums during the Vargas Era (1930-1945) and understand how the president appropriated the symbolic power of the institutions to consolidate his image. To this end, the research will seek to understand the historical context of the time, interpret the emphasis given to the area of culture in the government, make visible the importance of institutions in society, know the narratives used by the Museu Histórico Nacional and the Museu Imperial at the time, and analyze the patron-hero paradigm of Getúlio Vargas. The methodology adopted was the retrieval of information in the reports, annals and annuals of museums, and of newspaper and magazine articles in the Digital Library of the Biblioteca Nacional. In addition, the use of Vargas's diaries, the publications of the Cultura Política, edited by the Press and Propaganda Department, and theoretical references such as: Lilia Schwarcz e Heloisa Starling; Boris Fausto; Lira Neto; Angela de Castro Gomes; Alzira Vargas; Alcindo Sodr ; Gustavo Barroso; Lúcia Lippi Oliveira; Márcia Chuva; Pierre Nora; Michel Foucault; Regina Abreu; Mario Chagas; Myrian Sepúlveda dos Santos; Sergio Miceli; Daryle Williams; Adolpho Dumans; Benedict Anderson, among others. The research was characterized as descriptive, adopting a qualitative approach and using historical-documentary data collection techniques. For its realization, was essential the understanding of Vargas' nationalist ideal and the entire historical context in which it is inserted, understanding the role of the two museums in the produce and dissemination of Vargas' advertising. The dissertation noted the support given by the president to the institutions, such as the creation - in the case of the Museu Imperial -, the allocation of responsibilities - in the case of the Museu Histórico Nacional -, the destination of human and financial resources, visits, and donations made in person. It concludes that the relations between Getúlio Vargas and the institutions were marked by the strong personal patronage of the statesman, demonstrating that his presence at the Museu Histórico Nacional and at the Museu Imperial was not without interests, but represented the mobilization of cultural heritage in favor of the ideologies of his government, eternalizing in memory a specific image of himself and his regime.

Key-words: Getúlio Vargas Collection. Getúlio Vargas. Museum and Power. Museu Histórico Nacional. Museu Imperial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge sobre Vargas e a Constituição de 1934	29
Figura 2 – O presidente visita o Museu Histórico Nacional pela primeira vez	75
Figura 3 – O presidente visita o Museu Histórico Nacional em 1945	77
Figura 4 – Busto de bronze do presidente na Sala Getúlio Vargas	77
Figura 5 – Sala Getúlio Vargas	78
Figura 6 – Getúlio Vargas corta a fita de inauguração do Museu Imperial	88
Figura 7 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do General Góes Monteiro, em 1941	89
Figura 8 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial em fevereiro de 1944	89
Figura 9 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do Vice-Presidente Café Filho, em março de 1952	90
Figura 10 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do Governador do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, em fevereiro de 1954	90
Figura 11 – Medalha comemorativa do centenário do IHGB	92
Figura 12 – Taça de cristal	93
Figura 13 – Menu servido a D. Pedro II, em 1881, e a Getúlio Vargas, em 1939	94
Figura 14 – Getúlio Vargas no banquete oferecido pelo Ginásio Leopoldinense	95
Figura 15 – Pedra que causou o acidente de Getúlio Vargas na travessia Rio-Petrópolis	96
Figura 16 – Cartão Postal fotográfico da estrada Rio-Petrópolis	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Busca por palavras-chave nos números da Revista Cultura Política (1941-1945)	50
Quadro 2 – Tombamentos realizados entre 1938 e 1946	56
Quadro 3 – Museus criados de 1930 a 1945	60
Quadro 4 – Relação da quantidade de doações de Getúlio Vargas por ano	68

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

Bergs – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

CNC – Conselho Nacional do Café

CNE – Conselho Nacional de Estatística

CNG – Conselho Nacional de Geografia

Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNC – Departamento Nacional do Café

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

DOP – Departamento Oficial de Publicidade

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FUG – Frente Única Gaúcha

FUP – Frente Única Paulista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IMN – Inspeção de Monumentos Nacionais

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAST – Museu de Astronomia e Ciência Afins

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública

MHN – Museu Histórico Nacional

MI – Museu Imperial

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes

MR – Museu da República

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PD – Partido Democrático

PL – Partido Libertador

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Span – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UDB – União Democrática Brasileira

UnB – Universidade de Brasília

Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Varig – Viação aérea riograndense

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 DA FAZENDA TRIUNFO PARA O CATETE	9
Cap. 2 CULTURA E NACIONALISMO NO GOVERNO VARGAS	35
2.1 – Os intelectuais na Era Vargas	41
2.2 – O Departamento de Imprensa e Propaganda e a Revista Cultura Política	45
2.3 – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	53
Cap. 3 A CONSTRUÇÃO DE UM MITO: MUSEUS NA ERA VARGAS	59
3.1 – O Museu Histórico Nacional	62
3.2 – O Museu Imperial	80
3.3 – Patrono e herói: o poder dos lugares de memória	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	124
ANEXO A – Mapa das galerias do Museu Histórico Nacional	125
ANEXO B – Cronologia da vida de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2017)	126
ANEXO C – Doações do Senhor Presidente Getúlio Vargas	136
ANEXO D – Relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional 1930-1940	162
ANEXO E – Biografias	166

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

As áreas da Memória e do Patrimônio sempre foi motivo de inspiração para mim. Enquanto aluna de História, me dedicava à leitura dos clássicos: Foucault, Nora, Bourdieu, Halbwachs, Ricoeur, Benjamin, Pomian, entre outros. Mas foi em uma aula, na disciplina de Museologia, Memória e Patrimônio, no Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB), ministrada pela professora Ana Lúcia de Abreu Gomes, que me apaixonei definitivamente por esses temas.

Foi, inclusive, por meio dessa professora que surgiu o tema dessa dissertação de mestrado. Em uma das suas maravilhosas aulas ela sugeriu o estudo dos museus na Era Vargas, no intuito de compreender o papel destas instituições na legitimação do governo. Eu, sempre muito atenta às suas falas, logo peguei um pequeno caderno que sempre tinha à mão e escrevi com um pouco de pressa para não perder o fio da meada: “a criação dos museus na Era Vargas e sua função ideológica”. Até o fim do semestre aquele caderno estaria com várias páginas preenchidas de ideias levantadas em sala de aula para pesquisas e projetos.

Um ano depois, me encontrava na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), e, aguardando para ser aceita no programa de mobilidade do curso de Museologia, decidi escrever o meu projeto de mestrado para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/Unirio-MAST), quando a dúvida surgiu: sobre o que pesquisar?

Estava certa de que iria prosseguir na linha de museus, história e memória, pois os estudos de Memória e Patrimônio haviam tomado o meu coração. Por isso, lembrando da existência do meu fatídico caderninho, bati os olhos sobre o tema apresentado pela minha professora alguns meses antes e soube no mesmo momento que era aquilo que eu queria estudar. Dava-se o recorte: “De Patrono a Herói: narrativas do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial na Era Vargas (1930-1945)”, ficou denominado o título da minha dissertação.

Mesmo sendo uma conjuntura histórica enormemente estudada pelos pesquisadores, não encontrei uma pesquisa consistente sobre a política cultural de Vargas nos museus, ou de sua aproximação pessoal com as instituições que delimitarei. O objetivo era, principalmente, compreender as relações do estadista com os museus em seu governo, uma análise distinta das muitas outras que achei sobre esse período, que se focavam, principalmente, nos diretores do Museu Histórico Nacional e Museu Imperial, nas instituições em si, ou nas coleções de particulares das elites sociais.

Por isso, a curiosidade em descobrir quais foram as “políticas de museus” que Getúlio Vargas adotou durante o seu mandato e qual o interesse dele em adotar tais medidas fez surgir esse estudo mais aprofundado das intervenções do presidente-ditador em ambos os museus. A pesquisa foi auxiliada pelos inúmeros estudos sobre a cultura na Era Vargas, as biografias de Gustavo Barroso e Alcindo Sodr e, bem como a literatura sobre a memória, os intelectuais e seu papel no Estado, e o poder dos museus em fabricar imortais.

Deste modo, procurou-se compreender o período de 1930 a 1945 com novos olhares, a partir de uma troca simbólica que acarretou a consolida o política dos dois lados: de Vargas e dos museus. Suas visitas, às interven es que realizou a favor das aquisi es de acervo, e as doa es pessoais dele serão analisadas para o entendimento da constru o da história institucional e da memória nacional.

O governo que se desenvolveu sob o comando de Getúlio Vargas foi marcado por mudanças políticas, econ micas e sociais. Seu projeto político sofreu grandes transforma es ao longo dos anos, devido às varia es de seu governo que se converteu de provisório para constitucional, depois para ditatorial e, por fim, após uma pequena pausa, democrático. Mesmo com a mudança de inúmeras plataformas, Vargas manteve, em todos os períodos de seu governo, um interesse profundo pela questão cultural e pelo patrimônio nacional.

Não obstante, o seu mandato abarcou uma série de decisões que envolviam a cria o da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), que foi logo extinta com a cria o do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e do Museu Imperial (MI). Além,   claro, de diversos tombamentos como o do Palácio do Catete (que depois da morte de Vargas seria transformado em Museu da República e teria como expoente máximo a sua memória).

O estadista implantou no Brasil um projeto nacionalista, voltado para a cria o de indústrias estatais, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econ mico, da consolida o de leis trabalhistas e da defesa de um Estado mais centralizador. Apostou na legitima o da cultura popular, que também ganhou o mundo com o samba e Carmen Miranda, além da cria o de órgãos públicos regulamentadores, como o Ministério da Educa o e Saúde Pública (MES), que teve seu auge na dire o de Gustavo Capanema, do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da censura e da propaganda durante o Estado Novo.

Com urgência para legitimar sua posição, Vargas propagou, através do DIP, uma imagem específica de si mesmo, pai dos pobres e populista, um presidente bondoso e carismático. Mas, terá sido o DIP o único meio que o estadista utilizou para positivar sua imagem? Deste modo, a proposta dessa dissertação é compreender as narrativas que foram construídas nos museus entre 1930 e 1945, em específico, no Museu Histórico Nacional e no Museu Imperial, e como estas foram utilizadas para consolidação do governo e da imagem pública de Vargas.

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa, mas logo se apresentou como veículo interessante para imortalizar a memória varguista. A criação de um museu histórico no Brasil¹ já vinha sendo pleiteada por Gustavo Barroso, que veio a comandar o novo museu. Assim, o MHN nasceu em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, com um projeto que procurou definir uma nova nação brasileira, muito parecido com o que Vargas buscava estabelecer em seu governo.

A instituição que Barroso criava à época atendia muito bem as necessidades do Governo Vargas na consolidação de um mandato forte e duradouro, parecido com o daqueles cujos retratos enfeitavam até o teto as paredes das salas do novo museu. Não foi à toa que em 1930, quando da entrada de Getúlio Vargas no cenário político, a situação do MHN mudou, antes sofrendo com escassa verba, agora prosperava com um crescente interesse do presidente na instituição.

O estadista se tornou, assim, grande patrono e protetor do Museu Histórico Nacional, em um discurso que ajudou a ambos na legitimação do poder. Deste modo, a figura de Getúlio Vargas se consolidou enquanto herói e patrono: como doador e protetor do MHN ele é o patrono, como personalidade imortalizada nas paredes do museu ele é o herói.

Essa dinâmica também se reflete no Museu Imperial, mesmo que de maneira diferenciada. Criado em 1940, por Vargas, tendo Alcindo Sodr , como seu idealizador e primeiro diretor, o MI teve origem no antigo Museu Histórico de Petrópolis e ocupa até hoje o local onde antigamente era o Palácio de Verão do Imperador Pedro II. A interven o de Getúlio Vargas foi determinante não são para o ato de cria o do Museu Imperial, como para a restaura o do prédio e sua manuten o como museu.

Vargas também foi um grande patrono do MI, tendo facilitado a transferência de peças de outras institui es, como do Palácio do Itamaraty e do Museu Histórico Nacional,

¹   importante ressaltar que o Arquivo Nacional já possuía um museu histórico, desde 1893, criado pelo decreto n  1.580, ainda que ele tenha se firmado mais como prote o   posse das cole es que já existiam ali. Cabe também esclarecer que desde a funda o do IHGB, em 1839, j  se previa a existência de um museu dentro da institui o, mas a sua cria o só ocorreu em 1851. Houve, ainda, um projeto de lei em 1918 com uma proposta de constituir um museu no interior do IHGB denominado Museu Histórico Nacional, que teria um maior acervo e necessitaria de um prédio próprio (GOMES; LOPES, 2020).

para o Museu Imperial. O Estado Novo foi marcado por uma forte centralização e autoritarismo do governo, que utilizou diversos veículos para consolidar uma imagem positiva perante a sociedade. Não é por acaso o forte interesse do presidente no MHN ou na criação de um Museu Imperial.

O que o governo estadonovista queria recordar com a criação do MI, em um momento tão frágil de sua política ditatorial, era dos grandes feitos de Pedro II, como um estadista brasileiro ilustrado, garantidor da ordem, bondoso, que governava com pulso forte. Em uma narrativa romântica de heroísmo e tradição, Vargas apresenta uma história atrelada ao imperador que muito se aparenta com o quadro que propagava de seu próprio governo. Como patrono do Museu Imperial, Vargas apoiou a instituição na aquisição do acervo, nomeando uma comissão que se encarregou de identificar os objetos da família real, que haviam se perdido após o exílio, e de adquiri-los para as exposições do museu.

Sob este prisma, Vargas traz novamente à questão o paradigma patrono-herói, onde ele torna-se patrono do MI para ressignificar a imagem do império em prol de seu próprio mandato e, ao mesmo tempo, é feito de herói, pela imortalização de sua memória enquanto grande patrono e criador do museu.

Getúlio Vargas abriu espaço para uma política cultural voltada para a positivação de seu governo e eternização de sua imagem, baseada, principalmente, no culto ao passado. Assim, levando em consideração a capacidade dos museus de criarem narrativas cativantes, essa pesquisa procurou estudar qual o papel dessas duas instituições museológicas na propaganda varguista.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a interação entre Vargas e os museus Histórico Nacional e Imperial durante a Era Vargas (1930-1945) e compreender como o presidente se apropriou do poder simbólico das instituições para consolidação de sua imagem. Faz-se necessário antes abarcar alguns objetivos específicos que irão permear o trabalho, tais como: entender o contexto histórico à época; perceber o destaque dado à área da cultura no governo Vargas; visibilizar as narrativas dos museus aqui estudados; conhecer a importância das instituições na sociedade; e analisar o paradigma patrono-herói de Getúlio Vargas.

Deste modo, as perguntas que se fizeram pertinentes à elaboração dessa dissertação foram: Qual foi a narrativa elaborada pelo Museu Histórico Nacional depois de 1930? E a narrativa do Museu Imperial desde a sua criação até o fim do Estado Novo? Qual foi a interação de Getúlio Vargas com o MHN e com o MI? Qual era a importância de ambos os museus para a sociedade à época? Por fim, a pergunta-chave que se faz é: qual o uso que Vargas faz da capacidade simbólica dos museus para reafirmar o seu papel como líder

político e perpetuar a sua imagem de homem público carismático que “saiu da vida para entrar na história”?

É a partir destas questões que o tema será desenvolvido, tendo como foco a importância de ambos os museus na construção do imaginário varguista. Para tanto, será crucial o entendimento do ideal nacionalista de Vargas e de todo o contexto histórico o qual se insere. Serão caros para a estruturação desse projeto autores que descrevem o período Vargas, como: Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), Boris Fausto (2012, 2017), Lira Neto (2012), Angela de Castro Gomes (2017, 2019), Mary Del Priori e Renato Venâncio (2016) e Alzira Vargas (2017). Assim como, as reflexões de Regina Abreu (1996), Mario Chagas (2009, 2015), Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), Lúcia Lippi Oliveira (2015), Alcindo Sodr  (1950), Daryle Williams (1997) e Adolpho Dumans (1942) na compreensão dos museus serão importantes na visão desse trabalho. Por fim, as leituras de Sergio Miceli (2001), Michel Foucault (1997), Pierre Nora (1990), Benedict Anderson (2017), Márcia Chuva (2017) irão contribuir ainda mais para o entendimento das sociedades de poder, dos discursos, do papel do Estado e dos lugares de memória.

Ainda, serão preciosos: a utiliza o dos Diários de Getúlio Vargas, para explorar o ponto de vista do próprio estadista, os jornais da época, trazendo um panorama da circula o de propaganda política, e os sites do MHN e do MI, para recupera o de seus Anais, Anuários e Relatórios, da entrada de acervo e da cataloga o dos objetos. A pesquisa foi viabilizada pela disponibilidade de informa o no meio digital, como a Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, o Acervo Digital do Museu Imperial, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e a Biblioteca Digital de Teses e Disserta o.

Também foi utilizada a pesquisa *in loco* no Museu Histórico Nacional e no Museu da República, a fim de recuperar o inventário da Cole o Getúlio Vargas, dos documentos de transferência dessa cole o para o Museu da República e dos dados sobre o Anuário do museu. Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa caracterizou-se como descritiva e teve como objetivo central o agrupamento de dados e informa o sobre os referidos museus, adotando abordagem qualitativa e utilizando técnicas histórico-documentais de coleta de dados. O estudo valeu-se de registros encontrados em anais, relatórios e arquivos históricos, buscando compreender a intera o entre Getúlio Vargas, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial.

A organiza o da disserta o se deu a partir de tr s capítulos, sendo eles responsáveis pela biografia do estadista, contextualiza o política e cultural da Era Vargas, e pela discussão dos objetos em questão, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial.

O primeiro capítulo denominado “Da Fazenda Triunfo para o Catete”, objetivou trabalhar com a trajetória histórica de Vargas, traçando suas raízes maternas e paternas, a sua infância e adolescência, carreira militar, faculdade de Direito, sua estreia na política local e federal que desembocaram na conhecida “Revolução de 1930”. Traçou as bases da política varguista de 1930 a 1945, ressaltando o caráter econômico, social e ideológico. O capítulo visou constituir uma narrativa biográfica a partir de relatos de parentes de Vargas e de autores reconhecidos como Boris Fausto, Lira Neto, Angela de Castro Gomes, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, bem como Mary del Priore e Renato Venâncio para compreensão da formação política e ideológica do personagem e as fases de seu governo.

O segundo capítulo intitulado "Cultura e nacionalismo no governo Vargas" pretendeu discutir as ações voltadas à área da cultura, traçando um panorama das políticas nacionalistas e centralizadoras da Era Vargas, principalmente durante o regime ditatorial do Estado Novo. Esse capítulo foi dividido em subcapítulos dando enfoque a algumas instituições que agiram em prol das ideologias estadonovista. O primeiro, denominado "Os intelectuais na Era Vargas" buscou visibilizar o significativo papel da elite letrada na construção das políticas culturais e na fabricação do nacionalismo brasileiro. O segundo, "O Departamento de Imprensa e Propaganda e a Revista Cultura Política", trabalhou a atribuição do DIP na centralização de poder, principalmente do ponto de vista ideológico, levando a legitimação e a positivação da imagem de Vargas, principalmente por meio de sua publicação, a Revista Cultura Política. Nela, os museus aparecem em destaque enquanto objetos de estudo dos intelectuais e como importantes instituições inseridas na administração cultural de Vargas. O terceiro, "O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", apresenta os esforços do governo para a criação de um órgão federal, de âmbito nacional, para salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro, ratificando a preocupação de Vargas com os símbolos definidores do imaginário social.

O terceiro capítulo intitulado “A construção de um mito: museus na Era Vargas” pretendeu discutir o enfoque dado pelo Estado aos museus, principalmente por meio do crescimento do número de instituições museológicas criadas entre 1930 e 1945. Essa contextualização faz-se necessária para adentrar os dois primeiros subcapítulos: “O Museu Histórico Nacional” e “O Museu Imperial”, os objetos de estudo deste trabalho. Neles, serão desenvolvidos a análise das aproximações entre Vargas e as instituições, a partir de seus anais, relatórios, anuários, documentos históricos, websites, reportagens de jornais e revistas. Foi importante aqui a compreensão dos museus, desde a sua criação até o fim do Estado Novo, evidenciando a preocupação pessoal do presidente em alimentar e fomentar as instituições, a partir da criação - no caso do MI -, de atribuição de responsabilidades - no caso do MHN com a Inspeção e o Curso de Museus -, da designação de verbas, da

contratação de pessoal, das visitas, da propaganda efetuada pelo DIP, e, principalmente, das doações realizadas. A análise dessas doações, e dos itens que fazem referência a Vargas e que compõem o acervo das instituições, será essencial para o entendimento do caráter desses objetos e do poder simbólico atribuído a eles. O terceiro subcapítulo, intitulado "Patrono e Herói: o poder dos lugares de memória" busca pensar os museus enquanto instrumentos legitimadores de memórias e histórias, criadores de nacionalismos e identidades, e trabalhar os conceitos voltados à memória e ao papel das instituições museológicas na construção do imaginário social brasileiro e, em especial, na fabricação da imortalidade de Getúlio Vargas, enquanto patrono e herói dos museus.

Aqui cabe esclarecer que as biografias dos personagens mais significativos para a compreensão da pesquisa estão citadas ao final da dissertação, no Anexo E, tendo em vista a sua grande quantidade. Deste modo, optei por retirá-las das notas de rodapé e montar um quadro ao final do trabalho. Ainda, não foi possível descrever alguns personagens, devido à ausência de informações biográficas. Optei, também, por não atualizar os vocábulos utilizados nas citações, buscando manter a sua grafia original.

Por fim, cabe ressaltar que a realização da pesquisa perpassou por um momento significativo na história do país, a pandemia de covid-19. Por isso, não foi possível a recuperação de documentos *in loco* no Museu Imperial, já que as instituições foram fechadas em março de 2020. Outro esclarecimento que se faz necessário é quanto às fontes bibliográficas para o referencial teórico, tendo sido escolhidas, sobretudo, pela disponibilidade online ou de compra, tendo em vista que as bibliotecas também encontraram-se fechadas durante todo o ano de 2020.

A ausência de uma busca feita pessoalmente nas instituições resultou em algumas lacunas ao trabalho, mas, como diria o meu sábio marido, o professor Carlos Henrique Juvêncio, em toda pesquisa há lacunas e delas surgem estudos posteriores sobre o tema.

CAPÍTULO 1

DA FAZENDA TRIUNFO PARA O CATETE

1 – DA FAZENDA TRIUNFO PARA O CATETE

Nascido em 1882², no interior de São Borja, cidade localizada a seiscentos quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas cresceu na estância dos pais ouvindo histórias sobre as batalhas da Guerra do Paraguai. Filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles, desde pequeno teve familiaridade com a guerra e com a política, já que sua família se destacava pela participação na vida pública. Seu avô, Evaristo José Vargas, foi um carreteiro que lutou como voluntário da República de Piratini – um Estado-Nação reconhecido somente pelo Uruguai e proclamado em 1836, durante a Revolução Farroupilha³, que abrangia a região do Rio Grande do Sul e responsável pelo mito fundante do "gauchismo".

Evaristo teve quatorze filhos com Luísa Maria Teresa Vargas, entre eles Manuel Vargas, que seguiu os passos de seu pai. Nascido em Passo Fundo, aos vinte anos se alistou no exército para lutar junto às tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, deixando a loja de secos e molhados na qual trabalhava.

Desse modo, Getúlio cresceu extasiado com as histórias das batalhas vivenciadas pelo pai. Na fazenda, brincava montando seu próprio exército em miniatura com os ossos dos bois que eram abatidos. Também gostava das batalhas de pipas, onde as empinava na rua e cortava a linha do adversário com cerol, além de construir armadilhas para capturar animais silvestres (JORGE, 1985).

Getúlio ainda teve que aprender algumas tarefas como filho de estancieiro: a montar a cavalo, a atirar o laço, a marcar o gado com o ferro em brasa e a carnear um boi. Quando precisava de refúgio, ele o encontrava no colo da mãe. Quando os filhos realizavam suas travessuras, era Cândida Dornelles Vargas, conhecida como dona Candoca, quem dialogava e abrandava os castigos deferidos pelo marido.

Dona Candoca era descrita como uma mulher de gênio forte. Ela e Manuel Vargas se conheceram no início da Guerra do Paraguai, quando a tropa dele se acomodou na Fazenda Santos Reis, do major de milícias Serafim Dornelles, um próspero comerciante e um dos mais ricos estancieiros da região. Após o fim da guerra e o seu desligamento do exército, Manuel retornou à fazenda para uma visita ao major, informando-o que havia

² Segundo Lira Neto (2012, p. 64), Vargas rasurou a própria certidão de nascimento, de 1882 para 1883, diminuindo um ano de sua idade, a fim de se adequar às exigências para ingresso na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. "Dali por diante, até o fim da vida, adotaria a nova data como a oficial, perpetuando a imprecisão, o que viria a confundir mesmo os mais conscienciosos historiadores e biógrafos".

³ A Guerra dos Farrapos (1835-1845) foi a revolta brasileira mais longa da história e teve como principais líderes os estancieiros insatisfeitos com os altos impostos sobre o charque e o couro, que faziam com que os produtos estrangeiros fossem mais baratos do que os nacionais.

economizado parte do soldo, começou a negociar erva mate e comprou cabeças de gado, dando início a um bom patrimônio. Pediu então a mão de sua filha em casamento, obtendo o consentimento para a união (LIRA NETO, 2012).

Casaram-se em 1872 e se fixaram na Fazenda Triunfo, a primeira das propriedades adquiridas por Manuel. Os filhos surgiram pouco tempo depois: a única menina, Jovita, não resistiu e morreu ainda bebê. O mais velho, Viriato, nasceu em 1874, o segundo foi Protásio, de 1876, e o terceiro, Getúlio, nasceu seis anos depois. Quando este já tinha dois anos de idade, a família ganhou o quarto filho, Espártaco, e, alguns anos depois, o quinto e último, Benjamin, em 1897.

O casamento de Manuel e dona Candoca introduziu no seio familiar o choque entre liberais e republicanos. Antimonarquista declarado, Manuel Vargas era a favor do abolicionismo, tendo concedido a alforria a todos os escravos da estância antes mesmo da decretação da Lei Áurea. Em 1889, foi a favor da instauração da república, e apoiou o nome do chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)⁴, Júlio Prates de Castilhos, para o governo do Rio Grande do Sul, ao contrário dos irmãos de Candoca que permaneceram fiéis a Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal (LIRA NETO, 2012).

Esse contexto histórico é importante para compreendermos a realidade na qual estava inserido o pequeno Getúlio Vargas. Em um depoimento, Viriato conta que, em São Borja, as crianças se reuniam para copiar os atos dos pais. Sobre o irmão ele descreve:

[...] Contava dez anos quando estalou a Revolução de 93⁵. Deram-se então as verdadeiras batalhas políticas entre as crianças de São Borja e ele era sempre o comandante dos republicanos. Os combates eram travados a pau, pedra e faca, degenerando em ferimentos para ambos os lados. Getúlio já demonstrava mentalidade de comando e organizava os seus garotos à maneira militar, em linhas de combate, no que era imitado pelos contendores. De uma feita, para assegurar a vitória, pôs-se a cavalo à frente dos seus comandados e infligiu tremendamente a derrota dos adversários, assaltados à pata e cassetete. Os combates verificaram-se várias vezes, até que nosso pai teve conhecimento. Chamou-o e acabou com tudo, declarando que não queria mais a repetição das pugnas. E licenciou o exército de Getúlio [...] (VARGAS, 1943).

⁴ O Partido Republicano Rio-Grandense foi criado em 1882 como alternativa ao Partido Liberal e ao sistema político-partidário imperial. Seus membros foram fortemente influenciados pelo pensamento de Augusto Comte (FAUSTO, 2017).

⁵ A Revolução Federalista foi uma guerra civil que ocorreu entre 1893 e 1895 [...]. Almejando a deposição de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul na época, os maragatos, liderados por Gaspar da Silveira Martins e Gumercindo Saraiva, lutaram contra os Republicanos (também chamados de pica-paus, chimangos, castilhistas ou legalistas), que apoiavam o governo. A Revolução Federalista foi um dos conflitos mais violentos ocorridos no sul do país, sendo que os combatentes lutavam entre si sem misericórdia. Era famoso, por exemplo, o ato conhecido como "degola", onde se cortava a garganta dos prisioneiros de guerra com o objetivo de vingar-se e de aterrorizar o inimigo. Essa prática foi usada pelos dois lados dos combates. Estima-se que cerca de mil homens, dos dez mil mortos do conflito, morreram dessa forma. A guerra terminou com a vitória dos Republicanos, que derrotaram os Federalistas no combate do Campo de Osório, marcando a permanência definitiva de Júlio de Castilhos no governo rio-grandense (SCIENZA, [201-]).

Ver o pai e os tios em lados opostos da Revolução Federalista pode ter despertado em Vargas sua tendência à conciliação, marca que ele desenvolveu ao longo da vida e que deu destaque a seu talento político. Fato é que sua família sempre esteve nas manchetes e linhas dos jornais, de ambos os partidos políticos, ou nas conversas que eram ouvidas à boca miúda.

Um dos casos que afetou a vida dos Vargas foi o assassinato ocorrido em Ouro Preto, quando Getúlio era ainda adolescente. Como não havia escolas secundárias em São Borja, Manuel e dona Candoca decidiram enviar o filho do meio para estudar no famoso Ginásio Mineiro. A cidade, que à época era a capital de Minas Gerais, rivalizava com outras pela quantidade e qualidade das escolas, fazendo com que pessoas de todos os estados enviassem seus filhos para estudarem ali. A decisão também foi influenciada pelo fato de que os dois filhos mais velhos já moravam em Ouro Preto. Viriato cursava a concorrida Escola de Farmácia, enquanto Protásio se preparava para ingressar na renomada Escola de Minas, encarregada de formar a nova elite dos engenheiros (FAUSTO, 2017).

A jornada era exaustiva, mas importante para a família, que desejava ver seus filhos devidamente instruídos. Carrazzoni (1939) escreve que Getúlio Vargas se destacava dos outros alunos aos olhos dos professores de São Borja, pois estava sempre carregando um livro, era muito calado e observador.

O crime cometido na rua São José, em Ouro Preto, foi o responsável pelo retorno imediato de Vargas ao Rio Grande do Sul. O assassinato do estudante paulista da Faculdade de Direito, Carlos Almeida Prado, foi cometido por um grupo formado pelos dois irmãos mais velhos e outros três amigos, causando grande comoção na cidade. O acirramento dos ânimos, segundo Lira Neto (2012), teria acontecido depois de uma discussão em um bar, entre o paulista e Viriato, dois dias antes.

Os colegas enfrentaram os quatro inimigos que vinham caminhando em sua direção. Armados, teria sido iniciado um tiroteio onde as testemunhas apontaram Viriato como o principiante. Após os disparos, os jovens correram para lados opostos e foram perseguidos pela polícia local. Dois dos amigos que estavam no confronto foram detidos pela polícia local, assim como Protásio que estava tentando escapar da cidade, para depois serem inocentados devido à falta de provas que os conectassem aos disparos efetuados. Viriato, o principal suspeito, nunca foi encontrado pela polícia, contando com a ajuda de um professor da Escola de Farmácia para se esconder e se recuperar da bala que o atingiu no antebraço. Depois de um mês, pediu que chamasse o amigo Benjamin Torres, que o auxiliou a deixar a cidade e se exilar no Paraguai. Em seguida desceu em direção ao sul, para junto de seu pai, contando com a proteção de Castilhos e deixando o crime sem solução (LIRA NETO, 2012).

O nome de Vargas não constou no relatório da polícia em nenhum momento, ficando claro pelo depoimento das testemunhas que ele não participou do confronto. Ainda assim, alguns anos depois, o caso veio à tona como forma de enfraquecer o seu poder político: seus inimigos iriam acusá-lo de ter participado do assassinato.

De volta a São Borja, Viriato tornou-se um rábula⁶ e montou um escritório de advocacia, como forma de galgar uma carreira política, Protásio conseguiu uma vaga na Secretaria de Obras Públicas, no intuito de continuar estudando engenharia, e Getúlio decidiu-se por uma carreira militar, alistando-se no exército.

No mesmo ano a instituição passou por uma reformulação, onde começou a exigir o curso superior, em academia militar, para aqueles que desejavam chegar às altas patentes. Em 1898, Vargas se apresentou ao 6º Batalhão de Infantaria em São Borja, onde ficou por um ano como soldado raso. Já promovido a segundo-sargento, estava apto a matricular-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, mas não havia mais vaga para o ano que se iniciava, tendo que esperar até 1900 para ser admitido aos quadros da escola.

Ali Getúlio conheceria colegas com os quais manteve contato ao longo da sua vida e que ajudariam a desferir o golpe que ficou conhecido como “Revolução de 1930”. Os exames da escola eram severos, mas as suas notas mantiveram-se acima da média. Já a cidade não dispunha de muitas atrações, sendo as rodas de chimarrão um dos passatempos dos gaúchos. Vargas desbravava alguns dos lugares mais silenciosos de Rio Pardo, como o cemitério, onde gostava de ler as obras de Auguste Comte, sempre muito debatidas nas conversas após o jantar (VARGAS, 1988).

Mas sua estadia iria acabar logo. Os problemas com a escola de Rio Pardo eram muitos e os cadetes começaram a se manifestar. Erguido para receber um hospital, o prédio da academia sofria com a ausência de instalações adequadas, e a falta de verbas para os equipamentos de artilharia e para os cavalos das aulas de cavalaria. Além disso, eram servidas somente duas refeições por dia e a água era escassa, principalmente nos períodos de seca do rio, afetando também a higiene do local. Assim, houve uma pequena confusão entre alguns estudantes que reivindicavam água e um oficial, resultando no desligamento dos cadetes e na prisão de vários outros. Por dias houve protestos dos estudantes, o que culminou na punição de 129 alunos, sendo 31 expulsos e 98 presos. Entre os primeiros estava Getúlio Vargas.

Decidiu então matricular-se na Escola Brasileira, na capital gaúcha, onde se prepararia para ingressar na Faculdade de Direito. De volta a soldado raso, o desencanto

⁶ Nome dado às pessoas que não possuíam formação acadêmica em direito, mas obtinham autorização do governo para exercer a profissão.

com a carreira militar fez com que ele optasse por concluir o último ano que restava do período obrigatório e finalizar sua curta carreira no exército. Deste modo, Vargas frequentava as aulas de dia e depois se apresentava ao quartel do 25º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre como sentinela noturno.

Foi aprovado nos exames de 1902, com exceção do latim, que preferiu deixar para fazer no período seguinte. Ainda assim, requereu matrícula como aluno ouvinte da Faculdade de Direito e pediu baixa do exército, mentindo sofrer de epilepsia. Demonstrou uma aptidão à oratória, pela qual ficou conhecido e o levou a representar os estudantes em diversas ocasiões com seus famosos discursos. Um deles ficou marcado por ter acontecido em ocasião da morte do presidente do estado, Júlio de Castilhos, que faleceu em 24 de outubro de 1903, por um câncer que o atingiu na garganta, aos 43 anos de idade.

Novato na faculdade e matriculado como aluno ouvinte, despertou a admiração de vários estudantes, por sua “dicção clara e de pausas bem calculadas”, e foi o escolhido como orador na homenagem ao ex-chefe do PRR, com “o primeiro grande discurso de sua vida” como colocou Lira Neto (2012, p. 80). Em um dos camarotes, ouvia às homenagens o então presidente do estado, e agora também chefe do PRR, Borges de Medeiros, que comandava sob as diretrizes da constituição castilhista.

Já como aluno regularmente matriculado da Faculdade de Direito, Vargas demonstrou especial paixão pelos livros, adquiridos em demoradas incursões às livrarias, e pelos charutos, os quais fumava sem moderação. Montou uma boa biblioteca particular onde morava, na Pensão Medeiros, a qual foi alimentando ao longo de toda a sua vida e acabou sob os cuidados da Fundação Getúlio Vargas e do Museu da República.

Foi influenciado por Darwin, Nietzsche, Taine, Comte, Spencer e Saint-Simon, atendo-se, principalmente, à leitura exaustiva deste último. Ainda jovem, Getúlio possuía opiniões fortes quanto a política e a economia, mesmo que, às vezes, um tanto contraditórias. Já nessa época, Vargas defendia a criação de associações de classe para facilitar a incorporação dos trabalhadores à sociedade, sob a tutela do Estado.

Os amigos o descreviam como um rapaz calado, muito observador, que esperava sem pressa pelo momento de falar, onde apresentava um raciocínio sólido, com certa lógica e bem embasado. Aluno dedicado, era também um metódico: organizava sua mesa milimetricamente, tomava notas de todas as aulas e as transcrevia. Depois, reconstituía a explicação dos professores e, na manhã seguinte, relia tudo para fixar o conteúdo (FRISCHAUER, 1943).

Suas notas refletiam a sua dedicação. Quanto a sua índole calma, Alzira Vargas (2017) relata que sempre achou estranho quando o apresentavam assim, já que sempre foi

impaciente, tendo apenas aprendido a controlar o seu temperamento. Ela narra um episódio marcante ocorrido em uma visita às minas de São Jerônimo, para inaugurar casas para operários e uma capela.

Papai, ao contrário do que muitos creem, nunca foi muito paciente. Sua aparente placidez era fruto de educação e autodisciplina. Quatro coisas o irritavam de modo especial: ouvir histórias que já conhecia, burrice, gente prolixa e, sobretudo, falta de pontualidade. No dia da visita às minas de São Jerônimo, eu me atrasei e o encontrei esperando à porta de saída do palácio, já de chapéu. Olhou-me severo e disse apenas: “Sempre se espera pela pior ovelha. Vamos embora”. Obedeci em silêncio e não nos falamos durante toda a excursão. Quem devia consagrar a capela era o arcebispo de Porto Alegre, d. João Becker. Por uma circunstância qualquer, sua excelência chegou com mais de meia hora de atraso. Na capela todos aguardavam impassíveis. Após a cerimônia, d. João Becker dirigiu aos presentes uma breve alocução. As “breves” alocuções já eram conhecidas em todo o Rio Grande: duravam de uma a duas horas. O resto do programa ficou prejudicado. Durante a viagem de volta, eu ruminava minha desforra. Assim que chegamos, perguntei a papai: “Por quem é mesmo que sempre se espera?”. Nada melhor do que uma piada oportuna para deixá-lo de bom humor. Riu à vontade e disse: “Às vezes pelo senhor arcebispo”. Retruquei enquanto o terreno estava bom: “O pastor das piores ovelhas”. Daí em diante papai nunca mais me repreendeu quando o fazia esperar, pois essa não foi a única vez. Indagava apenas: “Por quem sempre se espera?”, e aguardava rindo a resposta infalível: “Pelo senhor arcebispo” (VARGAS, 2017, p. 56).

Vargas era indecifrável aos olhos dos amigos e dos adversários, causando surpresa nos colegas em vários momentos da vida. Uma reunião entre os alunos – João Neves da Fontoura, Jacinto Godoy, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho –, decidiu pela criação de um centro estudantil, o Bloco Acadêmico Castilhistas, que viria a ser conhecido como a ala jovem do PRR, e tinha o intuito de auxiliar nas eleições para o governo do estado que ocorreriam dentro de alguns meses. Carlos Barbosa Gonçalves era o candidato da situação, enquanto Fernando Abbott, tendo sido vice e braço direito do “patriarca”⁷, era o adversário, apresentando-se como o verdadeiro herdeiro do castilhismo.

Como reação a essa candidatura, os jovens do Bloco Acadêmico redigiram um indignado manifesto contrário aos dissidentes do partido, em especial Abbott, que teria admitido fidelidade a Borges de Medeiros apenas alguns dias antes de se lançar à corrida. Mas não ficaram só nas palavras, combinaram de comparecer à manifestação agendada pela oposição, para perturbá-los. Alzira Vargas relata o episódio e como se deu a confrontação com o pai:

Inútil argumentar com o orador: ainda estavam muito verdes para tal empreitada. Inútil tentar dissolver com palavras ou ameaças o povo que se aglomerava, atraído pela fama do tribuno. Súbito, ouve-se um tiro. Fora

⁷ Como ficou conhecido Júlio de Castilhos.

dado de maneira a não fazer vítimas, mas o pânico se estabeleceu e o famoso orador ficou sem auditório em poucos minutos.

Estava acabado o comício.

Quem me contou este fato pediu com certa malícia que eu perguntasse a papai qual deles fora o autor do disparo. Ousei perguntar, só eu sei como. Olhou-me feio, por cima dos óculos, enquanto assinava um decreto, e falou: “Era o único meio de dissolver o comício”. Não consegui arrancar-lhe mais nada nesse dia, nem depois. Fiquei com sérias desconfianças e ainda as mantenho porque fugia sempre ao assunto com grande habilidade. Jamais confessou que fosse ele o desordeiro; tampouco revelou qualquer outro nome (VARGAS, 2017, p. 31).

Já em fins da campanha, o Bloco Acadêmico Castilhistista decidiu sair em caravanas pelo estado, principalmente onde havia maior insatisfação contra Borges de Medeiros, em uma política à americana, a qual Abbott também estava realizando. Vargas comandou algumas incursões e discursou em vários municípios a favor de Barbosa Gonçalves, tendo sido recompensado, após a vitória situacionista, com a segunda promotoria de Porto Alegre, já que estava em vias de se formar. “Numa época em que o Ministério Público rio-grandense atuava como filial do palácio do governo, um cargo como aquele significava uma porta escancarada para o devido ingresso nos salões do poder” (LIRA NETO, 2012, p. 102).

Desde cedo, cogitava deixar a promotoria em um prazo estabelecido de um ano, como corrobora as cartas trocadas entre ele e o irmão mais velho. Para alguns poderia parecer estranho que ele desistisse de um cargo renomado, onde ganhava cerca de trezentos e trinta e três mil réis por mês, mas é possível supor que ele já se interessava por uma carreira política, devendo, como era de costume, começar pela base.

Assim, pediu licença do cargo em dezembro e retornou a São Borja, onde foi recepcionado com uma grande festa dada pelo tenente Antônio Sarmanho, gerente do Banco Pelotense e estancieiro, em sua mansão famosa pela decoração luxuosa advinda de Buenos Aires. Republicano convicto, casou-se com Alzira de Lima, filha do general Francisco Rodrigues Lima – presidente do Conselho Municipal e comandante da Divisão do Norte durante a Revolução Federalista. Dentre os filhos do casal estava Darcy Sarmanho.

Após o carnaval, Vargas pediu demissão da promotoria, em caráter irrevogável, a Borges de Medeiros, que, um mês depois, incluiu o seu nome na lista para concorrer ao cargo de deputado na Assembleia dos Representantes. Eleito com mais de dez mil votos, Getúlio ingressou na vida política ao lado de Firmino Paim Filho, demonstrando a ascensão da geração de 1907⁸.

⁸ Como ficaram conhecidos os que terminaram suas formações universitárias no ano de 1907, e ascenderam à política, como: “Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho” (FAUSTO, 2012, p. 275).

Quando finalizava o trabalho como deputado, voltava para sua cidade natal, onde abriu um escritório de advocacia e chegou a atuar de graça para consolidar sua rede política de influências.

Já um homem feito, com seus vinte e oito anos, Vargas encontrava-se encaminhado em sua carreira. Foi a hora, então, de escolher uma noiva para constituir família. A escolhida foi Darcy Sarmanho, com apenas quatorze anos, presente em vários festejos desde que ele largara a promotoria, e cuja família era muito próxima dos Vargas. Como determinado pela lei à época, foi preciso esperar até que ela completasse quinze anos para poder se casar, marcando a data de 4 de março de 1911 como símbolo da união entre os dois.

A cerimônia aconteceu no cartório, não havendo casamento religioso. Vargas não era positivista ortodoxo, mas também não admirava o cristianismo, para dizer o mínimo. A favor da separação total entre Igreja e Estado, chegou a demonstrar, na faculdade, a extensão de sua crítica à religião.

“Foi sobre a ruína da civilização greco-romana que desabrochou a flor mórbida do pensamento cristão”, discursara. “A moral cristã é contra a natureza humana”, “o cristianismo é inimigo da civilização”, sentenciara Getúlio” (VARGAS *apud* LIRA NETO, 2012, p. 120).

O seu discurso⁹ feito enquanto orador oficial da turma de bacharelados de direito apresenta o pensamento do jovem Vargas sobre o cristianismo. Um discurso que iria mudar bruscamente após a instauração de seu governo, onde teve que contar com a ajuda da Igreja para manter a hegemonia política.

Uma curiosidade contada por Alzira Vargas (2017) mostra a grande diferença de idade entre os pais, situação comum à época. Como presente de noivado, Darcy teria pedido para Getúlio trazer de Porto Alegre um Almanaque do Tico-Tico, uma revista infantil ilustrada.

O primeiro filho do casal, Lutero, nasceu em 1912¹⁰, mesmo ano em que Vargas foi indicado ao segundo mandato como deputado. A eleição de 1913 marcou um momento de complicação e rompimento político entre ele e a liderança estadual, devido a intervenção de Borges de Medeiros nas votações de Cachoeira. Como resultado Vargas decidiu renunciar ao cargo em solidariedade aos colegas, mesmo tendo sido eleito com mais de setenta mil votos (LIRA NETO, 2012).

⁹ Sobre o discurso, Alzira narra que o encontrou por meio de um jornalista que estava escrevendo a biografia de Vargas. Em troca de informações, deu a ela o discurso original, que apresentou ao pai para que eles lessem juntos. Ele pediu o exemplar e o guardou em seu cofre, onde ela nunca mais o viu. Segundo Alzira, o pai o descreveu como “um pecado de juventude” (VARGAS, 2017, p. 32).

¹⁰ Vargas e Darcy teriam ainda mais quatro filhos: Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio. Alzira, considerada por todos como a preferida do pai, trabalhou ativamente com ele na administração de seu governo.

Algum tempo depois, o momento político se tornou conturbado e Borges de Medeiros viu a sua reputação enfraquecer após a péssima repercussão da indicação do nome do ex-presidente Hermes da Fonseca ao Senado, bem como o assassinato de seu maior aliado político, o senador Pinheiro Machado no Rio de Janeiro. O presidente do estado percebeu que precisaria se religar à antiga rede de apoio para manter a sua soberania.

Assim, de volta às graças do líder do partido, Vargas se reelegeu como deputado estadual com quase oitenta mil votos, em 1917. Na Assembleia, tornou-se grande representante das ideias borgistas, defendendo as ações do PRR e galgando a liderança dos colegas da bancada republicana. Chegou a discursar a favor da declaração de guerra contra a Alemanha, pedindo aos deputados de ambos os partidos a se unirem ante a ameaça comum, dando mostras de sua capacidade conciliatória. Na assinatura do armistício, um ano depois, defendeu a paz entre os povos e foi unanimemente aplaudido (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1999).

Foi escolhido para a Comissão de Orçamento, a mais relevante tendo em vista os objetivos da Assembleia. Subiu à tribuna, a despeito do mandato anterior, incontáveis vezes para rebater os discursos da oposição, que finalmente se fazia presente, embora em uma minoria.

Trocou embates principalmente com Gaspar Saldanha, líder da oposição, que se referia ao governo como tirano e repressivo. Chegou também a defender o projeto das obras da barra e do porto da cidade de Rio Grande, com a encampação pelo estado. Gaspar, liberal convicto, discursava sobre a importância da iniciativa privada e da não interferência do estado na realização das obras. O saldo, segundo ele, seria milionário e faria com que o Rio Grande do Sul se comprometesse com uma dívida que não poderia pagar. Com razão, os déficits nas contas públicas foi enorme.

A solução do governo foi o aumento do imposto, principalmente sobre grandes heranças e proprietários de terra, o reajuste de trezentos e sessenta por cento das tarifas ferroviárias e a alta dos fretes, prejudicando os produtores rurais. Borges de Medeiros começou a acenar para o operariado urbano, em uma tentativa de incorporação à sua base política. Mas mesmo com os benefícios concedidos, a inflação e o aumento das tarifas públicas causaram descontentamento na população e enfraqueceram a popularidade de Borges de Medeiros.

Uma greve, em 1919, resultou em um atentado à bomba na Usina de Força e Luz de Porto Alegre e culminou na iniciativa do governo de reprimir as manifestações populares, perdendo o apoio que havia conquistado há pouco da classe trabalhadora.

Em novembro de 1922, Borges de Medeiros lançou-se a mais uma candidatura ao governo, somando seu quinto mandato, enquanto Vargas foi indicado à reeleição como deputado estadual. Mas a oposição, que crescia, não estava contente com a crise que se instaurou no estado. O colapso econômico fez insurgir estudantes, operários, pecuaristas e comerciantes, muitos endividados ou arrasados pela concorrência dos produtos argentinos. Quando o governo negou a possibilidade de um crédito especial aos produtores rurais, também viu se elevar a oposição política por meio da criação da Aliança Libertadora e do lançamento de um nome à corrida pelo governo: Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Conta Lira Neto (2012) que em uma manhã de janeiro de 1923, Getúlio Vargas, à frente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, foi dar a má notícia ao chefe do partido. Borges de Medeiros não havia conseguido os três quartos de votos necessários para conquistar o seu quinto mandato. Mas ao encontrar o presidente do Rio Grande do Sul, todo alegre acreditando estar garantida a sua reeleição, ele e os colegas não conseguiram contar a verdade e voltaram à Assembleia para maquiar as contas¹¹.

Os burburinhos sobre uma fraude tomaram Porto Alegre e os opositores exigiram uma recontagem de votos que foi acatada pelo governo. Presidida novamente por Vargas, a comissão encarregada aprovou no plenário a vitória dos republicanos. No dia da posse, a oposição da Aliança Libertadora pegou em armas e iniciou uma guerra civil que durou onze meses. Eleito deputado estadual, Vargas recebeu um telegrama de Borges de Medeiros determinando a organização de uma tropa para seguir até Uruguaiana, onde o intendente e chefe de um corpo provisório haviam sido cercados por uma das divisões inimigas.

A intenção dos revoltosos era instituir em Uruguaiana um governo paralelo, com a intenção declarada de conseguir a intervenção federal no estado, como previsto pela Constituição. Vargas deveria dissipar os soldados inimigos com urgência, comandando uma tropa de mais de trezentos voluntários¹², incluindo Protásio, Espártaco e Benjamin, com poucos armamentos e montaria. Antes mesmo de chegarem no cerco, receberam um telegrama afirmando que o comandante havia abandonado o grupo revolucionário, após se desentender com o deputado Gaspar Saldanha. O cerco havia sido dissolvido e Vargas foi mandado de volta para casa (LIRA NETO, 2012).

¹¹ As fraudes eram extremamente comuns dos dois lados, mas os candidatos do governo eram sempre os contemplados. Como disse Alzira Vargas (2017, p. 38): “Tudo era muito mais simples. As atas oficiais eram feitas em cima da perna, e a vitória era proclamada conforme as conveniências. E alguns municípios, um tiro na urna, no intrometido fiscal da oposição, ou no presidente da mesa, decidia o impasse. Assisti a várias eleições desse gênero e ajudei em criança a colar muitos envelopes contendo cédulas secretas para o eleitor”.

¹² Denominados oficialmente “patriotas” havia quem se apresentasse espontaneamente, mas a grande maioria eram peões e subordinados a chefes políticos da região que foram enviados para compor o regimento (LIRA NETO, 2012).

Havia urgência em seu retorno. Um deputado federal da bancada gaúcha faleceu e ele foi mandado às pressas para substituí-lo em um mandato tampão. A vaga não poderia ter sido destinada à ele, na realidade, já que pertencia à minoria oposicionista, mas as reclamações foram ignoradas e Getúlio Vargas, empossado. Naquele momento o que Borges de Medeiros mais precisava era de alguém com o poder da oratória para defender os ideais do estado na Câmara Federal, costurando, ainda, uma rede de relações com o atual presidente da República.

No Rio Grande do Sul, as batalhas travadas entre os legalistas e a oposição resultaram em inúmeras mortes e na assinatura do Tratado de Pedras Altas, onde a Aliança aceitava a eleição de Borges de Medeiros, mas, em contrapartida, acabava com a possibilidade de sua reeleição. Asseguraram também a minoria no legislativo estadual e federal e o fim da indicação do vice pelo presidente do estado (FAUSTO, 2017).

A carreira de Vargas prosseguiu em destaque. Em 1924, foi reeleito à Câmara Federal, onde assumiu a liderança da bancada gaúcha. Ali, apoiou a separação entre Igreja e Estado, manifestando-se contrário ao ensino religioso nas escolas. Também integrou a Comissão de Finanças e defendeu a proposta de Bernardes de uma revisão constitucional que aumentava o poder da União.

A sucessão presidencial deu-se de modo tranquilo. Washington Luís assumiu a presidência da República em 1926, e demonstrou grande apoio aos gaúchos. Em vinte anos, foi o primeiro presidente a visitar o Rio Grande do Sul, evidenciando a aproximação com os ideais do PRR.

Vargas foi indicado para o Ministério da Fazenda no mesmo ano e, receoso, cogitou recusar. Pediu então ajuda a Borges de Medeiros, com quem trocou vários telegramas confidenciais e foi aconselhado a aceitar para dar representação ao Rio Grande Sul no Ministério. Empossado, implementou uma reforma monetária que foi aprovada pelo congresso no mesmo ano.

Mas sua duração enquanto ministro seria breve. Em agosto do ano seguinte, Borges de Medeiros o convocou para assumir a presidência do estado, em uma chapa dividida com João Neves da Fontoura. Decidido a concorrer, Vargas ganhou em um pleito sem adversários. Talvez seus opositores esperassem que o seu dom para a conciliação se estendesse até eles, o que de fato provou-se legítimo.

Ele inovou ao conceder vagas em sua administração aos adversários membros do Partido Libertador (PL). Não parou por aí: tomou medidas para reduzir as fraudes, atendeu às demandas dos setores, e cuidou das finanças do estado.

As lutas de 1923 geraram grandes despesas para o Rio Grande do Sul que já sofria economicamente. Vargas conseguiu aprovar na Assembleia, com o voto da oposição, que o governo contraísse um empréstimo no exterior de quarenta e dois milhões de dólares, destinado à quitação de dívidas e à criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Bergs), sob controle estatal. A maior parte de seus recursos foi destinada ao setor pecuário, para sanar a crise, o que acenou para a possibilidade de uma maior aproximação entre a oposição e o governo – já que Assis Brasil era criador de gado e sempre pregava o boicote aos créditos da gestão Borges de Medeiros, mas ele mesmo contraiu um empréstimo no Bergs assim que foi inaugurado (FAUSTO, 2017).

Em 1928 aprovou a lei de desnacionalização do charque que considerava o produto brasileiro que transitasse pelo Uruguai como estrangeiro, coibindo o contrabando de charque que entrava no Brasil disfarçado como nacional. Além disso, Vargas investiu na rede de transportes, incluindo a aviação, como a Varig, que acreditava ser o meio de transporte que superaria as dificuldades geográficas do país (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1999).

Se as eleições de Washington Luís foram tranquilas, as de 1930 não foram tanto. O então presidente da República decidiu lançar para a sua sucessão, o nome de Júlio Prestes, assim como ele, candidato de São Paulo, rompendo o revezamento da política do café com leite. Começaram as articulações para uma candidatura de oposição, lideradas pelo insatisfeito presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que buscou um nome em terras gaúchas, sabendo que precisaria contar com estados aliados se quisesse vencer. Vargas foi o indicado, contando com o apoio do PRR e do PL, adversários convictos que se juntaram para levar o rio-grandense até o governo federal através da Frente Única Gaúcha (FUG).

Lançando-se pela Aliança Liberal e tendo como vice João Pessoa, Vargas conseguiu o apoio das elites de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, além do Partido Democrático de São Paulo, que era opositor ao governo. Fausto (2017) narra que ele chegou a contatar o presidente da República algumas vezes, a fim de que este desistisse da indicação do nome de Júlio Prestes. Outra vez, mandou seu amigo Paim Filho para negociar um acordo que nunca se concretizou.

Washington Luís já tinha seu candidato e não estava disposto a se deter no exame de outros nomes, quaisquer que fossem as consequências. [...] Seguro da vitória, recusou todos os apelos à concórdia. Getúlio Vargas se prontificou não somente a retirar a própria candidatura como a renunciar ao posto que ocupava, se o presidente da República reexaminasse o problema da sucessão, Aceitando as justas reivindicações populares. Tudo em vão (VARGAS, 2017, p. 58-59).

A plataforma política da Aliança Liberal apresentava propostas que antes Vargas nunca havia revelado simpatia, ou ainda, contrárias às suas ideias.

Defendia a reforma do sistema político, com a adoção, entre outros pontos, do voto secreto e da justiça eleitoral; defendia também as liberdades individuais clássicas e a anistia, com o que acenava para a reconciliação com os tenentes. Tratando da questão social, afirmava [...] medidas de proteção ao trabalho das mulheres e dos menores, à necessidade de aplicação da lei de férias e à gradativa extensão dos direitos de aposentadoria a todos os assalariados urbanos.

No plano econômico-financeiro, propunha a defesa dos preços de outros produtos de exportação, e não apenas do café; lembrava a necessidade de resolver o problema siderúrgico, vinculando-o a questões de segurança nacional, mas acolhia a distinção tradicional entre indústrias naturais – que utilizavam insumos nacionais – e indústrias artificiais – que utilizavam insumos importados -, condenando medidas protecionistas com relação às últimas. [...] (FAUSTO, 2017, p. 36-37).

Vargas nunca se demonstrou favorável ao voto secreto, discursando na Assembleia inúmeras vezes sobre a importância da votação às claras, como era defendido pelo positivismo. Quanto à anistia, apresentou-se declaradamente contrário quando Washington Luís esboçou um movimento a favor em 1926. Sua plataforma consistia, como ele mesmo afirmou, em atender aos pedidos do povo.

Nos comícios do Rio de Janeiro e São Paulo, ele foi recebido com muito entusiasmo, sob aplausos da massa proletária que marcou significativa presença. Mas as urnas deram a vitória ao candidato situacionista. Com mais de um milhão de votos em Júlio Prestes contra os setecentos e trinta mil da oposição¹³, foi registrado, em 1930, o maior nível de comparecimento da história da República até então (FAUSTO, 2017).

Vargas se deu por vencido, declarando fim àquela luta, bem como Borges de Medeiros que em uma entrevista a um jornal reconheceu a vitória de Júlio Prestes, alegando que o estado colaboraria com o novo governo. Mas alguns de seus apoiadores optaram por outro caminho: Virgílio de Melo Franco assegurava o apoio de Minas, enquanto Osvaldo Aranha mostrou-se o principal articulador da revolução que estava por vir, também participariam dos acontecimentos Flores da Cunha, João Neves, Batista Luzardo e Góis Monteiro. Decidiram lançar mão de uma aliança com os líderes tenentes, incluindo Luís Carlos Prestes – que pouco depois desistiu –, em uma tentativa de levar a frente um golpe de Estado.

¹³ “As “máquinas eleitorais” produziram votos em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde Getúlio teria vencido por 298.627 votos contra 982” (FAUSTO, 2012, p. 275).

O assassinato de João Pessoa, em Recife, mesmo sem ter tido qualquer razão política¹⁴, foi explorado ao máximo pelos revoltosos e resultou na adesão oficial de Vargas ao movimento. Com um exército formado por militares e inúmeros voluntários, a revolução teve início em 3 de outubro, em Porto Alegre e em Belo Horizonte, tendo durado, na capital mineira, cinco dias de confronto, quando o regimento situacionista se entregou por falta de água e comida (FAUSTO, 2012).

Nesse mesmo dia, Vargas começa um diário que só terminaria em 1941, e que será precioso para compor essa dissertação. Suas anotações do início da revolução são pertinentes para a compreensão do governo que se desenvolveria sob seu comando.

Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo por que não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa, e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, que sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso (VARGAS, 1995, p. 4-5).

No nordeste a revolução estourou no dia 4, sob o comando do tenente Juarez Távora, que se fixou na Paraíba e contou com o apoio da população de Recife para a vitória em Pernambuco. Depois de assegurar o domínio do Rio Grande do Sul, os revoltosos atravessaram os estados de Santa Catarina, onde minaram as tropas legalistas em um confronto na ilha de Florianópolis, e Paraná, seguindo para São Paulo e entrando em choque com as forças do estado.

Vargas montou sua base em Ponta-Grossa, esperando a batalha que seria travada em Itararé, que nunca aconteceu. Seguiu depois para São Paulo, onde conseguiu conquistar território, e Rio de Janeiro, quando convocado pelos militares que já haviam deposto o presidente Washington Luís, em 24 de outubro, e instalado a Junta Governativa¹⁵.

A sua comitiva foi recebida com festa pelo povo em todos os lugares em que esteve, como conta em seu diário. Distribuiu inúmeros autógrafos e realizou outros incontáveis discursos, em todas as estações por onde o trem passava. Vargas chegou ao Rio na noite

¹⁴ Em uma divergência de facções do estado da Paraíba, a polícia do governo João Pessoa invadiu o escritório do advogado João Dantas e apreendeu cartas de cunho pessoal trocadas entre ele e uma jovem de sua cidade. O conteúdo das cartas foi apresentado de forma sensacionalista pelo jornal da situação, A União, que condenou Dantas perante a opinião pública. A jovem, abandonada pela família, fugiu para o Recife e Dantas, inconformado, assassinou João Pessoa (FAUSTO, 2012).

¹⁵ A junta era composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e pelo Almirante Isaías Noronha. "Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas [...]" (FERREIRA; PINTO, 2018, p. 391-392).

do dia 31, e assumiu pouco tempo depois, em 3 de novembro, o comando da nação, dando início a chamada Era Vargas.

Quantas vezes desejei a morte como solução da vida. E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, decidido a morrer. E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão! (VARGAS, 1995, p. 27).

Getúlio Vargas assumiu o poder em um momento conturbado. A crise financeira de 1929 resultou na queda brusca do preço internacional do café, comprometendo as exportações brasileiras de 1931. O valor à época chegou a corresponder a um terço do que era vendido antes, e a grande produção de café, que ocorreu nos anos anteriores graças a certeza da garantia do preço pelas políticas de defesa permanente do governo de São Paulo, contribuiu para agravar a situação. O resultado foi um enorme excedente do produto.

O recém empossado presidente decidiu nomear para o Ministério da Fazenda, José Maria Whitaker, um conhecido banqueiro paulista, que socorreu o setor cafeeiro pela compra de dezoito milhões de sacas. Como consequência disso, recorreu a emissões de moeda, ao aumento do imposto sobre o produto e à proibição do plantio por cinco anos. Os estoques comprados pelo poder federal se caracterizavam pela impossibilidade de venda, logo, a solução que encontraram à época foi a queima do café, como meio de reduzir a oferta e manter o preço. A destruição do produto durou longos anos, com a compra do café pelo governo, utilizando o fundo do imposto de exportação, e a queima de mais de setenta e oito milhões de sacas (FAUSTO, 2017).

Em seu livro, Lira Neto (2012) narra que em janeiro de 1931, chegou ao Brasil um navio com uma bandeira da Itália fascista, e, no alto, onze aviões em formação avançaram em direção à praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. O próprio comandante da Aviação italiana, Italo Balbo, o mais jovem ministro em toda a Europa, estava pilotando uma das aeronaves que pousou em solo brasileiro. Era uma comemoração entre os dois países, que fez vibrar a população que assistia ao espetáculo. Essa visita, entretanto, tinha o objetivo de vender ao Brasil os aviões militares que fizeram a travessia do Atlântico. Vargas, muito sabiamente, propôs ao ministro um escambo: ao invés de dinheiro pelas aeronaves, o governo brasileiro enviaria toneladas de café para Roma. O acordo foi extremamente

lucrativo, já que haviam milhões de sacas apodrecendo nos depósitos, e, pelos aviões, foram entregues oito mil contos de réis em sacas de café.

O governo retirou o controle das decisões sobre o café do estado de São Paulo e criou o Conselho Nacional do Café (CNC), que era composto por delegados dos estados produtores, e o Departamento Nacional do Café (DNC), constituído por diretores nomeados pelo ministro da Fazenda. A intenção era centralizar a política do café e, com isso, exercer maior controle sobre o produto e sua exportação.

Ao mesmo tempo, Whitaker tentava avaliar a dívida externa, já que não haviam dados confiáveis das dívidas assumidas pelos estados e municípios. O corte no orçamento público, a redução dos vencimentos dos funcionários e a constituição do Código dos Interventores¹⁶, que aumentava o controle da União sobre os gastos, serviram para combater o déficit fiscal.

Em contrapartida, a indústria nacional prosperou com a proibição das importações, em uma tentativa de manter a balança comercial. A exportação de algodão para a Alemanha também foi significativa para o mercado interno, e o ministro da Fazenda ainda reescalou a dívida externa até 1934, dando um respiro ao início do Governo Provisório.

No plano institucional, a política do novo chefe de Estado seria definida como centralizadora. Influenciado pela ideologia positivista do PRR, Vargas acreditava em um executivo forte, o que casou com as necessidades do momento histórico. O presidente dissolveu o Congresso e os legislativos dos estados e municípios, e substituiu todos os governadores por interventores indicados por ele mesmo, com a exceção de Minas Gerais, onde Olegário Maciel havia sido recém-eleito presidente do estado. As novas nomeações eram, em muitos casos, dos tenentes que apoiaram o golpe de 1930, e foram explicadas por Vargas como um meio de tornar a administração eficiente, afastando as politicagens e instaurando um governo técnico (GOMES, 2019).

Em relação a ideologia desse novo governo, deve-se acentuar o caráter nacionalista. Vargas buscava explorar as riquezas naturais brasileiras, como os minérios, as quedas d'água, as estradas de ferro, para alimentar indústrias, aquecer a defesa nacional, construir transportes e explorar o território. Dizia ele: "Precisamos convir que a obra da revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica, é, também, nacionalista, no bom sentido do termo" (VARGAS apud FAUSTO, 2017, p. 47).

¹⁶ O Código dos Interventores demonstrou o poder e a centralização do Estado, já que estabeleceu normas de subordinação. Ficavam proibidos aos estados: contrair empréstimos externos sem autorização do governo federal, gastar mais de 10% da despesa com a polícia militar, dotar os estados de aviação e artilharia ou de arma-los em proporção superior à do Exército (FAUSTO, 2017).

Todavia, Vargas não repudiava o capital estrangeiro, nem mesmo o afrontava impulsivamente. Ele dava passos lentos e calculados, que poderiam acabar desagradando alguns governos e iniciativas privadas, mas não gerariam confrontos bélicos ou rupturas sociais. Essas práticas nacionalistas puderam ser sentidas em todos os terrenos, não só o econômico, mas o social e o cultural.

Uma de suas primeiras medidas foi expedir um decreto que limitava a entrada da força de trabalho estrangeira e exigia, ainda, que as empresas possuíssem dois terços de trabalhadores brasileiros. O discurso varguista condenava os interesses regionais e prezava pela unidade nacional e pela formação da identidade através da construção do nacionalismo.

Outra novidade do governo Vargas foi a criação de dois ministérios, ainda em novembro de 1930. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi fundamental na política trabalhista implementada pelo chefe de Estado, que lhe rendeu a denominação de "pai dos trabalhadores". Enquanto o Ministério da Educação e Saúde Pública foi certo nos projetos de censura, propaganda e construção da nacionalidade.

A questão social foi marcada pela legislação voltada aos trabalhadores. Novas modalidades para a concessão de férias, regularização do horário de trabalho na indústria e comércio, do trabalho das mulheres e das crianças, estabelecimento da Carteira Profissional, foram alguns direitos trabalhistas suscitados no governo Vargas.

Decretou também o enquadramento dos sindicatos, em 1931, levando-os para a centralização do Estado. Aos trabalhadores era facultado o direito de se sindicalizarem, mas apenas aqueles sindicalizados poderiam obter os benefícios da nova legislação social. Vargas percebeu a importância da massa trabalhadora urbana, ao conceder direitos enquanto a controlava. Por outro lado, houve a exclusão dos trabalhadores rurais dos benefícios, demonstrando que o foco das políticas sociais de Vargas estavam nos trabalhadores formais e urbanos, além do impulso à industrialização (PRIORE; VENANCIO, 2016).

Por ter dado visibilidade à questão trabalhista, Vargas lucrou com a construção do mito, enquanto um estadista generoso, bondoso, que estendeu a mão para os proletários necessitados, apagando dessa narrativa todo um período de lutas das classes populares. Fruto desse processo foi a relação entre o presidente e os trabalhadores, que resistiu ao tempo e às adversidades, como demonstra sua trajetória política.

Já a sua relação com a Igreja pode ser descrita como por conveniência. O cético Vargas da Faculdade de Direito foi aprendendo o poder que a instituição religiosa poderia ter no controle das massas em seu governo. Ainda que tenha decretado a separação entre

ambos, ele chegou a ceder para a Igreja no texto da Constituição de 1934: "os efeitos do casamento religioso; a proibição do divórcio; a possibilidade de educação religiosa nas escolas públicas; o financiamento de escolas, seminários e hospitais mantidos pela Igreja" (FAUSTO, 2017, p. 57).

A aclamação em massa de Nossa Senhora Aparecida foi um dos meios utilizados pelo Estado para dar legitimidade a um discurso sociológico de construção da identidade brasileira, no caso o da mestiçagem. Consagrada pelo papa em 1930 como a padroeira do Brasil, se transformou em metáfora de nossa cultura pelo governo Vargas. Não se pode esquecer também da espetacularização do monumento ao Cristo Redentor, que reuniu inúmeros fiéis e foi alçado a símbolo representante do país. Em 1934, Vargas deu mais um passo para o reconhecimento do poder da Igreja na consagração de símbolos, ele e Darcy se casaram em uma cerimônia católica, na Fazenda Santos Reis, de Protásio.

O governo de Getúlio Vargas foi marcado por conflitos e tensões. Dentre os que ocorreram o de maiores proporções foi o de 1932, em São Paulo. O estado já havia apresentado antes o seu desgosto com a Revolução de 1930, mas o apoio do Partido Democrático (PD) aos revolucionários foi fundamental para a conquista do poder federal. Entretanto, a nomeação de João Alberto como interventor de São Paulo causou descontentamento, sendo fortemente repudiada. A sequência de sucessões ao cargo não ajudou a acalmar os ânimos, já que nenhum dos indicados era vinculado ao estado, gerando a exigência da nomeação de um interventor paulista e civil, e de uma nova constituição para as eleições do país (FAUSTO, 2012)

O pedido de demissão de Whitaker, motivado pelas acusações dos cafeicultores de que estaria atuando em favor dos banqueiros na compra dos estoques de café, em novembro de 1931, e a saída, em solidariedade, dos diretores do Conselho Nacional do Café e do presidente do Banco do Brasil, agravou a situação, restringindo a atuação dos paulistas no cenário estadual e nacional. O PD rompeu relações com o governo no início de 1932 e, juntando-se a seu rival, o Partido Republicano Paulista (PRP), formou a Frente Única Paulista (FUP).

Percebendo as pressões que sofria, Vargas promulgou o Código Eleitoral que regulava as eleições no país, mas, pouco tempo depois, um episódio voltou a esquentar o cenário político. A depredação por tenentes do Diário Carioca, adversário do governo, levou Vargas a ignorar a apuração do crime, culminando na renúncia de vários gaúchos que colaboraram pessoalmente na instalação do governo em 1930.

As perspectivas de uma luta armada já estavam na imaginação dos paulistas, e nem mesmo o estabelecimento de uma data para a realização das eleições para a Assembleia

Constituinte, e a nomeação de um interventor paulista, o embaixador Pedro de Toledo, serviram para dar fim às pretensões de uma guerra civil. Quando estourou a "Revolução Constitucionalista de 1932", o novo interventor, que nos planos de Vargas deveria atuar em favor do governo federal, decidiu aderir a ela. No diário do presidente, nos dias 12 e 13 de julho, ele demonstra o seu desgosto: "[...] em São Paulo, traição de Vasconcelos, de todo o Governo Paulista, inclusive a velha múmia que exumei do esquecimento, o Interventor Pedro de Toledo" (VARGAS, 1995).

A revolução de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia, da superioridade de São Paulo - "essa locomotiva que carregava vinte vagões vazios" - eletrizaram a população. O rádio - utilizado pela primeira vez em larga escala no país -, a imprensa, os oradores inflamados contribuíram para avolumar o ódio contra Getúlio, o execrável "Gegê", ditador que pisoteara São Paulo com as botas militares e traíra os ideais democráticos (FAUSTO, 2017, p. 63).

A guerra civil durou três meses. Era evidente o desequilíbrio das forças militares e Vargas aproveitou a situação para aproximar as reivindicações democráticas aos arcaísmos que eram contrários à construção de um novo Brasil e aos interesses nacionais. Apesar da vitória, cresceu o abismo entre São Paulo e Getúlio Vargas, e foi preciso cooptar parte da elite paulista para conseguir manter a paz. A revolução trouxe como entendimento que o presidente não seria facilmente destituído, por isso, os paulistas se prepararam para tentar reduzir o poder do estadista com uma bancada na Assembleia que seria eleita no outro ano.

As eleições de 1933 demonstraram o florescimento partidário e a força das elites oligárquicas. Em Minas, os vencedores foram os seguidores de Olegário Maciel, no Rio Grande do Sul, venceram os partidários de Flores da Cunha, e em São Paulo a chapa única, formada pela revolução de 1932, conquistou vitória esmagadora.

A Constituinte trabalhou por oito meses e resultou na promulgação da Constituição de 1934, e na eleição indireta de Vargas como presidente da República. Apesar das novidades presentes no novo texto aprovado, Vargas não se sentiu confortável com aquela perda de poder. Em seu diário, nos dias 14 e 16 de julho, ele deixa registrado.

Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação.
[...] Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos Poderes da República (VARGAS, 1995, p.307).

Figura 1 – Charge sobre Vargas e a Constituição de 1934



NOVO REGIME... NOVA ROUPA
 - A nova roupa, Excelência.
 - Um pouquinho apertada...
 Os movimentos...
 compreende ?

Nássara
 "Suplemento Bom Humor, 1934"

Fonte: Nássara (1934).

Os anos 1930 experimentaram a queda do liberalismo, o medo do capitalismo, principalmente após a crise de 1929. No mundo surgiram modelos autoritários e totalitários, ainda que diferentes entre si, que influenciaram as iniciativas dentro do Brasil, como a crença em governos fortes, personificados por uma pessoa, a recusa em admitir a diversidade de opiniões, a censura à liberdade de expressão, o corporativismo para eficiência do governo, a descrença no sufrágio universal, e a crença no intervencionismo estatal.

O apoio aos regimes anti-liberais no Brasil surgiu principalmente entre uma parcela da elite política, na cúpula militar e no tenentismo. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram dois inimigos declarados da liberal-democracia no país e, ainda que extremos entre si, compartilhavam alguns pontos em comum.

O integralismo foi uma doutrina de cunho nacionalista, voltado ainda mais à cultura do que à economia. Sua essência era baseada nos valores de Deus, pátria e família, enquanto unificadores de uma consciência da nação. A AIB foi o primeiro partido político de massas no Brasil, criado em 1932, ficando conhecido pelo seu anti-semitismo. Seu chefe nacional era Plínio Salgado, e um importante membro foi Gustavo Barroso, personagem essencial para a compreensão do papel do Museu Histórico Nacional na Era Vargas e, como definiu Fausto (2017, p. 71) "exemplo típico de ideólogo nazista".

Já o PCB mudou significativamente com a entrada de Luís Carlos Prestes no partido, em 1934, recebendo a classe média e muitos militares insatisfeitos com o governo. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi criada por inspiração do PCB, com um programa que

lutava contra o imperialismo e o fascismo. Ela cresceu em poucos meses, reunindo inúmeras pessoas no ato realizado em 5 de julho, quando o estudante Carlos Lacerda leu um manifesto em que expressava sua repulsa ao governo de Getúlio Vargas. O chefe de Estado viu o lançamento da ANL como uma demonstração de que o comunismo tentava derrubá-lo e, pela Lei de Segurança Nacional, instituída em 1935, a dissolveu (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A partir disso, os dirigentes do PCB iniciaram um plano de ação revolucionária para conquistar o poder no país. Vargas soube pelo serviço secreto inglês que os comunistas preparavam um levante, no último congresso da Intentona Comunista, em Moscou, em agosto do mesmo ano. Entretanto, deixou que levassem a frente a tentativa de golpe, que poderia ser abafada e seria útil para o retorno à centralização de poder.

Chegaram ao Brasil oito enviados de diversas partes do mundo para participarem da intentona no país, entre eles Prestes e Olga Benário, mas o plano deu errado desde o início, acontecendo em Natal no dia 23 de novembro e só dias depois em Recife e no Rio de Janeiro. Os confrontos foram rápidos, com bombardeios a um quartel do Distrito Federal, havendo dezenas de mortos e vários presos. Os agentes de Moscou foram capturados e barbaramente torturados, tendo um perdido a sanidade e sido solto em 1947, outro morrido durante os interrogatórios e arremessado pela janela, para fingir um suicídio. Prestes permaneceu preso por nove anos, muitos deles na solitária, e Olga Benário foi entregue, grávida de sete meses, à Gestapo, a polícia alemã, tendo enfrentado os campos de concentração para judeus e morrido em uma câmara de gás, em 1942 (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O ato foi utilizado pelo governo como forma de retomar um regime mais autoritário, e, apoiado pela cúpula civil e militar, Vargas obteve a aprovação do Congresso para decretar estado de sítio e a suspensão da imunidade parlamentar dos deputados, efetuando prisões de políticos progressistas e a repressão aos cidadãos.

Em meio a tudo isso, começavam os preparativos para as eleições presidenciais de 1938. A Frente formada por Minas, Paraíba, Pernambuco e Bahia lançou a candidatura de José Américo de Almeida, ex-ministro da Viação e Obras Públicas. A oposição, recém-formada, União Democrática Brasileira (UDB), apresentou o nome de Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor de São Paulo por Vargas após a Revolução de 1932. Enquanto que a AIB decidiu por Plínio Salgado (FAUSTO, 2012).

Vargas não apoiou nenhum nome, até porque ele e a cúpula militar não pretendiam deixar o poder federal. Tratou logo de cultivar o apoio dos integralistas, reforçar o Estado, construir lealdades e aparelhar os militares, nomeando duas pessoas que sempre estiveram

a seu lado para exercerem cargos importantes no momento que estava por vir: o general Góis Monteiro para chefia do estado-maior do Exército e o general Dutra para o Ministério da Guerra.

Surgiu assim o "Plano Cohen"¹⁷, forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho e aprovado pelo governo, que iria estampar todas as capas dos jornais. Estava em curso o golpe, com a desculpa de amparar o Brasil da ameaça comunista e restaurar a ordem. Vargas obteve o apoio dos integralistas, que esperavam ser recompensados com cargos na administração, tendo Plínio Salgado renunciado à disputa presidencial. A verdade é que Vargas não tinha pretensões de dividir o poder com os integralistas, nos quais ele nem sequer confiava, como escreve em seu diário, e disso derivou a tentativa de golpe em 1938, de alguns homens que entraram nos jardins do Palácio Guanabara e atiraram contra suas janelas. Os policiais e os militares chegaram para romper o cerco e fuzilaram os integralistas nos fundos da residência (FAUSTO, 2017).

De todo modo, no dia 10 de novembro de 1937, pela manhã, soldados da polícia do Distrito Federal cercaram o Congresso, e a Carta de 1937 foi assinada pelo estadista e pelos ministros, com exceção do da Agricultura, que preferiu renunciar. Houve também a substituição de dois governadores, da Bahia e de Pernambuco. Em transmissão nacional, pela Hora do Brasil, Vargas justificou e comunicou o golpe ao povo. Iniciava-se um novo capítulo da história brasileira: o Estado Novo.

Getúlio Vargas foi o único civil a ser chefe de Estado de uma ditadura no Brasil até hoje, ainda que as Forças Armadas tivessem papel fundamental na sustentação do regime. A nomenclatura do novo governo entregava a ideia que Vargas queria passar: a inauguração de novos tempos, de uma nova política, que diferia em muito da República fracassada de 1889, a "República Velha" (GOMES, 2017).

O Estado Novo não foi fascista, salazarista ou nazista, mas foi um regime autoritário com suas linhas e contornos próprios. Tinha características corporativistas e modernizadoras, marcado pela criação de órgãos da burocracia estatal, declaradamente nacionalista e grande fomentador da área da cultura. Na construção dessa burocracia sobressaiu-se o então criado Departamento Administrativo do Serviço Público, ao qual competia a elaboração e fiscalização da proposta orçamentária federal, a instituição de concursos, a organização do pessoal, e a concessão de benefícios únicos aos trabalhadores

¹⁷ "O 'plano comunista' era um imaginativo desfile de horrores, prevendo como lance final a tomada do poder, com o incêndio de prédios públicos e a 'condução das massas aos saques e às depredações, nada poupando para aumentar cada vez mais sua excitação, que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual, a fim de atraí-las com facilidade'"(FAUSTO, 2017, p. 79).

da administração federal. O Departamento espelhava a centralização pretendida pelo governo.

Na esfera internacional, o Brasil manteve boas relações diplomáticas com os outros países, caracterizando-se por sua neutralidade política em relação à Alemanha e aos Estados Unidos. Vargas fazia acordos com ambos os países, na importação de armamentos bélicos e na exportação de bens de consumo, ainda que tenha recebido pressão do governo americano para cortar relações com o governo nazista. Quando os Estados Unidos entraram definitivamente na guerra motivados pelo ataque japonês a Pearl Harbor, o Brasil decidiu declarar solidariedade ao país. Vargas ainda cedeu as bases aéreas de Natal, Belém e Recife para os americanos, bem como aceitou aumentar a pista de Fernando de Noronha, que já era utilizada por eles (FAUSTO, 2012).

O presidente só decidiu pelo rompimento com os países do eixo na terceira Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, em janeiro de 1942. A declaração foi bem recebida pela opinião pública, mas não agradou pessoalmente a Vargas. Em seu diário, no dia 27 de janeiro ele escreve:

Ao encerrar estas linhas, devo confessar que me invade muita tristeza. Grande parte desses elementos que aplaudem essa atitude, alguns poucos que até me caluniam, são os adversários do regime que fundei, e chego a duvidar que possa consolidá-lo para passar tranquilamente o governo ao meu substituto (VARGAS, 1995, p. 457).

A resposta vinda dos submarinos alemães definiram de vez a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O torpedeamento de navios brasileiros que transportavam passageiros, em agosto do mesmo ano, culminou na morte de 610 pessoas. Vargas expediu notas à Alemanha e à Itália formalizando o estado de guerra contra os países do Eixo. Entretanto, somente dois meses antes do fim da guerra, em 1945, ocorreu a declaração contra o Japão, ainda que os japoneses residentes no Brasil tenham sofrido uma série de sanções antes disso.

Todo um imaginário foi construído em torno das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB), com um intenso número de propaganda do DIP para criar o sentimento de pertencimento e a unidade nacional.

Uma intensa propaganda veiculada pelos órgãos criados por Getúlio para promover seu governo e toda uma simbologia surgiram em função da FEB. As emissoras de rádio tocavam marchas de exaltação que associavam a luta na Itália à certeza da vitória e cantavam as belezas do país tropical aonde os pracinhas regressariam como heróis (FAUSTO, 2017, p. 105).

Morreram na Itália cerca de 460 homens, dentre os soldados recrutados, vindos especialmente das classes populares. Os pracinhas desfilaram no Rio de Janeiro quando retornaram, causando entusiasmo entre a multidão, mas para o governo Vargas representou o medo das insurreições pela democracia, afinal, haviam acabado de lutar contra regimes totalitários. Assim, Dutra e Góis Monteiro trataram de desmobilizar os expedicionários, proibindo a concessão de entrevistas, e de andar uniformizados, com suas condecorações.

Com o fim da guerra, cresceu na oposição a luta pela democracia, expressada nas mobilizações e levantes de estudantes universitários, setores da classe média como advogados, jornalistas, médicos, e políticos. A imprensa começou a escapar do controle do DIP e Vargas perdeu apoio dos chefes militares que estavam convencidos de que deveriam realizar as eleições. Cedendo diante do cenário incontornável, o presidente decidiu compor dois partidos novos que carregariam a bandeira do varguismo. O Partido Social Democrático (PSD), aliado aos dirigentes sindicais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que advogava em prol dos direitos dos trabalhadores e da intervenção do Estado na economia.

O PSD levantou a candidatura de Dutra, enquanto o PTB defendeu eleições para a Assembleia com Vargas no poder. Surgiu, deste modo, o movimento intitulado "queremismo", que pedia pelo continuísmo do chefe do Estado e teve grande apelo popular, chegando, inclusive, a obter o apoio dos comunistas. Em julho de 1945, ocorreu um comício com Luís Carlos Prestes, em São Paulo, que fortaleceu a ideia da "Constituinte com Getúlio" (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Embora não apoiasse o movimento formalmente, Vargas garantiu uma vantagem para continuar no poder. As mobilizações populares foram expressivas, mesmo com a cobertura desfavorável da imprensa oposicionista, como a que Assis Chateaubriand realizava.

O fim desastroso do Estado Novo foi impulsionado pela nomeação de Benjamim Vargas para a chefia de polícia do Distrito Federal. Essa nomeação, de um dos irmãos do presidente para ocupar um cargo com funções repressivas da capital federal, foi tomada como uma provocação pela oposição. Na noite de 29 de outubro de 1945, os militares do Exército cercaram o palácio e Góis Monteiro recusou a oferta de Vargas de retirar a nomeação para a chefia de polícia, dando a ele a escolha de renunciar ou ser deposto à força. Pouco depois da meia noite, o presidente assinou seu último ato formal, deixando a chefia do Estado.

Conta Lira Neto (2014) que no retorno para São Borja, Vargas contou com a companhia do sobrinho, o major Serafim Dornelles, já que Darcy, Alzira, Lutero e Jandira continuaram no Rio de Janeiro. A certa altura da viagem, Serafim perguntou ao tio como ele

pretendia passar o resto da longa vida que ele ainda havia de ter. Vargas acendeu um charuto, soltou uma de suas famosas baforadas e, depois de alguns minutos, revelou:

"Deves ter ouvido dizer que a política se assemelha a um jogo de xadrez. Indiscutivelmente, em alguns pontos se assemelham. Por exemplo: eu sou uma pedra que foi movida da posição que ocupava. E eles pensam que vou permanecer aonde me colocarem. É o grande erro deles. Não sabem que vamos começar um novo jogo - e com todas as pedras de volta ao tabuleiro" (VARGAS apud LIRA NETO, 2014, p. 492).

O Estado Novo, implantado por Vargas, foi a fase mais repressiva de todo o seu governo. Ele ficou conhecido pela censura e pela repressão, mas também pelo impulso à industrialização, principalmente voltada à nacionalização, e pelo desenvolvimento urbano. Por exemplo, a campanha do petróleo foi engrandecida pelos veículos de comunicação, apresentando a modernização prevista no plano do governo. Houve ainda o investimento na migração, principalmente para o Norte, com a extração da borracha, que culminou em um desastre social. Milhares de trabalhadores morreram de doenças causadas pelas condições insalubres e, com o fim da guerra, os seringueiros foram esquecidos pelo governo (FAUSTO, 2017).

No plano da cultura, o Estado Novo incentivou os compositores e artistas a se voltarem para valorização do trabalho, fortalecimento da unidade nacional e criação da identidade brasileira. Com o DIP, montou um aparato de censura que não se parecia com nada realizado até então. Vargas deu fôlego às instituições culturais e de salvaguarda do patrimônio, que receberam especial atenção do estadista a partir de 1937, como veremos adiante.

CAPÍTULO 2

Cultura e nacionalismo no governo Vargas

2 – CULTURA E NACIONALISMO NO GOVERNO VARGAS

Os regimes totalitários que se formaram após 1918 foram marcados pelo nacionalismo extremo. Genocídios, deportações, torturas, máquinas de propaganda fizeram parte do que constituiu o espírito nacional e o sentimento de nacionalismo no mundo. O extermínio da minoria, de todos aqueles que não se encaixavam no padrão cultural expressado pela nação, gerou políticas antisemitas, homofóbicas, racistas, misóginas e xenófobas (BHABHA, 2003).

Parte da criação desse sentimento se deveu a fabricação de líderes carismáticos, ao fervoroso discurso de engrandecimento da nação, a instituição de símbolos da pátria, a destruição da cultura do Outro, a censura, a publicidade positiva dos regimes, e ao populismo, que transformou as organizações populares, como os esportes, em cultos nacionalistas.

Alguns desses casos podem ser observados quando refletimos sobre o nacionalismo brasileiro. Ainda que muito diferente dos outros regimes totalitários, a Era Vargas encenou uma construção nacional que perpassou a fabricação de símbolos definidores do ser brasileiro.

A mestiçagem que antes era uma mancha na nossa identidade passou a ser nossa base constitutiva, e assim houve a apropriação de símbolos que já haviam até mesmo sido proibidos ao longo da história, como a capoeira, o samba e o candomblé. O futebol, desassociado de sua origem inglesa, tornava-se também elemento de brasilidade (SCHWARCZ, 2017).

Foi principalmente no governo Vargas, ou mais especificamente no Estado Novo, que o nacionalismo brasileiro se consolidou. Antes disso, os movimentos em prol da construção de uma identidade e cultura brasileira não ganharam maior aderência. Por isso o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, foi "a primeira grande agência constituída com o objetivo de formular uma representação da nacionalidade do ponto de vista do Estado nacional" (ABREU, 1996, p. 52).

Essa primeira tentativa, ainda que importante, não chegou a representar grandes sentimentos patrióticos no período, tendo em vista o conceito excludente de nação definido pelo IHGB, restrito aos brancos das elites. Os dados estatísticos realizados eram ainda incompletos, já que não havia metodologia definida para sua coleta, e os estudos eram descentralizados.

Foi no governo Vargas que a preocupação em atender às demandas da sociedade e à centralização do Estado, para servir de base estratégica, criou instituições voltadas à pesquisa e divulgação dos dados geográficos, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1934, que passou a se chamar Conselho Nacional de Estatística (CNE) em 1936, agregado ao Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937, que constituiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, já no Estado Novo.

O regime detinha então o monopólio da informação, para elaboração de políticas públicas, e centralização do país, enfrentando o federalismo e o regionalismo. Assim, intelectuais e o governo federal passaram a trabalhar juntos na construção de uma unidade nacional. "De um lado, as práticas discursivas do Estado, em prol da educação e do desenvolvimento do país; de outro, o discurso da Ciência, a imparcialidade e a verdade dos dados estatísticos (MIGUEL; CORREIA, 2009, p. 11).

Desta maneira o governo disseminava informações científicas que legitimaram suas ações e embasaram as decisões do chefe do Estado. Isso auxiliou também na integração nacional baseada na ocupação do território, na navegação, na construção de rodovias, e no crescimento dos meios de comunicação e de seus alcances, como o rádio, o telégrafo e o correio. Como diz Lúcia Lippi Oliveira:

A dimensão-chave desse projeto de produzir um sentimento de nacionalidade era a dimensão geopolítica, que tinha no território seu foco principal. Não por acaso, foram criadas então instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1938. Essas agências ajudariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana do país (OLIVEIRA, 2015, p. 109).

Os movimentos literários do século XIX e início do XX também empreenderam esforços na definição sobre o brasileiro. O romantismo, baseado em uma reflexão da alteridade portuguesa, se voltou para os povos originários em uma geração que ficou conhecida como indianismo, onde o indígena era o herói mítico nacional. Também no romantismo vimos José de Alencar publicar o seu livro O guarani - onde um chefe indígena se apaixona por uma jovem portuguesa –, que foi utilizado para esboçar as bases da comunidade brasileira. É possível perceber outros movimentos da literatura que acenaram para a criação de um nacionalismo, como o realismo, o naturalismo e o modernismo.

A guerra do Paraguai chegou a cativar no povo um início de sentimento nacional, mas ainda limitado, dada as dificuldades trazidas pela escravidão. A implementação da República no Brasil, em 1889, também não foi efetiva na construção de um imaginário brasileiro ou do sentimento de pertencimento, e coube a geração que se seguiu até 1930,

perseguir a ideia de redefinição da República em uma tentativa de sanar o desencanto geral (CARVALHO, 2017).

A luta para constituir um mito de origem e um herói republicano demonstrou a dificuldade em atingir o imaginário social brasileiro. As tentativas de levar o nome de um dos participantes da instauração do novo governo foram fracassadas, e a busca teve êxito na figura de Tiradentes, na qual o apego popular já existia devido a Independência e onde a religião o aproximou da imagem de Jesus enquanto mártir.

Outro elemento utilizado nessa época e que teve inspiração na França, foi a incorporação da mulher enquanto metáfora da República. Na doutrina positivista, Comte chegou a avaliar que o altruísmo, sentimento que forneceria a base para convivência social, seria encarnado pela mulher, especificamente uma mãe que sustenta o filho nos braços.

Aqui, no entanto, a utilização da figura da República foi escassamente empregada, com a exceção dos positivistas, e rapidamente foi ridicularizada pelas caricaturas e charges dos jornais da época, que criticavam o novo modo de governo. Nessas representações a República chegou a aparecer como uma mulher da vida, uma prostituta, uma debochada com um cigarro na boca, ou com seios fartos que alimentava políticos e funcionários que oneravam os cofres públicos (CARVALHO, 2017). A representação da República enquanto mulher não criou raízes ou bases na comunidade imaginada, demonstrando que os mitos só se fundamentam quando há espaço social e cultural para se firmarem, do contrário tornam-se símbolos ridicularizados ou esvaziados de sentido.

Outro símbolo forjado na Primeira República foi o de Nossa Senhora Aparecida, coroada rainha do Brasil em 1904, na tentativa de gerar comunhão entre a população, e que em 1931 foi resgatada por Getúlio Vargas como padroeira do país, no momento em que o discurso da miscigenação precisava estar embasado também pela religião¹⁸.

Da mesma forma, a bandeira e o hino marcaram a cristalização de uma mentalidade brasileira. No caso da primeira, figurou a desenhada pelos positivistas, embora o símbolo tenha incorporado as cores e elementos do Império. O hino foi uma das poucas vitórias populares da época, em que se optou por manter o antigo. As disputas em torno destes foram intensas e a aceitação se deveu claramente à força da tradição já consolidada.

¹⁸ Vale lembrar aqui que, em 21 de setembro de 2020, o Museu da República recebeu o acervo apreendido pela polícia do Rio de Janeiro no início do século XX, denominado "Museu da Magia Negra". Os objetos dessa coleção eram utilizados em rituais pelas religiões de matriz afro-brasileira e, por isso, recolhidos à força pela legislação vigente que reprimia a magia, o espiritismo e os sortilégios. Pertencente ao Museu da Polícia Civil, a coleção foi tombada pelo livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1938, pelo Sphan. A campanha Liberte o Nosso Sagrado, começou a reivindicar em 2017 a transferência das peças para outro espaço, um pedido que já era feito há anos por mães de santo. Em um acordo, o chefe da Polícia Civil e o Museu da República acertaram a transferência do acervo que foi efetuada no ano passado.

Deste modo, a República recém instaurada só obteve êxito quando se voltou à popularização dos signos, como no caso de Tiradentes, da bandeira, do hino e de Nossa Senhora Aparecida. Pouco se criou de imaginário republicano, denunciando a barreira formada pela falta de envolvimento popular no estabelecimento do novo regime (CARVALHO, 2017).

Seria, então, no início do século XX que a relação com o nacionalismo começaria a se cristalizar no país, com o modernismo e as comemorações do centenário da Independência.

É no início dos anos 20 que surge por parte de alguns intelectuais a preocupação de fundar instituições, centros e museus destinados a preservar e promover uma cultura nacional. A criação dessas instituições fazia parte da crença iluminista de que pela razão seria possível integrar o país no "concerto das nações". Havia intenção de objetificar a cultura nacional, bem como criar painéis, mapas e material didático representativo. A associação desses intelectuais com o poder do Estado possibilitou a implantação de alguns projetos específicos de museus brasileiros (ABREU, 1996, p. 54).

Mas foi em Vargas que se adotou um projeto nacionalista, voltado para a criação de indústrias estatais, como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. Também se dedicou à consolidação de leis trabalhistas, trazendo os trabalhadores urbanos para a sua base política e integrando-os no Nacional. Explorou o território brasileiro por meio de movimentos para o interior, como a Marcha para o Oeste, e apostou na legitimação da cultura popular, que ganhou o mundo com Carmen Miranda e o samba, antes antipatizado e relegado às classes mais pobres.

Aproveitou do sentimento despertado pelo futebol e alçou o esporte a símbolo representante brasileiro. Não à toa ele utilizava o Estádio São Januário para realizar seus discursos aos trabalhadores do Brasil, no primeiro de maio. Foi nele, inclusive, que Vargas assinou a lei que instituiu o salário mínimo.

O estadista utilizou muito da imprensa e da propaganda, censurando o que não convinha e incentivando o contraste entre o governo que se instalou a partir de 1930 e a intitulada "República Velha", resgatando as raízes nacionais do Império e fazendo uma aproximação com o regime de D. Pedro II. O desencanto com a Primeira República gerou esse esforço em ressignificar um passado monarquista, ainda na década de 1920, com a suspensão do banimento da família imperial.

A utilização da imagem do Império, devidamente trabalhada e fabricada, foi muito empregada por Getúlio Vargas para dar legitimidade ao seu governo centralizador, como fica demonstrado no próximo capítulo. Mas não devemos acreditar que a construção de uma

monarquia ilustre, nem qualquer outro símbolo forjado no período Vargas, foi ancorada em uma simples manipulação das massas. Os elementos criados foram consequência da mobilização de sentimentos vinculados à tradição, ao passado comum, a valores preexistentes, que, respeitados e tratados pela propaganda governamental, configuraram a identidade nacional. Nesse equilíbrio têm-se a passagem da diversidade para a homogeneidade social, ocorrida, principalmente, pela unidade cultural representada no discurso das instituições de memória.

[...], é na década de 1930, durante o período Vargas, que se implantou um sistema verdadeiramente articulado em nível federal, quando novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor (BOTELHO, 2007, p. 2).

Como pontua McClintock (2010), o nacionalismo é fetichista: ele se define a partir da materialização do imaterial em objetos-fetichismo e rituais. Logos, culinárias, arquiteturas, hinos, mapas, museus, monumentos, bandeiras, uniformes, espetáculos fetichistas do esporte e do teatro. São os espetáculos de massa que fazem surgir o nacionalismo desde o século XIX, capazes de suscitar o sentido de unidade coletiva. Desse modo, o nacionalismo se expressa enquanto uma exibição teatral da comunidade imaginada e corporifica os valores sociais em objetos de paixão.

Esses ícones e símbolos nacionais funcionam em um processo de homogeneização cultural, ao apresentar uma narrativa oficial enquanto síntese de uma nação. Podemos entender, então, a nação como uma manifestação política e cultural moderna, que surge através do capitalismo mercantilista, seja pela imprensa ou pelo impulso à industrialização, se configura no século XIX e XX, e constrói tempos vazios e homogêneos. Enquanto isso, o nacionalismo é o laço socio-cultural imaginado de um povo que compartilha uma história comum que é legitimada pela coletividade. Esse sentimento nacional está tão arraigado em nosso imaginário que não hesitamos em defender a nossa nacionalidade, quando atacada. É também por ele que lutamos em guerras que só nos pertencem pela invenção de uma ideia de pátria e nação. Em nosso imaginário, como pontua Schwarcz (2017), Deus é brasileiro e também é fã de cachaça e caipirinha.

2.1 – Os intelectuais na Era Vargas

Ainda que as bases para a implementação de uma política centralizadora e nacionalista já estivesse sendo desenhada nos anos 1920, foi com o golpe de Vargas que

essas medidas foram estabelecidas. O ano de 1930 marcou profundamente a história política, social e cultural do país, com o encampamento do nacionalismo enquanto política do Estado e com a criação de instituições para este fim.

A proliferação de agências públicas e o aparelhamento estatal surgiram como meio de organizar e centralizar a administração federal. Com isso foram incorporados diferentes segmentos sociais na máquina governamental, a partir da abertura dos cargos para gerenciamento do Estado. Este, por sua vez, investiu nas áreas da educação e da cultura. Por meio delas buscou-se difundir uma visão específica do mundo, que fosse reconhecida e legitimada pela população brasileira, na tentativa de gerir uma unidade nacional.

A revolução de 1930 criou as condições adequadas para a modernização, o fortalecimento e o reaparelhamento do Estado. Fortalecido e reaparelhado o Estado passaria a interferir nas relações de trabalho, no sistema de educação, até então dominado pela Igreja, bem como na organização da cultura. As interferências do Estado na arena cultural podem ser constatadas pela atuação de diversos intelectuais junto aos órgãos públicos e pelas ações que objetivavam organizar o panorama cultural brasileiro (CHAGAS, 2015, p. 106).

A criação de conselhos, agências, institutos, serviços e departamentos, possibilitou a invenção de tradições e a fabricação de uma nação, muitos impulsionados pelo esforço dos intelectuais que se inseriram na administração federal. O Ministério da Educação e Saúde Pública, por exemplo, foi criado imediatamente após a instituição do Governo Provisório, ainda em 1930, e foi fundamental na propagação da ideologia varguista, principalmente com Gustavo Capanema à frente, a partir de 1934. Os intelectuais do MES tomaram para si o papel de porta-vozes da sociedade e de gestores da cultura.

Ao longo da Era Vargas foram criadas inúmeras instituições federais, tendo o governo investido na estatização de setores de produção cultural para manutenção do monopólio, transformando a área em um importante dispositivo de fortalecimento do poder do Estado. Foi principalmente a partir do Estado Novo que se visualizou um *boom* no surgimento de novos órgãos destinados à salvaguarda do patrimônio e na fabricação da memória nacional. Podem ser citados dentro deste contexto os trabalhos realizados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto Nacional do Livro, do Serviço Nacional de Teatro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Departamento de Imprensa e Propaganda, e no intenso fomento aos museus.

A própria fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público, previsto pela constituição de 1937 e criado em 1938, comprova a preocupação do Estado no aparelhamento da administração federal. O Dasp tinha como função organizar e racionalizar o serviço público brasileiro, promovendo a integração entre os setores, a seleção, por meio

do sistema de mérito, em uma tentativa de diminuir a interferência dos interesses privados na vida pública, e o aprimoramento do pessoal. O Departamento colaborou significativamente nas áreas culturais e na entrada dos intelectuais na administração federal.

O Departamento Administrativo do Serviço Público contribuiu para o progresso dos museus, não somente reorganizando e regularizando a carreira de conservador, como fazendo concursos destinados a selecionar técnicos para os nossos museus, concursos esses que incentivaram muitas pessoas ao estudo, visando uma futura colocação dentro da carreira de Conservador (BARATA, 1942b, p. 353).

Desta forma, os intelectuais participaram ativamente na construção do Estado-nação, integrados nas funções da administração pública, em diversos departamentos e serviços que foram fundamentais para as políticas de Getúlio Vargas. Estes homens de letras¹⁹ atuavam já na década de 1920, no movimento modernista, questionando e construindo as bases para a definição do que era brasileiro. Aqueles adeptos ao movimento verde-amarelo, por exemplo, participaram depois da organização da Ação Integralista Brasileira, em 1932, e se engajaram no Departamento de Imprensa e Propaganda, no Estado Novo (OLIVEIRA, 1999).

Entretanto, muitos dos que compuseram a elite letrada que atuaram nos anos 1920, não participaram da Revolução de 1930, nem mesmo aprovaram-na. Ainda assim, experimentaram certa visibilidade e a publicação de seus estudos de sociologia e literatura brasileira. As literaturas regionais, na Era Vargas, transformaram-se em literatura nacional. Esse denominado romance social, voltou-se principalmente ao nordeste, para a valorização da realidade em uma visão sociológica.

Foi ainda no início do governo Vargas que aconteceu o estabelecimento dos primeiros cursos de sociologia, com a Escola Livre de Sociologia, em São Paulo, em 1933, formando intelectuais engajados em explorar o Brasil e em redefini-lo. À época surgem coleções importantes como a *Brasiliana*, a *Coleção Azul*, *Problemas Políticos Contemporâneos* e *Documentos Brasileiros*, interessadas em interpretar o passado, compreender o momento político e apresentar projetos para um novo Brasil (OLIVEIRA, 1999).

O interesse pela redescoberta do Brasil seria fortalecido na década de 1930 com a produção de diversos intelectuais, independentemente dos matizes ideológicos, que buscavam reinterpretar o país a partir de novos parâmetros. Esta produção pode ser percebida através das obras: *Evolução política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr.; *Casa grande & senzala* (1933),

¹⁹ E digo "homens", pois as mulheres ainda eram excluídas e marginalizadas da vida pública, começando a ganhar espaço no Brasil a partir do início do século XX, com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, por Bertha Lutz. No entanto, o sufrágio feminino foi reconhecido pelo Código Eleitoral somente dez anos depois, em 1932, e incorporado à Constituição em 1934, no governo Vargas.

de Gilberto Freire; Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e História econômica do Brasil (1937), de Roberto Simonsen (CHAGAS, 2015, p. 105).

Assim, houve o aumento das ações do Estado enquanto patrocinador e mecenas da cultura brasileira, conferindo aos intelectuais o papel de elite civilizadora, a missão da política salvadora e significando-os como homens excepcionais, enquanto conferem legitimidade aos projetos ideológicos estadonovistas.

Os intelectuais são os que captam, são os intérpretes dos anseios da sociedade, e, ao colaborarem com o Estado, tornam-no capaz de disciplinar, de coordenar, permitindo o funcionamento de um todo orgânico. O papel do Estado é sempre visto como o de tutor, de pai, diante de uma sociedade imatura, indecisa, carente de guia (OLIVEIRA, 1999, p. 95).

A construção dos símbolos da brasilidade estavam em intenso desenvolvimento no cenário de 1930 e 1940, já que o Estado buscava a coesão social, e os intelectuais atuantes foram ativos participantes na política de identidade nacional, oferecendo instrumentos de ação educativa e de doutrinação ligadas às agências culturais.

O rádio, o cinema, a música, os esportes, o patrimônio de pedra e cal, os objetos museológicos, os arquivos e os livros, foram utilizados na formação de "bons hábitos", na civilização e no fortalecimento do sentimento nacional. Os produtores de tais veículos de propagação do discurso oficial são os próprios intelectuais que lutaram para participar da fabricação da nacionalidade. Essa busca em integrar o sistema de política cultural não foi desinteressada, mas atenta aos privilégios do poder público e ao destaque de si mesmo enquanto parte de uma exclusiva elite intelectual dos construtores da nação. Como cita Sérgio Miceli,

[...] o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir a caução daqueles que aspiravam ingressar no panteão da "cultura brasileira" (MICELI, 2001, p. 217).

Cada um deles atuou em conformidade com o discurso nacionalista, ainda que alguns confrontos tenham existido dentro dessa elite e nela com o Estado, mas isso só alimentou a ideia de que o governo buscava se apoiar na ciência e engrandecer o país com a diversidade de ideias entre esses intelectuais.

O regime de 1937 se apresentou enquanto novo e nacional. A procura por modernizar o país voltou-se, pela primeira vez, para as raízes da nacionalidade, para as verdadeiras tradições. Ao recusar o modelo liberal que era importado, o Estado inaugurou uma política centralizadora, voltada para a doutrinação de uma mentalidade de unidade

nacional imbricada no moderno e no tradicional. "O Estado que se autodenomina 'novo' relê a tradição, volta ao passado, reescreve a história, reelaborando-a sob nova perspectiva" (OLIVEIRA, 1999, p. 93).

É nesse íterim que se inaugura tanto as políticas culturais populares, como a institucionalização do samba, do folclore, da feijoada, da capoeira, da miscigenação, do Zé Carioca, quanto da ressignificação do passado imperial, apoiado no engrandecimento de D. Pedro II e em seu governo centralizador. Assim, o moderno e a tradição voltam-se, juntos, na criação de uma identidade brasileira, particularmente positiva ao poder de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, não se pode descartar o fato de esses órgãos terem sido criados dentro de um regime autoritário, que carregava a bandeira do nacionalismo pela unidade - homogeneizadora da cultura -, em que foram feitas escolhas em função das tomadas de posição advindas desse contexto e, portanto, não alheias ao processo (CHUVA, 2017, p. 117).

Por fim, mas não menos importante, cabe ressaltar que esses intelectuais operaram em áreas importantes da cultura e do patrimônio, ingressando em espaços legitimadores de narrativas e construindo politicamente as bases da unidade nacional. Portanto, são incumbidos da capacidade da imaginação do patrimônio, ou ainda, da "imaginação museal".

Objetivamente a minha sugestão é que a imaginação museal configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. Essa capacidade imaginativa não implica a eliminação da dimensão política dos museus, mas, ao contrário, pode servir para iluminá-la. Essa capacidade imaginativa - é importante frisar - também não é privilégio de alguns; mas, para acionar o dispositivo que a põe em movimento é necessário uma aliança com as musas, é preciso ter interesse na mediação entre mundos e tempos diferentes, significados e funções diferentes, indivíduos e grupos sociais diferentes. Em síntese: é preciso iniciar-se na "linguagem das coisas". Essa imaginação não é prerrogativa sequer de um grupo profissional, como o dos museólogos, por exemplo, ainda que eles tenham o privilégio de ser especialmente treinados para o seu desenvolvimento. Tecnicamente ela refere-se ao conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais de "percepção educada" desenvolvem sobre os museus e a museologia (CHAGAS, 2009, p. 64).

Muitos desses intelectuais da década de 1930 e 1940, incluídos no Estado, foram os responsáveis pela definição do patrimônio, seja pelo tombamento, seja pela seleção dos acervos nos museus. Mas há de se levar em conta, ainda, que o próprio presidente Getúlio Vargas foi dono de uma imaginação museal que tornou possível as políticas de memória das instituições culturais, como o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial.

Essa perspectiva imaginativa é essencial para compreendermos os avanços realizados em seu governo nos museus. Ao perceber o poder de eternização deles, Vargas

contribui pessoalmente com a configuração de seus acervos e com a criação de novos outros, lançando-se na memória do presente e do futuro, fabricando sua própria imortalidade (ainda enquanto vivo, é importante destacar).

2.2 – O Departamento de Imprensa e Propaganda e a Revista Cultura Política

Em 10 de novembro de 1937 foi divulgado por meio do rádio, para todos os brasileiros, um discurso realizado pelo presidente Getúlio Vargas. O novo modelo de governo que se instaurava ficou conhecido como "Estado Novo", em uma alusão ao progresso e desenvolvimento propagandeado pelo regime, e foi apresentado como uma continuidade lógica e natural das ações que se iniciaram em 1930.

Durante o Estado Novo o presidente obteve amplos poderes, governando através de decretos-leis, com a dissolução do Congresso e a nomeação de interventores para os governos estaduais. Ainda, foi declarado estado de emergência na Carta de 1937, suspendendo as liberdades civis e criando um forte aparato de censura e repressão.

O famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi uma das agências nascidas no novo cenário político que se destacou pelo controle e difusão da informação durante o Estado Novo. Desde o início do governo Vargas, houve uma preocupação com a veiculação da imagem do presidente nos meios de comunicação, demonstrado pela criação de órgãos de censura e publicidade. O Departamento Oficial de Publicidade (DOP) foi criado em 1931 e substituído, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que funcionou até o início de 1938, quando o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) foi instituído e durou até o final de 1939, com o nascimento do DIP (FAUSTO, 2012).

Este se tornou uma verdadeira máquina de propaganda governamental, executando, com exclusividade, toda a publicidade dos ministérios e estabelecimentos da administração federal.

Diretamente subordinado ao presidente, que escolhia seus dirigentes, com órgãos filiados nos estados e um grande poder de comunicação, o DIP foi dirigido até 1942 pelo jornalista sergipano adepto do Integralismo, Lourival Fontes, que já dirigia o órgão quando era DPDC e DNP, tendo passado o cargo para o major Coelho dos Reis e depois para o capitão Amilcar Dutra de Menezes, até a sua extinção, em 1945.

O DIP também contou com tentáculos em diversas áreas além da propaganda, como: cinema, teatro, rádio, turismo, imprensa, entre outros. A censura aos meios de comunicação esteve sob o controle do DIP, que trabalhou modificando ou proibindo matérias de jornais, veiculações em rádio, peças teatrais, letras de música e filmes; houve também a perseguição, prisão, tortura e exílio de intelectuais e artistas. Certo é que o campo cultural foi foco das políticas estadonovistas, em uma tentativa de controle seja pela censura ou pela propaganda.

Após sua criação, todos os serviços de propaganda e publicidade do governo passaram para o controle do DIP, que se tornou o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e de expressão. Tinha por funções servir de elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura ao teatro, cinema, funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações consideradas nocivas ao país; promover e organizar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico; dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo (ABREU, 2019, p. 41).

Deste modo, o objetivo do DIP era difundir a ideologia do Estado Novo e promover a figura de Getúlio Vargas, bem como as realizações de seu governo. Para tanto, utilizou todos os meios possíveis para alcançar o máximo de pessoas, tornando-se porta-voz do regime.

O Departamento atuou extremamente ligado à área da cultura. Foi um dos grandes responsáveis por construir uma narrativa sobre a memória e a identidade nacional, utilizando os meios de comunicação, mas também órgãos e instituições culturais. Ele apostou em símbolos populares, como o samba e o carnaval, na celebração da diversidade cultural e racial do país, e na valorização do Brasil no exterior. Nas palavras de Márcia Chuva: "O regime varguista assumiu uma posição predominante no âmbito da produção cultural, lutando pelo monopólio dessa produção e tornando-a um importante veículo para o fortalecimento do poder político do Estado" (CHUVA, 2017, p. 117).

Assim, o DIP serviu para legitimar o governo e apoiar o discurso de unidade nacional que era propagado à época, apresentando o Estado Novo como "[...] a fórmula que permitiria, finalmente, realizar as tarefas de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzir enfim o governo técnico, acima da politicalha dos partidos" (FAUSTO, 2017, p. 90).

Utilizando simbolismos, o Estado Novo demonstrou a sua ideologia através de ações como a queima das bandeiras, realizada no fim de 1937, em um discurso que buscava

unificar o Brasil sob uma única bandeira patriótica, ou com a proibição, no mesmo ano, da existência de instituições de ensino em língua estrangeira, que culminou no fechamento de muitas escolas e, dois anos mais tarde, na ocupação pelo exército, intitulados de “agentes da nacionalização”, das regiões de colonização alemã. Além disso, instituiu datas comemorativas como o Dia da Raça, alimentando a narrativa da miscigenação como algo único dos brasileiros, e até mesmo o próprio aniversário do presidente (FAUSTO, 2017).

O DIP foi certamente um dos maiores aliados do governo na encampação de um projeto nacionalista que buscava definir uma identidade nacional e associá-la à Getúlio Vargas. Alguns exemplos podem ser encontrados nesse sentido: o Departamento passou a ser responsável, em 1939, pelo programa Hora do Brasil, transmissão obrigatória e oficial do governo a partir da Rádio Guanabara, no intuito de alcançar o maior número de brasileiros, devido a popularização do rádio, e de levar a voz do presidente para dentro das casas e repartições do país. A estatização da Rádio Nacional, em 1940, foi outro marco devido a sua potência, galgando a liderança em audiência. O DIP alimentou a Rádio Nacional com músicos e artistas famosos para sanar o tédio da propaganda eleitoral e atrair mais ouvintes com seus programas de auditório muito concorridos.

Os funcionários do DIP foram especialmente hábeis em aproveitar o impacto tecnológico operado pelos novos veículos de comunicação - rádio e cinema - e propagandear as ações e iniciativas do governo. O rádio já era, na época, um fenômeno de massa: atendia à demanda de entretenimento de uma audiência crescente, estava consolidado como veículo publicitário e conseguia fazer brotar o sucesso (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 377).

Podemos citar ainda a fabricação e distribuição de livros escolares, como o livreto “O sorriso do presidente Vargas”, em uma alusão ao famoso sorriso propagandeado como uma das virtudes do estadista, a promoção de concursos de monografias e de música popular, a distribuição de folhetos explicativos sobre o novo regime, o envio de fotografias oficiais do presidente às escolas e repartições públicas, e o Cinejornal Brasileiro, que, em uma época em que o cinema ainda era uma novidade, levava às telonas a figura do presidente para aproximação com o público. “Era o presidente visitando escolas, hospitais, cortando fitas de inauguração das mais variadas obras, com o que se tratava de associar, na mente das pessoas, os valores da educação, da solidariedade social e do desenvolvimento econômico” (FAUSTO, 2017, p. 124- 125).

Outro papel importante do DIP foi na expedição de publicações como “Ciência Política” e “Cultura Política”, que tinham por objetivo fornecer as diretrizes do regime, auxiliar na fabricação da memória e identidade nacional e na legitimação do governo.

Almir de Andrade foi um intelectual carioca ligado ao Estado Novo, que ocupou o cargo de professor de Direito na Universidade do Brasil e escreveu diversos livros nas áreas de ciências sociais, psicologia e filosofia, tornando-se editor-chefe de *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, durante seu funcionamento, de março de 1941 à outubro de 1945 (MESQUITA, 2018).

A revista era vendida mensalmente nas bancas de jornais das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, contando com uma boa divulgação e grande procura. Seus colaboradores eram intelectuais de várias áreas do conhecimento, que recebiam o dobro do que normalmente se pagava em outras publicações (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, c2020).

Seu subtítulo deixa claro a intenção da revista. Destinada a teorizar e apresentar as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas do país no governo Vargas, *Cultura Política* se dedicava a publicizar as realizações do Estado, a tecer elogios ao caráter do presidente, e a vulgarizar as pesquisas realizadas nas áreas de história e sociologia.

Os intelectuais foram fundamentais na estruturação da revista. Contribuíram em peso para a legitimidade da publicação, já que faziam parte de uma elite acadêmica brasileira. Nomes como Francisco Campos, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Além de Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodr , demonstrando a capacidade da revista em dialogar com intelectuais que não compactuavam com o regime, mas que se dedicavam a escrever artigos sobre literatura, história e folclore brasileiro.

Assim, por meio deles, *Cultura Política* se apresentava como uma narrativa oficial, operando enquanto um dos principais órgãos de sustentac o do regime, e na massifica o de informa es. Apresentando discursos sociológicos e científicos, a revista mostrava-se isenta de acordos com o poder, fortalecendo a constru o da identidade brasileira apoiada na ascensão da cultura regional para nacional, que favorecia os ideais do governo Vargas.

A incorpora o desses intelectuais no corpo de autores da revista se deu principalmente pelo prestígio pessoal e pelo atrativo das iniciativas vanguardistas incentivadas pelo Estado. A fixa o no serviço público também foi um ponto favorável para a decisão e, em alguns casos, houve intensa negocia o de favores com os dirigentes do DIP. "Com efeito, *Cultura Política* desempenhava um papel ativo na sistematiza o do discurso ideológico oficial, buscando fundamentos em autores clássicos do pensamento político e em importantes representantes do pensamento autoritário nacional" (MESQUITA, 2018, p. 178).

Para compor a publica o foram criadas diversas se es que eram destinadas a autores específicos, além de algumas outras que foram editadas com participa es

especiais. Podemos citar as seções “Brasil Social, Intelectual e Artístico” que abrigava artigos sobre “Evolução Social”, “Evolução Intelectual” e “Evolução Artística” e, por sua vez, discutia questões sobre “Quadros e Costumes” das regiões do Brasil, “Folclore”, “História”, entre outros.

Artigos como "O Presidente Getúlio Vargas e a cultura social do Brasil" e "O pensamento político do Presidente através dos estudos de 'Cultura Política'" são encontrados nas edições desta revista, demonstrando o caráter de publicização do Estado e, especificamente, da figura central do executivo. Atuou voltada à legitimação do regime estadonovista, em caráter doutrinário para a população, como explicitou o próprio Vargas na edição extraordinária de comemoração do quarto aniversário do Estado Novo.

As publicações periódicas do feitio de CULTURA POLÍTICA, com diretivas firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais, constituem uma necessidade nas épocas de reforma e reconstrução com a que o ESTADO NACIONAL iniciou no Brasil (VARGAS, 1941).

Nessa mesma edição temos significativas dedicatórias de ministros, que comprovam a utilização da revista como meio de publicizar o regime ditatorial e a figura do estadista enquanto chefe ilustre da nação.

O Brasil desconhecido e abúlico é atualmente uma Nação, uma Pátria respeitada que ressurgue no cenário mundial como uma comunidade onde há uma só língua, uma Lei suprema e onde impera uma só vontade: a Vontade Nacional (DUTRA, 1941).

A atitude do presidente Getulio Vargas, ao dia 10 de novembro, foi a dos grandes, dos autênticos homens de Estado, nas horas agudas da história. Tomou a perigosa decisão de mudar o rumo dos acontecimentos, a decisão revolucionária de substituir a crise pelo ideal. E por esse ideal, o ideal do Brasil vencedor de todas as dificuldades e riscos, rompeu o caminho, com fé, com energia e com a disposição de aceitar os sacrifícios que oferecessem. Tal chefe merece a veneração do seu povo (CAPANEMA, 1941).

O Governo do Presidente Getulio Vargas nem é o Três de Outubro nem o Dez de Novembro. É mais do que isso: é algo de parecido com uma aluvião, que arrasta no seu movimento grande quantidade de idéias, planos, esperanças e reivindicações que se vão cristalizando lenta e seguramente do decurso do tempo (ARANHA, 1941).

A revista não se definiu somente pela propaganda varguista, mas também mirou nos museus. Além de inúmeras citações às instituições museológicas na complementação do panorama histórico e cultural em diferentes aspectos, como nos artigos “Artes Plásticas”, escrita por Carlos Cavalcanti, e “Educação”, de Venâncio Filho, Cultura Política passou a ter uma seção própria intitulada “Museus”, a partir de 1943, de autoria de Mário Barata, na qual

também contribuiu Herman Lima. Isso corrobora a ideia de que as instituições museológicas foram fundamentais na configuração do governo Vargas e, principalmente, do Estado Novo.

A discussão dos museus nesta revista recaiu no caráter educativo, no poder de construção da memória e identidade nacional, na disseminação da história e do passado brasileiro, na edição de publicações como os Anais do Museu Histórico Nacional e o Anuário do Museu Imperial como fontes históricas para pesquisas, na fabricação de vultos e heróis, e nos estudos acerca dos mobiliários, das artes e dos itens históricos.

Tomando ciência do papel desempenhado pelos museus na constituição de uma história oficial, institucionalizada e definidora do que é nacional, é intrigante pensar que elas tiveram uma seção própria e estiveram em destaque nas discussões da revista. Uma busca prévia pelos números de Cultura Política nos revelou os seguintes dados:

Quadro 1 – Busca por palavras-chave nos números da Revista Cultura Política (1941-1945)

Palavras-chave	Quantidade de vezes citadas
"museu"	269
"museus"	134
"museologia"	5
"Getúlio Vargas"	1169
"patrimônio"	346
"memória"	345
"identidade"	92
"nacionalismo"	114

Fonte: Elaboração da autora

Ainda que um tanto genéricos, estes termos revelam o lugar de protagonismo dos museus no discurso da revista para a construção de uma identidade nacional, de um nacionalismo brasileiro e na reinvenção das tradições e da cultura. Alguns autores elucidam quanto a importância do patrimônio cultural em períodos totalitários e na criação de nações, já que nestes momentos históricos “[...] verifica-se a necessidade de se criar identidades em comum para os integrantes de uma nação, o que leva à escolha e preservação de patrimônios culturais nacionais. Para guardar esse patrimônio, muitos Estados nacionais, após estruturarem-se, criaram agências estatais com essa função” (AGUIAR, 2015, p. 81).

É compreensível, deste modo, que o período que compreendeu a Era Vargas (1930-1945), foi marcado pela criação de órgãos e agências que se relacionavam com o

patrimônio e suas instituições, como o DIP, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Curso de Museus, e o significativo aumento na criação de novas instituições museológicas. Portanto, é possível depreender que os museus se apresentaram como instituições importantes na criação da nação brasileira e do nacionalismo varguista, bem como, na imaginação social fabricada pelo país. Pensando sobre o período Vargas, a quantidade de novos museus criados reflete uma política cultural de valorização da nação: do passado histórico, da arte, das riquezas minerais e vegetais.

Nas seguidas publicações da revista *Cultura Política*, pode-se encontrar as mesmas análises sobre os museus, como instituições acolhedoras da história nacional e espelhos de civilização. No artigo de Mário Barata intitulado “A importância e a técnica do museu contemporâneo”, têm-se a noção do papel desempenhado pelos museus e a sua abstração. Ele diz:

O museu ficou sendo uma manifestação essencial da vida contemporânea. Nasceu com ela e faz parte dela, com um campo de ação social cada vez maior. A importância do museu vem de ele estar perfeitamente integrado às necessidades modernas e aparelhado para agir. Daí os homens o procuram insistentemente, com o fim de utilizá-lo, pois na verdade ele corresponde aos anseios da hora em que vivemos (BARATA, 1942a, p. 409).

Ele ainda termina anunciando que “essa notável importância que os museus têm no dia de hoje está começando a ser compreendida no Brasil” (BARATA, 1942a), em uma comprovação de que a política cultural voltada aos museus começava a engatinhar no país, o que distinguiu o período Vargas dos passados, onde não se viu maiores acenos a essas instituições. Tanto é que o presidente ficou conhecido como o mecenas dos museus e do patrimônio, em um discurso realizado pelo ministro Gustavo Capanema quando da inauguração do Museu Imperial.

O Estado Novo foi “[...] um regime que investiu fortemente em políticas culturais, entre as quais se destacou a valorização do passado histórico do país” (GOMES, 2019, p. 29), realizadas através de órgãos como o DIP e instrumentos como a *Revista Cultura Política*. Circulando entre a elite intelectual, ela propunha uma visão de governo forte, científico, centralizado em torno de um líder carismático e responsável.

Campo de ilimitada extensão e de importância fundamental para a educação de um povo que, como o nosso, aspira aos padrões mais altos de vida, a produção e a difusão da cultura constituíram justamente uma preocupação constante da administração pública nestes últimos cinco anos. Não há quem desconheça o carinho dispensado pelo Presidente Getúlio Vargas ao trabalho intelectual. Seu governo tem sido uma fonte de grandes estímulos à ciência, às belas artes, ao livro, ao teatro, à imprensa e, em geral, a todas as manifestações da atividade mental. Em cada um desses

setores sua intervenção se tem feito sentir de maneira altamente benéfica (O MINISTÉRIO..., 1942, p. 32).

Em uma narrativa de legitimação do governo e posituação de Getúlio Vargas, a revista se empenhou em disseminar cada nova realização, fazendo parte da construção de uma nação a partir das análises sociais, políticas e culturais. Lançou mão, ainda, de comparações com os governos anteriores. Desde a condenação da Primeira República, ou, como ficou denominado na Era Vargas, a "República Velha", chegando até mesmo na fabricação de um contraste com a monarquia. Tornava-se importante demarcar um novo começo para o Brasil, marcado pelo golpe de 1930.

A monarquia desdenhou o passado histórico e artístico do Brasil. Pedro II comparecia às sessões do Instituto Histórico, lia o seu Marco Aurelio, quando ia a Paris visitava Victor Hugo, comprazia-se na companhia de historiadores e pensadores, mas tem-se a impressão de que não via bem o Brasil, nem compreendia bem o seu passado, nem dava valor à sua arte tradicional. Ele foi, aliás a primeira vítima disso. Quando veio a República, os homens que liquidaram o acervo da monarquia não tinham uma mentalidade formada para essas cousas. [...] Hoje o Brasil tem formada uma mentalidade propícia à defesa do passado nacional. [...] Devemo-lo certamente e muito, à ação dos jornalistas, dos escritores e dos homens de pensamento da geração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de Gilberto Freire, de Lucio Costa, Mário de Andrade e outros, espalhado pelo Brasil. Mas, sem a ação prestigiosa do poder público, tudo seria em vão. É uma honra para o Presidente Getúlio Vargas ter tomado a iniciativa de amparar o passado histórico e artístico do país (FERNANDES, 1941, p. 320-322).

Mesmo o empenho pela recuperação do passado imperial não impediu que essa comparação fosse realizada, ainda que o último monarca fosse considerado uma vítima e não o culpado, como ocorreu com os governantes da Primeira República. O DIP fazia questão de salientar as grandiosas mudanças que ocorreram desde a chegada de Vargas ao poder, com a reestruturação da cultura nacional e o amparo ao patrimônio brasileiro.

Assim, a revista foi um significativo instrumento para a consolidação do poder político do presidente, inserido nos projetos de publicidade do DIP que buscavam difundir a imagem do novo regime de 1937, reinventar um passado comum, e combater ou censurar os ideais contrários. E assim ela atuou, até 1945, quando a pressão política e o interesse da oposição pôs fim ao Estado Novo.

2.3 – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dentro desse cenário também surgiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), fruto de uma crescente preocupação com o patrimônio brasileiro e construção de uma narrativa sólida sobre o passado e o presente. Não poderia deixar de

citar os esforços empreendidos por outras instituições anteriores ao Sphan na salvaguarda dos bens materiais, como os museus, as inspetorias, os departamentos de cultura, as bibliotecas e os arquivos.

De fato, desde os anos 1920, houve tentativas de criação de legislações de proteção ao patrimônio, como os projetos do deputado Luiz Cedro, em 1923, do jurista Jair Lins, em 1925, e do deputado José Wanderley de Araújo, em 1930. "Entretanto, elas sempre esbarravam na questão da ingerência do Estado sobre a propriedade privada" (GOMES, 2016, p. 11).

Somente nos anos 1930, ganharia fôlego a ideia de criação de uma instituição preocupada na salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional. Antecedendo o Sphan, a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN) se destacou por ter sido o primeiro órgão destinado a preservação do patrimônio em âmbito nacional. Ligada ao Museu Histórico Nacional, a IMN exerceu papel importante especialmente na conservação e restauração de monumentos imóveis, atuando para identificar e classificar o patrimônio brasileiro enquanto bens que deveriam ser preservados sob a insígnia de monumentos nacionais (MAGALHÃES, c2014).

O IMN abriu caminho para as discussões mais aprofundadas em relação à proteção do patrimônio, refletindo o contexto de formação do nacionalismo e da nação brasileira. Gustavo Barroso, enquanto diretor do Museu Histórico Nacional, estava à frente também da Inspeção, e planejava fabricar uma tradição, a partir dos monumentos, que pelos critérios dele, seriam dignos de representarem a história nacional.

Barroso exerceu função relevante na criação da imaginação varguista, tendo sido responsável pelo Museu Histórico Nacional durante a Era Vargas, cultivando uma parceria com o presidente. Além disso, foi essencial na direção do Curso de Museus e na criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, empenhado em participar da fabricação da memória social. Enquanto intelectual, trabalhou em pesquisas e contribuiu na publicação de livros, somando 128 obras.

A Inspeção criada em 1934 funcionou por mais de três anos, tendo sido extinta após a concepção de um projeto para criação de um órgão especializado na salvaguarda do patrimônio. No entanto, há de se ter em mente que o encerramento da IMN foi fruto de "embates de poder", de "disputa de projetos de política de memória" (CHAGAS, 2009, p. 47).

Em relação à proteção do Patrimônio, Gustavo Barroso perdeu na querela com os "modernos", sendo alijado das políticas de preservação empreendidas pelo SPHAN, que eram baseadas em outras referências de conservação e em outros critérios. Os intelectuais da nova instituição

priorizavam o valor estético dos monumentos para julgá-los preserváveis, rejeitando os princípios tradicionais calcados no valor de antigüidade, nos quais Barroso se baseava (MAGALHÃES, 2004, p. 55).

Assim surgiu, em 1936, o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Span), de autoria de Mario de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, a pedido do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, que tinha como objetivo determinar, organizar, defender, conservar e propagar o patrimônio artístico nacional.

Em sua proposta, Mario de Andrade apresenta a noção de arte como uma habilidade do engenho humano na utilização das coisas. Desta maneira, ele previa antecipadamente a proteção aos bens imateriais, diferente do projeto final do Sphan. Ademais, as obras de arte seriam classificadas a partir de categorias específicas, sendo elas: Arte Erudita Nacional; Arte Erudita Estrangeira; Arte Aplicada Nacional; Arte Aplicada Estrangeira; Arte Histórica; Arte Popular; Arte Arqueológica; e Arte Ameríndia.

O Span também previa a criação de livros de tombo e de museus integrados à estrutura da instituição, para acolher estes diferentes tipos de artes. Foram definidos quatro livros de tombamento: Arqueológico e Etnográfico; Belas Artes; Histórico; e Artes Aplicadas, bem como quatro museus para acomodá-los: Arqueológico e Etnográfico; Belas Artes; Histórico; e Artes Aplicadas e Técnica industrial. Dentre estes, dois já existiam: o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional, o terceiro museu que deveria ser criado seria o de Belas Artes, projeto já suscitado pela Escola de Belas Artes, e o quarto seria o Museu de Artes Aplicadas, que nunca fora implementado.

Realizado o anteprojeto, Capanema levou a frente a instauração do Serviço do Patrimônio, nomeando, por sugestão de Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor do novo órgão (CHAGAS, 2015). Este tratou logo de criar o projeto de lei que, mesmo inspirado nas ideias do colega, ainda destoava do anteprojeto realizado²⁰.

No dia 30 de outubro de 1936, O Jornal do Rio de Janeiro publicava um artigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a relevância do trabalho que se discutia.

O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da cobiça dos particulares (ANDRADE, 1936).

²⁰ Para análise mais aprofundada das diferenças entre os dois projetos ver quadro de comparação em "Os arquitetos da memória" de Márcia Chuva, 2017.

Concebido em caráter experimental em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. No ano seguinte, em 13 de janeiro de 1937, foi promulgada a Lei nº 378, que oficializava a sua criação. No entanto, a regulamentação do ato de tombamento dos bens móveis e imóveis só foi efetivada em 30 de novembro de 1937, com o Decreto-Lei nº 25.

O Sphan gozou de certa autonomia durante o período do Estado Novo, já que se encaixava perfeitamente dentro do projeto ideológico do governo de criação da cultura nacional e reinvenção do passado. Vargas viu na instituição a possibilidade de positivar a imagem do regime político ditatorial e centralizador que acabava de se instalar, convocando intelectuais de grande prestígio para visibilizar o novo empreendimento na área do patrimônio. O Sphan foi um espaço privilegiado para a concretização de um projeto modernista (FONSECA, 2005).

A "constelação Capanema", como definiu Helena Bomeny (2001), foi responsável pelo avanço dos projetos vanguardistas e modernistas da repartição, composta por intelectuais que obtiveram importante destaque à época, tais como: o próprio Capanema; Mario de Andrade; Rodrigo Melo Franco de Andrade;

[...] Carlos Drummond de Andrade - organizador do arquivo e chefe da seção de história; Lucio Costa - chefe da divisão de estudos e Tombamentos; Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto - consultores jurídicos; Manuel Bandeira - colaborador em várias publicações; Noronha Santos e Gilberto Freyre - colaboradores nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil e intelectuais como Anísio Teixeira, Lourenço filho, Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e Sérgio Buarque de Holanda (MIGUEL; CORREIA, 2009, p. 6).

Desta forma, o Sphan deu suporte ao discurso moderno do novo governo, tornando material a ideologia estadonovista, enquanto investia de poder as práticas dos intelectuais por trás da instituição. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

[...] o grande interesse do Sphan para o governo consistia no reforço ao processo de cooptação das elites, em dois sentidos: de um lado, abria-se um espaço no governo que possibilitava a intelectuais acesso a funções remuneradas e ao abrigo de imposições ideológicas; de outro, a consagração de bens de arte erudita como patrimônio nacional contrabalanceava a imagem de um governo que recorria a conteúdos culturais para persuasão ideológica. Além disso, a criação de um serviço como o Sphan, instituição pioneira na América Latina e que, rapidamente, alcançou grande prestígio no exterior, inseria o Brasil no conjuntos das nações civilizadas (FONSECA, 2005, 123).

O Sphan tinha como finalidade promover, de maneira permanente, o tombamento, a conservação, e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Dos nove anos

em que funcionou o Serviço, antes de se transformar em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), em 1946, foram tombados 474 bens, sendo que 246, ou 52% desse total, somente em 1938.

Quadro 2 – Tombamentos realizados entre 1938 e 1946

Ano	Livro de Tombo							TOTAL
	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LAEP)	Artes Aplicadas (LAA)	Belas Artes (LBA)	Histórico (LH)	LBA/LAEP	LBA/LH	LBA/LH/LAEP	
1938	2	-	116	12	1	113	2	246
1939	-	2	34	2	-	6	-	44
1940	4	-	5	2	-	55	-	66
1941	2	-	6	15	-	22	2	47
1942	-	-	1	1	-	5	-	7
1943	-	-	9	10	-	27	-	46
1944	-	-	-	1	-	10	-	11
1945	-	-	-	-	-	2	-	2
1946	-	-	-	2	-	3	-	5
Total	8	2	171	45	1	243	4	474

Fonte: adaptado de Rezende et al. (c2014).

Esses dados nos revelam a potência do primeiro ano da instituição nos trabalhos de tombamento, ficando perceptível o interesse que os intelectuais e governo do Estado Novo tinham na preservação do patrimônio nacional. O projeto do Sphan foi possível graças a essa rede de intelectuais preocupados com a história material brasileira, mas também pela vontade de Getúlio Vargas em aprovar a criação da instituição no período do regime ditatorial.

O governo federal obteve grandes avanços na área da cultura e do patrimônio, principalmente a partir de 1937, com a utilização de símbolos na indução da ideologia estadonovista, na criação de um passado comum que despertasse o sentimento nacional e na utilização desse aparato para convencimento e legitimação do governo. O nacionalismo passou a ser uma política do Estado.

As evidências da interferência do Estado na área cultural podem ser observadas através do decreto de criação do Curso de Museus (1932), do decreto que eleva Ouro Preto à categoria de monumento nacional (1933), do decreto que organiza o serviço de inspeção dos monumentos nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional (1934), da lei que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes (1937) e do decreto-lei n. 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (1937), institui o tombamento e se transforma no mais importante documento legal, ainda em vigor, referente à preservação dos bens culturais (CHAGAS, 2015, p. 88).

O ato do tombamento foi essencial nesse projeto ideológico nacionalista, já que alçava a patrimônio determinados monumentos em detrimento de outros, selecionando o

que deveria ser rememorado e tomado como bem público. O Sphan emprestou a todos os objetos tombados uma aura institucional, sagrada e de veracidade, dando destaque enquanto símbolos representantes de uma nação.

Mas o bem não possui significado pronto, é atribuído a ele conforme o desejo daqueles que detém o poder de sua narrativa, recriando o "real" e reconstruindo a metáfora do monumento. Estes se tornam documentos correspondentes de um período e conferem autenticidade à ideia de pátria.

Os bens tombados pelo Sphan, contudo, adquirem um novo valor de troca, relativo aos significados que passam a conter quando incluídos na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, garantindo a eles o lugar de preservação das lembranças, permanentemente atualizadas e reatualizadas para ganhar significação presente (CHUVA, 2017, p. 63).

Assim, devemos compreender a microfísica do poder que envolve essas instituições do patrimônio, onde a seleção e o recorte da memória nacional recai sobre aqueles que detém o poder simbólico. Uma nação é definida por seus representantes, hinos, bandeiras, mapas, datas comemorativas, monumentos, etc., e é fruto de intensas batalhas por diferentes grupos sociais pelo domínio da memória. Por isso, instituições que legitimam ideais, vultos, personalidades, visões específicas do passado, têm responsabilidade na construção da identidade e do nacionalismo.

A ação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, selecionando e garantindo a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados, engendra uma territorialização particular da nação, adequando-se a um projeto próprio do Estado Novo, pela manutenção de espaços - cheios e vazios -, isto é, de uma paisagem arquitetônica.

Ao promover a permanência de determinadas paisagens, o Sphan está também definindo padrões para a sua ocupação, demarcando pontos de referência simbólicos, criando quadros de referência para um "enquadramento" da memória (CHUVA, 2017, p. 62-64).

Portanto, não deve ser entendida como neutra a atuação dos profissionais envolvidos nesse processo de constituição do patrimônio nacional, nem mesmo os mecanismos utilizados para tal, mas sim como resultado de interesses e de momentos históricos, de ideologias e de poder.

A proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro promoveu a monumentalização de ideias, crenças e pessoas, servindo tanto para o prestígio dos intelectuais envolvidos no processo, quanto para o enobrecimento do regime político. Vargas utilizou sua imaginação museal para definir uma nação brasileira por meio de uma ideologia que favorecia o poder do Estado.

As escolhas do que deve ser digno de eternização são realizadas por pessoas que carregam consigo uma bagagem ideológica, que possuem crenças pessoais e/ou exercem cargos políticos, agregando um fator subjetivo ao tombamento dos monumentos. Este, por sua vez, incute valores responsáveis pela institucionalização do patrimônio, enquanto símbolo representante da memória nacional.

O Sphan, assim como os museus, é responsável pela criação de discursos e fabricação de identidades, ao retirar o objeto de seu circuito e inseri-lo no hall do patrimônio, destruindo e reconstruindo os seus significados de acordo com o que interessa ao poder. Por esse motivo, o Estado Novo se empenhou tanto nas iniciativas culturais, e em abraçar as instituições legitimadoras da memória.

[...] a preservação da materialidade de um bem público ou particular significa a salvaguarda de todo um universo simbólico cuja propriedade não é de um indivíduo, mas de toda uma comunidade ou grupo, ou ainda de toda a sociedade, pois, como estabelece nossa constituição atual, aquele bem que se distingue como patrimônio cultural é um bem do Brasil (GOMES, 2016, p. 11).

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DE UM MITO: MUSEUS NA ERA VARGAS

3 – A CONSTRUÇÃO DE UM MITO: MUSEUS NA ERA VARGAS

O DIP, o Sphan e o Ministério da Educação foram grandes veículos utilizados pelo governo Vargas para sua legitimação, mas não foram os únicos. Aqui darei especial atenção às instituições museológicas, que serviram para reinventar o passado às circunstâncias do presente e propagar uma narrativa oficial voltada para a positivação do regime.

Os museus foram utilizados pela Era Vargas como dispositivos políticos, tendo em vista a sua participação no processo de formação da nacionalidade brasileira. Muitos dos que viram nas instituições museológicas o poder de contar a história, se beneficiaram com a imortalização de seus nomes, como os doadores e as famílias das personalidades eternizadas nos museus-casa.

O *boom* dos museus, a partir de 1930, pode ser compreendido como a busca pela criação de uma cultura nacional e pela definição de uma nação brasileira. Segundo os dados da Rede Nacional de Identificação de Museus, existiam 42 museus no Brasil até 1930. De 1931 à 1937 foram criados 17 novos museus, enquanto que de 1938 à 1945, 30 instituições museológicas surgiram. Abaixo podemos ver uma tabela com os museus criados na Era Vargas.

Quadro 3 – Museus criados de 1930 a 1945

Nome	Ano	Tipo
Museu da Imprensa de Pernambuco – MIP/AIP	1931	Privado
Museu Florestal Octávio Vecchi	1931	Público
Museu de Ciências do Colégio Americano	1931	Privado
Museu do Instituto de Pesca	1932	Público
Herbário do Departamento de Botânica (Universidade de São Paulo)	1932	Público
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	1932	Privado
Parque Ambiental de Belém	1933	Público
Museu Henriqueta Catharino	1933	Privado
Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner	1933	Privado
Museu do Ceará	1933	Público
Museu Sacro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco ²¹	1933	Privado
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	1934	Público
Herbário Fanerogâmico e Criptogâmico do Instituto Agrônômico	1935	Público
Museu Regional de Olinda	1935	Público
Museu Vicente Pallotti	1935	Privado

²¹ Essas duas instituições foram adicionadas após observações da banca na defesa da dissertação. Elas não constam da fonte Rede Nacional de Identificação de Museus.

Museu de Ecologia Fritz Müller	1936	Público
Museu da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	1937	Público
Museu Nacional de Belas Artes	1937	Público
Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	1938	Privado
Museu Casa de Santos Dumont	1938	Público
Museu do Negro	1938	Privado
Parque Nacional do Itatiaia	1938	Público
Museu de História Natural	1938	Público
Casa da Marquesa de Santos - Museu da Moda Brasileira	1938	Público
Ordem Terceira do Carmo	1939	Privado
Academia Goiana de Letras	1939	Privado
Centro de Visitantes Museu Von Martius	1939	Público
Museu Solar Monjardim	1939	Público
Museu Elias Lorenzutti	1940	Privado
Museu Histórico Municipal Barão de Santo Ângelo	1940	Público
Museu Herbário CESJ - Universidade Federal de Juiz de Fora	1940	Público
Museu Imperial	1940	Público
Museu Regional da Fauna e da Flora	1940	Público
Museu das Missões	1940	Público
Academia Paraibana de Letras - Memorial Augusto dos Anjos	1941	Privado
Museu de Geografia ²¹	1941	Público
Parque Estadual de Campos do Jordão	1941	Público
Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo	1941	Público
Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes	1941	Público
Museu Provedor Mauro Ribeiro Viegas (Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro)	1942	Privado
Museu Botânico Doutor João Barbosa Rodrigues	1942	Público
Jardim Botânico de São Paulo	1942	Público
Museu Casa de Pedro Américo	1943	Público
Museu Histórico Abílio Barreto	1943	Público
Parque Estadual do Rio Doce	1944	Público
Museu da Inconfidência	1944	Público
Fundação Jardim Zoológico - RIOZOO	1945	Público
Círculo de Estudos Bandeirantes	1945	Privado
Museu Carlos Gomes - CCLA	1945	Privado

Fonte: Rede Nacional De Identificação De Museus (2019).

Algumas instituições se destacam quando pensamos no contexto de sua criação, demonstrando a ideologia do regime varguista. Também devemos observar o salto na quantidade de novos museus criados no Estado Novo, quase o dobro do registrado no período anterior. Isso se deve, talvez, à força das políticas culturais durante o regime

autoritário, principalmente em relação ao patrimônio, nas tentativas de buscar raízes no passado brasileiro e de inventar tradições que colaborassem com a imagem do governo.

Neste quadro, podemos perceber a necessidade da criação de museus de caráter nacional, museus voltados à história, museus regionais, e museus de celebração de personalidades importantes. Há ainda, museus que não foram instituídos no período da Era Vargas, e que por isso não figuram na Quadro 3, mas que surgiram pouco depois graças ao fôlego do governo estadonovista, como o Museu do Ouro de Sabará, criado em 1946.

Assim, podemos compreender o poder de perpetuação dos museus, de manter viva a memória daqueles que já se foram e de influenciar as decisões do presente. Não pretendo analisar cada uma das instituições aqui citadas, mas apresentar suas características, para o entendimento da natureza e especificidades dos museus criados no governo Vargas. Como exemplo, serão estudadas as relações entre o estadista e os museus Histórico Nacional e Imperial, no Rio de Janeiro, que acarretou em uma troca simbólica e na utilização dos museus pelo presidente, enquanto herói e patrono.

3.1 – O Museu Histórico Nacional

O ano era 1922 e o Rio de Janeiro promovia a Exposição Internacional em comemoração ao centenário da independência do Brasil, com a intenção de mostrar ao mundo a capital de uma nação moderna. Foi em meio aos festejos, em outubro, que o Museu Histórico Nacional foi criado pelo presidente Epiácio Pessoa.

Ocupando a parte frontal de um conjunto arquitetônico do centro do Rio, o MHN inicialmente possuía duas galerias e dividia o espaço com outros órgãos federais, mas expandiu-se aos poucos, passando a ocupar todo o conjunto depois da transferência da capital para Brasília. Composto de diferentes edifícios construídos ao longo dos séculos, o espaço sofreu várias intervenções no intuito de unificar a sua aparência. Em 1603 foi erguida a Fortaleza de Santiago, sua construção mais antiga, somaram-se a ela: a Prisão do Calabouço (1693), construída para castigar escravos e abrigar presos políticos, a Casa do Trem (1762), que servia para a guarda de armamentos e munições, o Arsenal de Guerra (1764), onde eram fabricados e mantidos materiais bélicos, e o Quartel para abrigar as tropas militares (1835). Portanto, o conjunto que o museu habita até hoje foi fruto de inúmeras reformas, perceptíveis pelos diferentes elementos e estilos arquitetônicos (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, [201-]).

O Arsenal de Guerra passou por uma remodelação para acolher o Pavilhão das Grandes Indústrias na Exposição Internacional de 1922, e foi um dos mais visitados. Seu objetivo era mostrar o que de mais avançado havia no setor industrial, oferecendo uma moderna imagem do país, que se amparou também na constituição de uma ideologia nacional, corporificada por meio do novo museu.

A ideia de criar um museu histórico no Brasil já vinha sendo pleiteada desde 1911 por Gustavo Barroso, que veio a ser o seu primeiro diretor. Segundo Dumans (1942), na edição do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro daquele ano, Barroso escreveu sobre a importância de um museu para reviver as lembranças do passado, os grandes feitos e as grandes figuras da história brasileira, defendendo:

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos escaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí. Tôdas as nações têm seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não o possuímos (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384).

Seria impossível falar do Museu Histórico Nacional, sem falar do seu primeiro diretor e maior entusiasta, Gustavo Barroso, afinal, o "museu de Barroso", como ficou conhecido, foi muito influenciado pela ideologia de seu criador. Apesar disso, é importante ratificar que esta pesquisa não se concentra na figura do diretor em si, embora este tenha sido decisivo para o funcionamento do museu enquanto tal²².

Enquanto dirigia o MHN, Barroso foi um dos principais membros do movimento integralista, o que nos dá pistas sobre o modo como o museu buscou representar a história nacional. A influência do integralismo de Barroso no Museu Histórico pode ser percebida pela organização das exposições e pelo caráter dos objetos expostos, que cultuavam "figuras de autoridade cristã e masculina" (WILLIAMS, 1997, p. 147).

Como se observa, o Museu Histórico Nacional nasceu a partir de uma proposta barrosiana de "culto da saudade": um museu militar, elitista e oligárquico, em um momento onde se buscava definir uma identidade nacional. Ele se situou em uma linha nacionalista

²² Para o entendimento mais aprofundado da ótica museológica de Gustavo Barroso e de seu papel frente ao museu, sugere-se a leitura dos textos "Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional" de Aline Montenegro Magalhães, "Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro" de Mario de Souza Chagas e "Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso" de Ivan Coelho de Sá.

militarista, comum aos museus que surgiram na Europa à época; um museu que exaltou principalmente a memória dos heróis, os grandes feitos do passado, as batalhas e o poderio militar. Nas palavras de Myrian Sepúlveda dos Santos,

[...] o culto da saudade representou a tentativa de consolidar uma tradição nacional por meio de objetos que, por serem valorizados como autênticos fragmentos do passado, funcionavam como símbolos poderosos dos "heróis" eleitos por uma parte da elite dirigente (SANTOS, 2006, p. 41).

Mas o museu não recebeu apoio do governo nos anos que sucederam a sua criação. Na década de 20 já havia sofrido ataques de membros do Congresso que o julgavam como uma nova fonte de desperdício financeiro e nepotismo. Com o fim do mandato do presidente Epitácio Pessoa, um mês após a sua criação, o MHN

[...] vegetou com verbas escassas durante os governos de Arthur Bernardes e Washington Luís, sobrevivendo graças à contribuição de doadores e amigos, na maior parte das vezes herdeiros da antiga "aristocracia" brasileira forjada no período imperial (SANTOS, 2006, p. 34).

O Guia do visitante de 1924 indica que o museu possuía 2496 peças, adquiridas por meio de transferências de museus, como o da Artilharia, o Naval, o Militar, e o Nacional; de fortalezas; da Biblioteca Nacional, que contribuiu com a importante coleção de numismática de D. João VI; da Escola Nacional de Belas Artes; e do Arquivo Nacional.

As outras aquisições foram resultado de doações de particulares, que aumentaram consideravelmente com o tempo, e foram responsáveis pelo crescimento das coleções e o funcionamento do museu. Famílias oligárquicas buscavam o museu em uma tentativa de imortalização de seus nomes, tendiam a uma espécie de culto ao herói, de engrandecimento de si e de legitimação junto aos seus pares. Segundo Regina Abreu,

Barroso procurou mostrar a ação das elites e do Estado nacional na edificação do Brasil enquanto nação independente e soberana. Além disso, procurou manter uma política de bom relacionamento com segmentos sociais que poderiam colaborar com a instituição. Desse modo, recebeu vultosas doações de setores da antiga aristocracia brasileira, o que contribuiu para um culto nostálgico do período imperial no interior do museu (ABREU, 1996, p. 55).

Assim, o museu encarnava os triunfos do Império, em uma recuperação do passado militar apoiado pelas famílias aristocráticas dos doadores, que viram-se abaladas pelo projeto da República. Barroso advogou em prol do Estado Imperial e construiu uma narrativa romântica de saudosismo e exaltação, mas a memória predominante no museu não pertencia à coletividade. Pouco ou nada se via no museu de Barroso sobre parte significativa da população, ao contrário, estava concentrado em determinadas camadas

sociais, interessado em sanar a lacuna que existia sobre a definição de uma nação brasileira, calcada nas glórias do passado.

A história do Museu Histórico Nacional era isenta de críticas, mas não de julgamentos: ela era valorativa, não tardando em apresentar as virtudes do período Imperial. Sua perspectiva era a dos grandes feitos, aquilo que se destacava do cotidiano, abrindo mão de uma narrativa universalizante.

As salas, batizadas com nomes que faziam referência aos objetos ali expostos, como a "Sala dos Troféus", não possuíam qualquer ordenação lógica.

Examinando o Guia do visitante de 1924, verifica-se que a sala das bandeiras, as arcadas dos canhões ou as escadarias dos escudos seguem uma lógica que, se não é unicamente a de seu colecionador, muito pouco tem de ordenação cronológica e racional, ainda que uma divisão política de períodos históricos esteja subjacente ou inclusa no arranjo proposto. A República podia ser contemplada com uma sala, enquanto armas, retratos e bandeiras podiam ocupar um espaço imenso cuja ordenação era "historicamente" arbitrária (SANTOS, 2006, p. 45).

É importante frisar também que a reserva técnica do museu ainda não existia à época e, por isso, todos os objetos ficavam expostos nas galerias da instituição. O MHN possuía salas abarrotadas de objetos definidas por uma expografia que refletia a ausência de um critério lógico e o acúmulo de informação, mas que servia para demonstrar a riqueza da instituição e o valor dos milhares de testemunhos.

A história, no museu de Barroso, não buscava retratar fidedignamente os eventos passados, nem mesmo se preocupava em cobrir toda uma cronologia, não descrevia ano a ano, mas buscava recuperar os momentos - cuidadosamente selecionados por ele - mais relevantes da história do Brasil.

Ainda assim, via-se nascer no museu uma crescente preocupação com as técnicas de classificação e o estudo dos objetos e documentos da instituição. O MHN foi importante no estabelecimento de pesquisas sobre numismática, história do Brasil, heráldica, mobiliário, entre outros, perceptível quando analisamos os intensos estudos realizados pelos profissionais, publicados nos Anais do museu, e as disciplinas presentes no Curso de Museus.

Além disso, o MHN se comprometeu com a busca pela autenticidade dos objetos e pela crítica às fontes históricas. A instituição de Barroso pretendia criar uma espécie de biografia da nação, concretizar, por meio da materialidade de sua coleção, a concepção do nacionalismo brasileiro.

Aparentemente, a participação de Barroso no movimento integralista, manifestando-se contra a Revolução e a favor de Júlio Prestes, foi o catalisador para a mudança na direção da instituição em 1930²³. Em seu lugar, ficava Rodolfo Garcia, responsável por ações reformadoras na instituição, tais como a transferência do acervo do Museu Naval e de uma coleção da Escola Nacional de Belas Artes, a montagem de uma exposição temporária em comemoração ao centenário da abdicação de D. Pedro I, a autorização para a instalação do Curso de Museus no MHN, e o primeiro pedido formal, no Relatório de 1931, para a criação de uma Inspeção de Monumentos (WILLIAMS, 1997).

A Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação, em 1931, foi de grande importância na seleção e organização dos objetos, que exibia a preocupação com o tratamento técnico e com um sistema de curadoria, e na iniciativa de criação de exposições temporárias que despertaram a curiosidade do público e aumentaram a visitação, provando, também, que o edifício comportava essas exposições em meio ao circuito permanente.

A exposição de 1931 antecipava mudanças no tratamento técnico e forma de exposição, tendendo a afastar-se de agrupamentos ahistóricos, adotando uma organização guiada pelas afinidades históricas entre os objetos, coerência temática e procedência. Até então, objetos similares eram reunidos sem que se observasse maiores liames históricos entre eles; daí por diante, grupos de objetos dissimilares passaram a ser organizados segundo laços cronológicos (WILLIAMS, 1997, p. 144).

Essa mudança afetou a distribuição dos objetos nas galerias e, por conseguinte, se manifestou na troca dos nomes das salas, que passariam a ser batizadas conforme os períodos históricos ou os heróis do passado.

O afastamento de Barroso do Museu Histórico durou dois anos²⁴. Em 1932 ele reassumiu a direção do museu e continuou as iniciativas reformistas de Rodolfo Garcia. De fato, o que mais nos interessa aqui é a criação de novas galerias e a expansão de algumas outras, batizadas com nomes de vultos históricos e famílias da elite, processo esse que iniciou uma política de fomentação do patronato no MHN.

A partir de então, famílias como os Ottoni, os Calmon e os Guinle tiveram seus nomes batizando salas da instituição, demonstrando a ideologia do museu de Barroso na fabricação de imortais da elite e de um passado grandioso do Império e do início da

²³ Não foi possível identificar exatamente os motivos que levaram a essa mudança. Barroso chegou a atribuir seu afastamento da instituição ao péssimo relacionamento que tinha com Francisco Campos, ministro da Educação de 1930 a 1932 (WILLIAMS, 1997).

²⁴ Assim como não se sabe ao certo o motivo que levou a sua demissão em 1930, também não foram encontradas referências sobre o seu retorno dois anos depois. Em uma busca nos jornais da época foram encontradas diversas passagens sobre a recondução de Barroso ao cargo. A única pista interessante que nos foi dada é um pequeno trecho do Correio da Manhã de 18 de novembro de 1932 que diz: "O sr. Gustavo Barroso que fôra demitido de diretor do Museu Histórico, "a pedido", sem ter pedido nada, acaba de ser nomeado para o referido cargo. O sr. Barroso faz questão que se saiba que também não foi "a pedido" (PINGOS..., 1932).

República. Alimentadas pelas inúmeras doações de famílias oligárquicas, as salas da repartição não apresentavam a importância de um ou outro objeto, mas sim da figura exaltada na porta de entrada. O acervo em si não era o foco da exposição; o objetivo era a veneração de uma personalidade que se julgara importante o suficiente para figurar nas paredes de tão grandioso museu.

Também é possível dizer que o MHN não possuía uma política de aquisição bem delineada, já que o que era oferecido ao museu pelos doadores particulares, era incorporado ao seu acervo. Isso se deve também ao fato de que a instituição não recebeu apoio governamental nos seus primeiros anos de vida, e sobreviveu, principalmente, por meio desses donativos. Logo, podemos compreender que uma política de seleção dos objetos que integravam o museu era feita mais pelo doador do que pela instituição. Isso é notável quando analisamos os objetos que compõem a Coleção Getúlio Vargas.

Acredito que tanto o fomento de uma política de patronagem, quanto a própria ideologia do museu de Barroso contribuíram para o crescente interesse do presidente na instituição, que culminou na união entre ambos. Ainda que de maneira mais modesta no início, Vargas já apresentava os sinais dessa aliança, o que serviu para estabelecer a história do MHN baseada na história da política brasileira - duas eras distintas definidas pelo pré e pós 1930.

No governo do Dr. Getúlio Vargas, a situação mudou por completo. S. Exa. tornou-se o Grande Protetor do Museu Histórico, prestigiando-o e dando-lhe meios para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Exa. tem contribuído pessoalmente para o enriquecimento das coleções com segundas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento (DUMANS, 1942, p. 393-394).

Após a nova configuração do cenário político nacional, a situação do museu mudou significativamente, em função do suporte do estadista à instituição. Designando verbas, apoiando a criação do Curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais, visitando a repartição e até mesmo doando diretamente objetos, Getúlio Vargas demonstrou um patrocínio ao MHN, que não foi repetido por nenhum outro chefe de Estado.

No documento intitulado "Relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional 1930-1940²⁵", disponível na biblioteca virtual do museu, realizado em 1940 pelo conservador Adolpho Dumans, é possível contabilizar oitenta e três doações feitas pelo estadista na primeira década de seu mandato. Porém, uma pesquisa mais aprofundada revelou a presença de mais objetos. "Doações do Senhor

²⁵ Anexo D.

Presidente Getúlio Vargas²⁶ realizada em 1944, que consta nos processos de entrada de acervo, descreve uma infinidade de novos itens doados desde 1930 à 1945. Com esses dois documentos em mãos foi possível chegar a uma nova relação que aponta a presença de incríveis 328 itens doados pelo presidente Vargas.

Quadro 4 – Relação da quantidade de doações de Getúlio Vargas por ano

ANO	DOAÇÕES
1930	1
1931	5
1932	0
1933	0
1934	1
1935	20
1936	2
1937	0
1938	2
1939	3
1940	64
1941	45
1942	16
1943	44
1944	60
1945	65
TOTAL	328

Fonte: elaboração da autora.

A sua primeira doação data de 1930 e é tão intrigante que faz-se necessária uma análise. No documento redigido por Dumans consta o seguinte: "Uma bandeira oferecida pela marquesa Margarida Solari Crespi às forças que combateram na Revolução de Outubro" (DUMANS, 1940b).

A primeira vista não parece se destacar entre os tantos outros objetos doados, mas o contexto histórico a torna uma verdadeira preciosidade. Uma busca pela biblioteca virtual do

²⁶ Anexo C.

MHN resultou em uma carta da marquesa Margarida Solari Crespi enviada para o Centro Cívico 5 de Outubro, em 15 de outubro de 1930. Ela diz:

Venho com o presente solicitar a V. Exa. se digne mandar entregar ao Commando em chefe do Exército Brasileiro, no Paraná, a bandeira symbolisadora da guerra que offereço e que deverá seguir para o campo da lucta com os soldados da Liberdade.

É uma bandeira, toda vermelha, tendo ao centro um escudo representando a communhão da alma brasileira, tendo ao centro a cruz da Fé e o despontar de um Aurora de Liberdade, aurora radiosa que refulgiu na madrugada bem dita de 5 de Outubro, espargindo os seus raios fulgurante pelos 21 Estados da Federação Brasileira.

Esse baluarte de guerra não representa somente um símbolo, é também um poderoso talismam que servirá de incentivo para os heroicos soldados que o levarão a caminho certo da victória final.

No dia, muito proximo, em que os nossos bravos libertadores tomarem posse do Catete, que Ella seja asteada no tampo do Palacio da Aguias, como um Symbolo Victorioso, desfraldada ao vento da Liberdade e ao grito dos clarins libertários, recebendo a benção das nossas almas e do Christo Redemptor, que de lá, do cimo do Corcovado, de braços abertos para a immensidade, abençôa o Brasil liberto dos grilhões da tirania.

Esta é a minha convicção de mulher, inspirada nos ideaes da liberdade.

Sirva a minha bandeira de maior estímulo aos nossos bravos soldados que vão luctando por um ideal tão puro, tão santo, tão sublime...

A mulher tem o direito sagrado, o direito imposto por Deus, de gritar pela liberdade e ser mais que ninguem capaz de encorajar os que vão para os campos da lucta combater contra a iniquidade em defeza das mães, das noivas, das imãs que ficaram resando por eles, ajoelhadas na pátria, de mãos erguidas para o céu.

VIVA A REVOLUÇÃO REDEMPTORA!

VIVA O GENERAL PLINIO TOURINHO!

VIVA O GENERAL EM CHEFE GETULIO VARGAS!

VIVA O POVO BRASILEIRO! (CRESPI, 1930)

Não se tem registro de como o objeto chegou até a posse de Vargas, mas a bandeira foi doada pelo presidente no dia 19 de novembro de 1930, o primeiro dia da Bandeira do novo regime, menos de um mês do golpe que instituiu o Governo Provisório. O simbolismo do item agora já está bem claro: a bandeira foi utilizada pelos revolucionários no estado do Paraná. Mas o que teria levado o recém nomeado chefe do Governo a doá-la ao Museu Histórico Nacional?

Passaram-se poucos dias entre a instauração do novo regime e a doação, o clima ainda era de certa instabilidade política, afinal, quem poderia ter certeza se a Revolução vingaria ou se seria mais uma insurgência fracassada? Talvez isso tenha motivado a rapidez da doação, o desejo de imortalizar aquele acontecimento, independente de qualquer reviravolta. Ou talvez, o ato de inserir em um espaço privilegiado da história nacional, um objeto que faz alusão aos acontecimentos de 1930, tenha servido para legitimar o governo que acabava de se instalar.

No museu de Barroso, a bandeira, e tudo o que ela encarnava, tornou-se um instrumento no processo de formação da nação brasileira, ao lado de espadas e pinturas que retratavam personalidades como D. Pedro II, Duque de Caxias e Deodoro da Fonseca. Incluída entre as relíquias da história, ela eternizou um estado de coisas e ajudou a escrever a narrativa de glória da Revolução, a inventar uma tradição, e a fabricar uma comunidade imaginada de sentidos.

Essa primeira doação, ainda no início da Era Vargas, indica sinais da compreensão do estadista no poder do MHN em criar e legitimar narrativas. O ano de 1930 marca o princípio de uma relação profícua entre o presidente e a instituição, com seguidas e significativas doações, algumas das quais responsáveis por criar no imaginário social o prestígio da Revolução.

Por exemplo, a terceira doação de Getúlio Vargas ao museu, em 20 de janeiro de 1931, trata-se de uma "placa em alto relevo, de gesso bronzeado, com a efígie de João Pessoa, comemorativa do movimento que agitou ultimamente o Brasil" (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1944).

Outras, ainda, seriam encarregadas de fabricar a imortalidade de Vargas, como a doação de um decreto, em 1935, que batizava uma estação ferroviária com o nome do presidente, e outra, no mesmo ano, de uma cópia autenticada do decreto nº 61.145, da Argentina, que estabelecia feriado nacional o dia de chegada de Getúlio Vargas para visita presidencial ao país.

Posso ainda citar a doação de uma caixa de cedro, em 1940, contendo o modelo, em quartzo, do diamante Getúlio Vargas. O diamante foi encontrado dois anos antes, no Rio Santo Antônio do Bonito, e até hoje possui o título de maior diamante encontrado no Brasil - na época era o quarto maior do mundo. O batismo dessa gema com o nome do estadista demonstra o poder dele no imaginário popular, e a doação de uma réplica ao Museu Histórico imprime ainda mais valor ao fato.

Não poderia me demorar em descrever cada um dos objetos doados, isso exigiria o início de uma outra pesquisa. Entretanto, o número de objetos que fazem alusão a pessoa de Getúlio Vargas é enorme, desde uma concha contendo o perfil do presidente em madrepérola, perpassando por um retrato do estadista pintado em uma pedra, até bustos em gesso, pinturas à óleo, canetas de ouro gravadas, medalhas e moedas com a sua efígie, um sem-número de diplomas de honorário, benemérito, e honoris causa.

Ainda assim, é visível que uma considerável parte deste acervo trata-se mais de flâmulas, álbuns, cartas, placas e medalhas comemorativas de diversas datas e locais,

coleções de moedas nacionais, escudos, distintivos, pás que estiveram em muitas inaugurações, fotografias e retratos de colegas ou homenageados, entre outros.

O caráter dos objetos doados pelo presidente reforça a ideia da ausência de uma política de seleção e aquisição do MHN, tendo em vista que a esmagadora maioria dos itens foi composta por presentes recebidos pelo estadista e repassados à instituição museológica, todos aceitos sem nenhum questionamento, como ficou demonstrado pelos documentos produzidos a partir da entrada dos objetos ao acervo ou de cartas endereçadas pelo governo ao MHN. Por exemplo, na página da biblioteca virtual do museu consta a doação de um item recebido como recordação de uma visita a Montevideu através de um documento intitulado "Novas preciosidades para o Museu Histórico Nacional".

Acrescendo o valor da coleção exposta na "Sala Getúlio Vargas", onde o chefe da Nação, grande protetor do Museu Histórico Nacional, tem constantemente depositado as valiosas lembranças artísticas e históricas que lhe são oferecidas, acabam de dar entrada naquele Museu novas doações de grande valor.

Entre os preciosos objetos agora doados, encontram-se azeites completos de prata e prata dourada com cinzeladas a mão, de grande beleza e riqueza, para guarnecerem arreios a gaucha, oferecidos a S. Excia. pela Municipalidade de Montevideu, em recordação de sua visita a Uruguai em março de 1930.

Esta doação do Senhor Presidente da República, que ainda uma vez revela seu interesse pela Casa do Brasil, é constituída por peças únicas que muito contribuirão para o enriquecimento do Patrimônio Nacional (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1951).

É claro que recusar um objeto encaminhado pelo presidente do país - e também o patrono da instituição - é uma tarefa bastante complicada, mas não poderíamos ingenuamente pensar que o museu não queria de fato aquela coleção. Estar diretamente ligado ao chefe de Estado também rendeu frutos ao museu de Barroso, que conseguiu angariar verbas governamentais, apoio técnico, maior interação com as elites e, principalmente, lançar-se ao reino da notoriedade, assegurando o domínio do patrimônio histórico e a precedência em termos de técnica museológica e preservação dos bens materiais.

O Curso de Museus²⁷, por exemplo, foi aprovado no dia 7 de março de 1932, pelo decreto nº 21.129, durante a gestão de Rodolfo Garcia, e levou prestígio à instituição com novos métodos de organização e uma moderna concepção de museu. O MHN chegou a

²⁷ "O decreto de criação do MHN, de 1922, previa um curso técnico de dois anos, vinculado a essa instituição, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Apesar deste primeiro projeto de curso não ter sido implantado, ele seria o mais antigo antecedente de um curso para formação de profissionais de museus no Brasil" (CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2a. REGIÃO [201-]).

Um dos motivos da não implementação do curso em 1922 foi, segundo Sá (2013), por não ter chegado a um acordo sobre o pagamento dos funcionários do museu que exerceriam a função de professores.

servir de modelo e inspiração para outras instituições de pesquisa e preservação do patrimônio.

O curso foi pioneiro no campo da museologia, sendo o primeiro da América. Tinha como objetivo habilitar o pessoal a exercer funções como conservador, aperfeiçoar funcionários técnicos, e ser fonte de cultura e devoção à história da pátria. Reformulado em 1944, passou de 2 para 3 anos, com novas disciplinas e, pela primeira vez, com remuneração de cinquenta cruzeiros por hora de aula dada ou trabalho executado, até o máximo de seis horas por semana. Para ingressar no curso o aluno precisava prestar um exame, que contava com provas dissertativas sobre: História Geral, História do Brasil, Geografia do Brasil e tradução em duas línguas estrangeiras, podendo escolher entre francês, inglês, alemão e italiano.

O que de fato interessa a este estudo específico é o fato do Curso de Museus ter prosperado sob o regime Vargas, recebendo o apoio governamental para a sua instalação e, na reforma de 1944, uma remuneração aos professores, legitimando o ensino que era ofertado na "Casa do Brasil", como chamava Barroso.

Também é necessário citar a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), pelo Decreto nº 24.735 de 1934, assinado pelo presidente Vargas, que caberia ao Museu Histórico Nacional gerenciar. A IMN teria como funções: inspecionar as edificações de valor histórico e artístico, controlar o comércio de arte e antiguidades, uniformizar a legislação sobre proteção dos monumentos nacionais junto com os governos dos estados e supervisionar a sua aplicação. Para tanto, a Inspetoria desenvolveria um catálogo de edifícios dotados de valor histórico e artístico, para propor ao governo a declaração de Monumentos Nacionais, não podendo mais ser demolidos ou descaracterizados. Além disso, o regulamento obrigava a todos que possuíssem objetos de valor histórico ou artístico, a fornecerem a relação destes ao museu, sendo proibida a sua negociação destes sem consultar a instituição.

Embora o controle e a fiscalização do comércio de objetos históricos e artísticos tenham sido o principal mote do seu regulamento, foi justamente onde a Inspetoria se mostrou inoperante. No período de seu funcionamento, não houve aumento das coleções do MHN com apreensões por infração dos dispositivos do regulamento, nem mesmo pelo direito que a instituição tinha de preferência na compra de antiguidades a serem negociadas. Também não há notícias dos trabalhos de fiscalização, autenticação de objetos, tampouco de elaboração de catálogo ou relação de objetos de arte ou de história (MAGALHÃES, c2014).

A Inspetoria atuou principalmente nos trabalhos de conservação e restauração de monumentos imóveis, especialmente na cidade de Ouro Preto, declarada Monumento Nacional em 1933, onde concentrou os seus recursos de duzentos contos realizando

intervenções em igrejas, pontes e fontes. Ela foi um marco nas relações entre o Estado e o patrimônio, inaugurando uma nova abordagem do governo federal em relação à preservação histórica e artística nacional. A IMN é considerada como o primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio cultural em nível nacional, tendo sido encerrada em 1937 com a criação do Sphan, o que demonstra seu precedente quanto à preocupação com a memória e identidade brasileira.

A Inspeção foi aprovada e apoiada por Getúlio Vargas, que definiu verbas específicas para a atuação da IMN vendo cada vez mais valor em criar órgãos federais para o controle do patrimônio brasileiro.

Por meio da Inspeção, Barroso criou e alimentou a ideia de que o surgimento das políticas de proteção ao patrimônio teria nascido com ele e com o Museu Histórico Nacional. De fato, eles tiveram um papel importante em seu estabelecimento, já que ambos possuíam imenso compromisso com a construção do nacionalismo brasileiro através das relíquias da nossa tradição. "Para a formação da identidade nacional, organizar era uma palavra chave. Quantificar, mensurar, mapear são operações no comando e no apanhado dos objetos levados a efeito na construção de uma tradição" (NASCIMENTO; SÁ, 2013, p. 494).

Assim, o Curso de Museus e a Inspeção de Monumentos Nacionais foram imprescindíveis na fabricação da memória e da identidade nacional, amparados pela organização, estudo e mapeamento do patrimônio cultural, e a Era Vargas abriu caminho para que estes pudessem se firmar. "A criação do Curso e da Inspeção de Monumentos Nacionais articulava-se a outra finalidade: o controle das produções sobre o passado nacional, que deveria garantir ao Museu o título de Casa do Brasil, única guardiã do passado brasileiro" (MAGALHÃES, 2004, p. 54).

O mecenato do presidente contribuiu para o florescimento da instituição. Se as doações já haviam sido prósperas de 1930 até 1937, a partir de então se inaugurou uma nova fase no relacionamento de Vargas e do Museu Histórico Nacional. O Estado Novo, ainda que tenha tido os anos mais centralizadores e autoritários do primeiro regime, foi responsável pelo crescimento de órgãos culturais, preocupados em criar uma identidade brasileira, através de símbolos e signos do passado imperial ou da tradição popular.

Enquanto cultivou a sua imagem pública apoiando um campo cultural em expansão, o presidente-ditador ajudou a inventar o Museu Histórico como templo sagrado aos heróis e patronos da nação. De certa forma, o Museu Histórico Nacional tornou-se a menina dos olhos do presidente (WILLIAMS, 1997, p. 142).

Getúlio Vargas apostou ainda mais no poder dos museus em perpetuar a sua lembrança e em criar uma figura de autoridade comparável a D. Pedro II e Deodoro da

Fonseca, para ser aclamado e glorificado pela história nacional. Uma de suas mais impressionantes características foi o poder de se inventar enquanto ainda estava vivo, tomando as rédeas de sua própria narrativa.

Em um momento tão conturbado quanto o Estado Novo, Vargas utilizou a função dos museus para se legitimar enquanto grande estadista, em uma tentativa de perpetuação do seu regime. Analisando as doações realizadas por ele, inseridas no Quadro 4, podemos perceber que dos 328 itens totais, 299 foram doados no período de 1938 a 1945.

Além das inúmeras doações realizadas em seu nome, Vargas interveio buscando auxiliar o museu na aquisição de bens, a exemplo da coleção de arte religiosa de marfim, composta por 572 exemplares, Cristos dos séculos XVI, XVII e XVIII, pertencente a José Luiz de Souza Lima, que estava penhorada na Caixa Econômica Federal por cem contos de réis, e foi resgatada pelo governo federal, em 1940, sendo doada ao Museu Histórico Nacional (DUMANS, 1940a).

Em 1944, recebendo uma proposta de doação de veículos empregados em cortejos fúnebres em Lisboa, incluindo os da família real, de uma funerária pertencente a Joaquim Ferreira Alves, o MHN tratou de solicitar apoio ao governo para os custos com o transporte. O próprio presidente Vargas autorizou a abertura de um crédito especial de cinquenta mil cruzeiros para a realização do traslado. Outros duzentos e dezesseis mil cruzeiros foram somados a esse crédito para atender o acondicionamento das viaturas (GUEDES; FERNANDES, 2009).

Principalmente a partir de 1940 as investidas do estadista ao MHN foram cada vez maiores. O fato, segundo Williams (1997), pode ter sido resultado da primeira visita que o presidente fez à instituição, em junho de 1939, onde foi posto em contato com o poder de imortalização do museu. Lá a proveniência do acervo recebeu maior atenção, tendo sido informado sobre como o MHN adquirira os objetos, Vargas compreendeu o processo que transformava doadores em heróis e patronos.

Em entrevista ao jornal Diário Carioca, em 1958, Barroso ressalta o mecenato de Vargas: ““Uma vez - conta-nos - logo após a revolução, o presidente Vargas visitou o Museu. Mostrei-lhe as salas conseguidas através das doações particulares e ele, muito sério, afirmou: “De Hoje em diante o sr. não pedirá mais auxílio a ninguém. O Govêrno lhe dará tudo.” E cumpriu a promessa” (SETENTA..., 1958).

Figura 2 – O presidente visita o Museu Histórico Nacional pela primeira vez



Fonte: O Presidente... (1939).

A partir dessa data, as doações foram tão numerosas que possibilitaram a criação de uma sala, em 1945, no circuito permanente do Museu Histórico Nacional, batizada com o nome "Sala Getúlio Vargas", onde estavam expostos todos os objetos enviados pelo estadista e alguns outros que faziam referência à sua figura. Segundo Daryle Williams,

[...] a "Sala Getúlio Vargas" tornou-se uma das maiores galerias do circuito permanente, exibindo mais de 600 objetos. Com a abertura da sala, o ditador tornou-se o quarto chefe de Estado (os outros três eram Pedro I, Pedro II e Deodoro da Fonseca) cujo nome batizava uma sala do circuito permanente, e o único vivo (WILLIAMS, 1997, p. 152-153).

A Sala Getúlio Vargas possuía vinte vitrines e uma área de vinte oito metros de comprimento por oito de largura²⁸ e consolidou o longo relacionamento do estadista com o Museu Histórico. O total remodelamento da instituição também inaugurou seis novas salas, entre apoio técnico, sala de aula e do circuito expositivo, o que gerou grande comoção no público e nos jornais à época. Em agosto de 1945 a Ilustração Brasileira apresentou sua versão do evento:

²⁸ Anexo A – Mapa das galerias do Museu Histórico Nacional.

O Museu, organizando a referida sala, não prestou uma homenagem ao Presidente da República, mas praticou um ato de justiça, pois, como se sabe, S. Exa. tem prestigiado e favorecido constantemente aquela instituição, além de interessar-se sempre pela defesa de nossas relíquias e tradições. [...] A figura do sr. Getúlio Vargas representa hoje, sem dúvida, um período de nossa história, do mesmo modo que os vultos de D. João VI, Pedro I, Pedro II, Deodoro e Floriano sintetizam outros períodos. O Museu é um instituto destinado a lembrar todos eles e não se justificaria que não possuísse, ao lado das secções referentes às épocas monárquicas e republicanas, a que recordasse as últimas transformações políticas e sociais por que tem passado a nação. Se doadores mais modestos e sem nenhum caráter oficial mereceram ter seus nomes de beneméritos do Museu ligados a várias salas, não se explicaria fosse esquecido o do generoso doador de tantas preciosidades. Assim, de fato, a inauguração da sala Getúlio Vargas traduziu um ato de inteira justiça (A SALA..., 1945).

A Sala Getúlio Vargas foi inaugurada com grande pompa, cobertura midiática e a presença de funcionários do museu, do Ministério da Educação e Saúde, autoridades da República, e personalidades do meio cultural. Além, é claro, do próprio presidente. Segundo Williams (1997), o custo da instalação da Sala foi estimado em cinquenta mil cruzeiros.

Está em vias de ser inaugurada a “Sala Getúlio Vargas”, em cujo centro se vê o busto em bronze do Presidente, trabalho do escultor Benevenuto Berna, encimando uma vitrine redonda, na qual estão expostos numerosos objetos oferecidos a S. Ex. durante as suas visitas às Repúblicas do Prata. Em vitrines laterais e em grande profusão, encontram-se numerosos objetos que têm sido oferecidos ao Presidente Vargas nas suas constantes visitas aos nossos Estados. Lá está, dentro de uma concha e esculpido em madrepérola, o perfil do Presidente, oferta de um filho do Amazonas. Mais adiantes vamos encontrar tôda a atual Constituição, escrita em um simples cartão postal! Não antecipamos com minúcias o que contém a “Sala Getúlio Vargas”. Melhor será aguardar a sua inauguração. Podemos, entretanto, adiantar que os objetos oferecidos pelo Presidente Vargas ao Museu Histórico valem mais de um milhão de cruzeiros. (RIBEIRO, 1945, p.112).

A visita de Vargas ao MHN para contemplar a nova sala em sua homenagem foi guiada por Gustavo Barroso, que o acompanhou pelo circuito expositivo, lhe oferecendo detalhes dos principais objetos das galerias. Na imagem abaixo, podemos observar Barroso utilizando uma vara para apontar as louças de uma das vitrines enquanto se inclina para Vargas de maneira professoral. A baixa estatura do presidente é destacada pela proximidade com o diretor da instituição. As imagens que se seguem nos mostram um pouco da organização da Sala Getúlio Vargas.

Figura 3 – O presidente visita o Museu Histórico Nacional em 1945

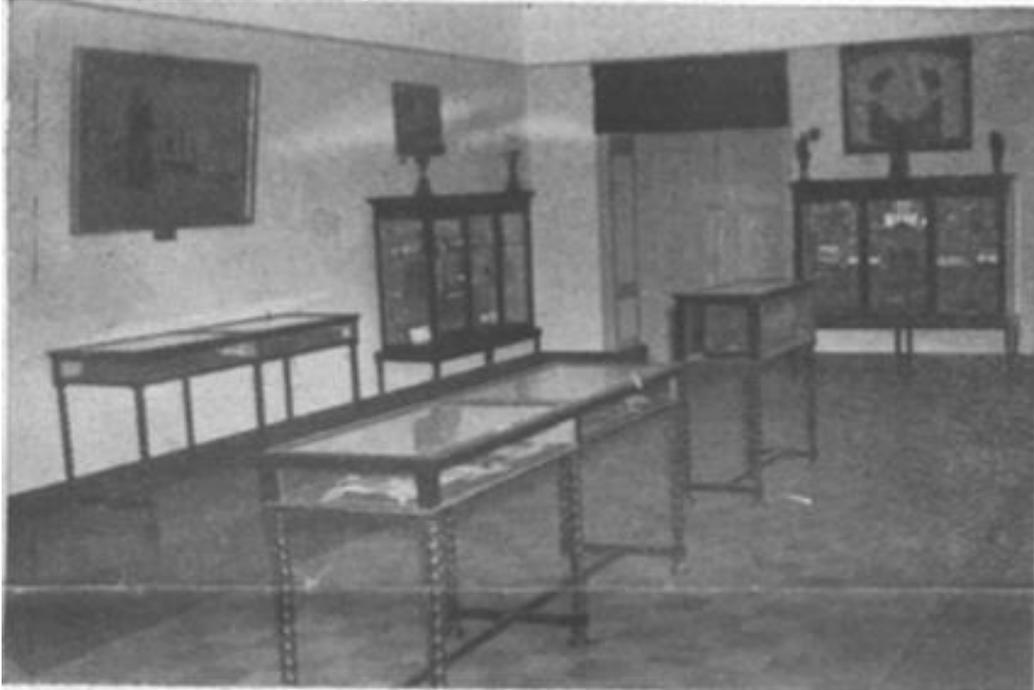


Fonte: A Sala... (1945).

Figura 4 – Busto de bronze do presidente na Sala Getúlio Vargas



Fonte: A Sala... (1945).

Figura 5 – Sala Getúlio Vargas

Fonte: A Sala... (1945).

A inauguração da Sala Getúlio Vargas foi marcada por discursos do presidente, de Gustavo Barroso e de Gustavo Capanema, tendo este último ratificado a tese da história institucional do MHN baseada em uma concepção de tempo pré e pós 1930. Ele proclamou: "[...] antes do advento getuliano, abandonadas e esquecidas estavam as preciosidades históricas e artísticas do país, estragando-se umas, perdendo-se outras, desviando-se para o estrangeiro muitas" (CAPANEMA apud WILLIAMS, 1997, p. 154).

A relação entre Vargas e o Museu Histórico Nacional é estreita e aparente, revelando tanto o poder da instituição em consolidar a narrativa varguista como a utilização desta como aparelho de propaganda da figura do estadista. Os objetos expostos na Sala Getúlio Vargas serviram não só para amparar a sua memória, mas como meio de aprisionar o espírito de seus ideais.

Assim como a história do MHN pode ser pensada em uma lógica pré e pós 1930, também deve ser compreendida a sua derrocada com a saída de Vargas, em 1945. Ainda que a inauguração da Sala Getúlio Vargas tenha rendido cobertura favorável pela mídia, não foi o suficiente para apaziguar os ânimos dos que queriam o fim da ditadura. Quando Vargas foi deposto, levou com ele o seu patrocínio e iniciou o Museu Histórico em uma nova fase de orçamentos insuficientes e desinteresse presidencial, com Dutra tentando se desvencilhar dos antigos projetos culturais (WILLIAMS, 1997).

Ao final, o culto da saudade não foi uma estratégia que ajudou na sobrevivência do museu, ao contrário, o acervo da instituição era cronológica e tematicamente restrito a

poucos personagens da história, fruto da limitação percebida na aquisição dos objetos. O culto aos heróis foi um problema para o crescimento do museu, que concentrou o seu acervo nas elites do período imperial e republicano. Isso é visível quando há a criação do Museu Imperial, em 1940, que levou Barroso a se manifestar contra a transferência dos itens do Museu Histórico Nacional ao novo museu de Petrópolis.

Já o Museu Histórico sofreu grave diminuição com a entrega de preciosas relíquias, por ele restauradas e conservadas, ao Museu Imperial em Petrópolis. Se entregarem os objetos do Museu Naval, legalmente extinto, amanhã o projetado Museu da República, em Gragoatá quererá o acervo das salas do período republicano; depois, se criará um Museu Militar e para ele irão os troféus das nossas campanhas vitoriosas; mais tarde virá um Museu Religioso ou de Arte Retrospectiva, e partirão os objetos a isso relativos. Em poucos anos, estará extinto o Museu Histórico (BARROSO apud WILLIAMS, 1997, p. 157).

Nessa carta escrita para o ministro Gustavo Capanema, Barroso expôs um dos grandes problemas da instituição: ela não sobreviveria sem as figuras heróicas que tanto trabalhou para cultivar ao longo dos anos. Sem as coleções do Império, esvaziou-se o museu, quando faltaram os heróis e os patronos "esvaiu-se a vitalidade institucional" (WILLIAMS, 1997, p. 159).

Por mais que Vargas tenha se afastado da instituição, esta nunca deixou de cultuá-lo. Com o seu suicídio em 1954, o seu quarto no Palácio do Catete foi desmontado, transferido e remontado no Museu Histórico Nacional, em uma galeria intitulada "Sala 24 de Agosto", inaugurada em 1957 bateu recorde de visitantes, segundo jornais da época, como o Diário Carioca. Com a criação de Brasília e a transferência dos órgãos administrativos federais para o centro-oeste, o Palácio do Catete foi transformado no Museu da República, criado por Juscelino Kubitschek, e incluído na estrutura do Museu Histórico Nacional através do Decreto no 47.883, de 8 de março de 1960. A Coleção Getúlio Vargas foi transferida para o novo museu e o seu quarto remontado no local original.

Através do inventário, que consta no documento de transferência do acervo da Sala Getúlio Vargas para o Museu da República, nota-se a presença de mais de 900 itens, muitos doados pelo próprio presidente, reconhecendo no museu o poder de imortalização e eternização do seu nome. Considerado uma instituição de grande importância, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, preocupado em narrar a história do país e apresentar o nacional brasileiro, o Museu Histórico Nacional disseminou e cristalizou um discurso próprio sobre o passado que foi particularmente positivo para a centralização de poder almejada pela Era Vargas.

Enquanto patrono e herói do Museu Histórico Nacional, Getúlio Vargas se fixou na história. A materialidade de sua coleção servirá para lembrar que algum dia o presidente

caminhou entre os vivos, e não somente no mundo dos imortais. Só posso imaginar o que Barroso teria achado da perda da Coleção Getúlio Vargas para o Museu da República.

3.2 – O Museu Imperial

Como citado anteriormente, o Estado Novo foi responsável pela criação de vários órgãos preocupados com a salvaguarda do patrimônio cultural, incluindo os museus. A partir de 1937 podemos perceber uma política cultural destinada a inventar um passado glorioso, centralizador e forte, em uma tentativa de legitimação do presente. O Museu Imperial foi fruto dessa preocupação crescente com a manutenção de um governo ditatorial sólido, distinto da República desacreditada de 1889 e ligado aos grandes nomes do Império.

O local para sua instalação não poderia ser diferente: o antigo palácio de verão de D. Pedro II. De fato, a arquitetura e o edifício em si estão muito ligados à narrativa que o museu planejava apresentar aos visitantes. A história do local remonta a uma viagem de D. Pedro I que, encantado com a região serrana, comprou a Fazenda do Córrego Seco, em 1830.

Após a sua morte, a dívida da compra foi paga pelo governo brasileiro, que legou a D. Pedro II a área, em sua maioridade. O monarca decidiu construir ali a residência imperial de verão, assinando um decreto, em 1843, que criava Petrópolis. Assim, foram concebidos o palácio, o loteamento dos terrenos para a população que se estabeleceu ao seu redor, e a igreja de São Pedro de Alcântara.

As obras do palácio ficaram sob responsabilidade de Júlio Frederico Koeler, um dos alemães que imigraram para o Rio de Janeiro e foram encarregados de abrir as estradas, construir os edifícios e colonizar a nova cidade imperial. A residência de verão de D. Pedro II foi construída de 1845 a 1862, em um estilo neoclássico, e tornou-se o seu principal refúgio. Os gastos mensais estipulados para sua criação não poderiam passar de sete contos, motivo que levou a demora de sua conclusão (SODRÉ, 1950).

O projeto original de Koeler, após o seu falecimento, foi modificado por Cristóforo Bonini, que acrescentou o pórtico de granito à fachada, e alguns importantes arquitetos ligados à Academia Imperial de Belas Artes foram contratados para a conclusão da obra. O jardim foi planejado pelo paisagista Jean-Baptiste Binot, destacando a beleza do edifício neoclássico (MUSEU IMPERIAL, [201-]).

Apesar dos materiais nobres empregados na construção do palácio, como o mármore e as madeiras de lei, e dos objetos decorativos graciosamente instalados nos aposentos, como os estuques e as colunas, o edifício foi considerado modesto por vários

viajantes, que o descreveram como simples, mas elegante, ou como não merecedor da grandeza de um monarca (LACOMBE; COTRIM, 1987).

As características eram também destinadas ao imperador, que ficou conhecido pela sua simplicidade, sobriedade e pelos estudos. Essa narrativa foi escolhida pelo museu ao associar constantemente D. Pedro II ao seu palácio. "O perfil de soberano filósofo, amigo do povo, de costumes singelos, que desdenhava a vaidade, mas governava com pulso forte aparece em sua casa" (SANTOS, 2006, p. 93).

O palacete ficou conhecido por ser o lugar preferido de D. Pedro II para repousar e foi o primeiro edifício no Brasil construído para servir de residência de um chefe de Estado. O seu carinho pela cidade erguida do zero e pelo palácio feito conforme os seus desejos ficou conhecido nas trocas de correspondências entre os seus amigos. Em uma delas ele escreve: "Parto amanhã para Petrópolis, onde posso levar uma vida mais a meu gosto. Lá desfruto melhor da luxuriante natureza de meu país, e sobra-me mais tempo para ler e estudar" (PEDRO II, imperador do Brasil apud SODRÉ, 1950, p. 32).

Em 1889, com a proclamação da República e o banimento da família imperial do Brasil, ocorreu o falecimento da imperatriz Teresa Cristina, em Lisboa, e, dois anos depois, o de D. Pedro II, em Paris. O palácio ficou sob os cuidados da princesa Isabel, que era a única herdeira (sua irmã Leopoldina já havia falecido), sendo então alugado para a escola Notre Dame de Sion até 1908 e, em seguida, para o Colégio São Vicente de Paulo, até 1939.

Neste último, estudou Alcindo de Azevedo Sodré, que desde novo nutria apreço pela História e desejava que o palácio fosse recuperado para que ali sobrevivesse a memória da monarquia brasileira. A partir de 1922, quando se tornou vereador da Câmara Municipal de Petrópolis, alimentou o sonho da transformação do antigo Paço em um museu nacional. Vendo o projeto se arrastar, tomou a iniciativa de propor uma Comissão do Centenário de Petrópolis, por ocasião das comemorações em 1937, inaugurando a primeira exposição de iconografia petropolitana. A exposição, ocorrida na prefeitura, serviu para demonstrar o interesse do público pela história da cidade e, por conseguinte, do Império. Logo, o momento tornou-se apropriado para a criação de um museu municipal com finalidade parecida a da exposição apresentada: surgiu, em maio de 1938, o Museu Histórico de Petrópolis (SODRÉ, 1950).

O museu foi estabelecido no Palácio de Cristal, inspirado no de Londres, foi construído por ordens do Conde D'Eu para presentear a princesa Isabel. Encarregado do museu ficou Alcindo Sodré que tornou-se diretor sem receber remuneração pelo o cargo - atrativo que favoreceu a criação da instituição.

Dias depois da inauguração, Sodré requereu ao Diretor do Sphan, o tombamento do Palácio Imperial de Petrópolis como monumento histórico. Pouco mais de um mês, o Diário Oficial publicava a ata da reunião do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que votou unanimemente pela inscrição do palácio no livro de tomo.

Sodré começava a encontrar terreno sólido para a proposta de criação do MI, tendo o interventor Amaral Peixoto, genro de Vargas, como aliado. Em setembro foi feita uma consulta à Companhia Imobiliária de Petrópolis, sucessora da Imperial Fazenda de Petrópolis, a qual respondeu que abriria uma exceção para aforar o imóvel, tendo em vista as "circunstâncias especialíssimas do destino que lhe seria dado". Sobre o preço, o valor do parque ficaria por volta de mil trezentos e trinta contos de réis, e o edifício foi estimado em cerca de dois mil contos (SODRÉ, 1950, p. 12).

Faltava capturar o interesse do presidente para a aquisição do referido imóvel. Em janeiro de 1939, Vargas fez um dos seus famosos passeios pela cidade de Petrópolis e, atraído pela placa que anunciava o Museu Histórico, entrou para conhecer a instituição. Acompanhado de Alcindo Sodré, o estadista percorreu com curiosidade a exposição de fotografias da cidade, sendo enfim indagado sobre a possibilidade de criação de um grande museu no Palácio Imperial. O projeto ganhou fôlego com o interesse e apoio de Vargas, ficando autorizada a aquisição do Parque Imperial pelo interventor Amaral Peixoto, que o transferiu à União para que nele fosse instalado o Museu Imperial.

Foi necessário o momento apropriado e o chefe de Estado certo para colocar em prática a instalação do MI, tendo Sodré a frente da empreitada como seu primeiro diretor. Em 29 de março de 1940, pelo decreto nº 2.096, nasceu o Museu Imperial em Petrópolis, originado do antigo Museu Histórico.

O decreto de criação do museu estabeleceu seus objetivos:

1. recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II;
2. colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis;
3. realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, da cidade de Petrópolis (BRASIL, 1940).

Apesar de se integrar à história do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis, o Museu Imperial não tinha essas questões como foco central, a preocupação maior era com o Império, em uma homenagem a D. Pedro II. A instituição se voltou para uma ambientação de época, uma reconstituição do que poderia ser a casa do imperador, mas, diferente de

outros museus-casa, o MI não pretendia criar uma reconstrução fidedigna do palácio, já que os móveis que o compunham foram dispersados por entre residências imperiais, museus e colecionadores. Ao contrário de uma busca pelo autêntico e original, Sodré prezou pelo espírito de uma época e pela promoção de valores e sentimentos do passado, optando por objetos que estivessem em bom estado de conservação, ainda que não fossem originários do palácio de verão.

Antes do mais, deve-se dizer que não se poderia pensar na restauração pura e simples do que fora o antigo Palácio Imperial de Petrópolis, e isso porque o mobiliário, as alfaías e demais utensílios desse palácio caracterizavam-se pela sua modéstia, e outro tanto pelo fato de, em geral, não trazerem sequer, o sinal de seu proprietário (SODRÉ, 1950, p. 18-24).

O Museu Imperial prezou pela qualidade dos itens, recompondo, nas diversas salas, a harmonia dada por D. Pedro II. Assim como o Museu Histórico Nacional, o MI almejava mostrar o que de melhor havia no passado brasileiro, celebrando o Império. O cotidiano não estava presente no museu, nem a maior parte da população era representada ali; o recorte que se delimitou foi excludente e destituído de qualquer neutralidade.

O passado imperial no palacete era lembrado como grandioso e próspero, exaltando as raízes brasileiras ligadas à monarquia. D. Pedro II era o herói da peça, o ilustre chefe, intelectual e mecenas das artes.

E o Brasileiro, ao penetrar os umbrais dessa casa, não vai satisfazer uma simples curiosidade de ver como era um palácio imperial, mas receber e guardar a indelével impressão educativa de se sentir contemplado por um passado que soube cumprir bem alto a sua missão no serviço da Pátria (SODRÉ, 1950, p. 36).

Em contrapartida, o Museu Imperial não se parecia com um gabinete de curiosidades, mas possuía obras dispostas com equilíbrio, rejeitando o acúmulo de objetos que era a marca de Gustavo Barroso. Também cultivava a preocupação com a função educativa da instituição, buscando fazer do museu um lugar de ciência, aprendizado e deleite do público.

A partir de 1940, uma equipe técnica nomeada pelo governo federal, incluindo Sodré e Barroso, foi organizada para estudar a história do palácio e inventariar os seus objetos, bem como outros pertencentes à família imperial em diferentes residências e instituições - Paço da Cidade, São Cristóvão, Santa Cruz, Catete, Casa da Moeda, Tesouro Nacional, Itamaraty, Museu Histórico Nacional, Escola Nacional de Belas Artes, Museu Nacional, entre outros-, com a finalidade de montar o novo museu de Petrópolis. Esse movimento contou com o apoio de outras instituições culturais e de colecionadores particulares que contribuíram como doadores. Destes últimos destacaram-se Guilherme Guinle, Lineu de

Paula Machado, Vasco de Azevedo, Pedro Paranaguá, e a família Conde Modesto Leal (SODRÉ, 1950).

Depois de alguns anos de recolha de itens, reforma do edifício e organização da exposição, o Museu Imperial foi finalmente inaugurado em 16 de março de 1943, e contou com um significativo acervo de objetos pertencentes ao período do Império, formado através de transferências, doações, compras e permutas, muitas das quais facilitadas pela pena do presidente Vargas. Como escreve Myrian Sepúlveda dos Santos,

A intervenção de Getúlio Vargas foi determinante não só para o ato de criação do Museu Imperial, como para a restauração do prédio e sua manutenção como Museu. Getúlio foi um grande patrono. Durante o Estado Novo, o governo de Getúlio facilitou a transferência de peças de outras instituições, como Palácio do Itamaraty e Museu Histórico Nacional, para o Museu Imperial (SANTOS, 2006, p. 100).

Além de determinar a criação do museu e de facilitar as transferências de acervo, Vargas também contribuiu com a intervenção direta na aquisição de bens e na disposição de recursos humanos, financeiros e materiais, além de suas próprias doações à instituição. A exemplo, no decreto de criação do Museu Imperial fica estabelecido um orçamento para crédito especial de cento e sessenta e oito contos e quatrocentos mil réis.

Art. 6º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de 168:400\$0 (cento e sessenta e oito contos e quatrocentos mil réis), para atender, no corrente exercício, às despesas de manutenção do Museu Imperial, sendo 50:400\$0 (cincoenta contos e quatrocentos mil réis) para as despesas com o provimento dos cargos criados por este decreto-lei, 18:000\$0 (dezoito contos de réis) para a despesas com pessoal extra numerário e 100:000\$0 (cem contos de réis) para as despesas de material, conforme a discriminação a ser decretada (BRASIL, 1940).

Somente o ato de criação do museu já foi importante o bastante para transformar Getúlio Vargas em herói e patrono da instituição. Em uma época na qual o passado caía em esquecimento e o patrimônio encontrava-se cada vez mais disperso, Vargas era visto como um grande líder que ergueu a mão aos museus e recuperou as raízes imperiais do Brasil.

Na inauguração do MI, em 1943, o chefe de Estado foi aplaudido por colegas e visitantes ao cortar a fita simbólica que abriu as portas da instituição. A solenidade foi marcada por discursos de Gustavo Capanema e de Alcindo Sodré, que não deixaram de fora a contribuição de Vargas para o momento de celebração.

Sr. Presidente da República:
A personalidade de V. Excia. já se libertou das vicissitudes humanas e está definitivamente definida e julgada.
Seria obra de historiador e de psicólogo traçar as configurações, traçar os limites dessa personalidade.

Aqui, neste momento, me é grato dizer apenas um traço dessa personalidade política. Êste é o de amor à cultura, o da preocupação intelectual, o da compreensão do Govêrno como de um dever do espírito. Neste sentido V. Excia. é parente de Péricles, é parente de Augusto, é parente de Luís XIV, é parente de todos êsses grandes homens que encheram a História de ruído, de honra, de alegria para o espírito humano. [...] Sei ainda que V. Excia. está, aqui, num de seus grandes dias de alegria. É que esta Casa foi feita pelas mãos e carinho de V. Excia. a fez. [...] V. Excia., Sr. Presidente, reuniu os materiais que aqui estão, com o amor de um colecionador particular [...] tudo para compor êste ambiente histórico e maravilhoso, que é momento de grande significação para a cultura nacional (CAPANEMA, 1943).

Assim como o MHN, o Museu Imperial aproveitou a atenção destinada por Vargas, escrevendo a sua história institucional ligada a do estadista. Em inúmeras publicações, Sodré deixa claro a conexão entre o museu e o presidente, em uma associação que o transforma no herói que salvou o patrimônio imperial de um fim miserável, e no patrono que proporcionou os meios adequados para a reconstituição do Palácio Imperial.

Além dos vários agradecimentos ao presidente por meio dos Anuários do museu, o MI ainda prestou duas significativas homenagens que figurará para sempre na memória da instituição e daqueles que passam por ali: o livro em mármore onde podem ser lidos os beneméritos do Museu Imperial, que fica no saguão do museu, e onde consta o nome de Getúlio Vargas em primeiro lugar; e o expressivo busto de bronze do presidente, feito pelo escultor Hildegardo Leão Veloso, colocado no jardim do palácio, à entrada do edifício.

A cabeça em bronze pode parecer um tanto anacrônica quando paramos para pensar no que está sendo simbolizado no Museu Imperial, mas é a maior representação material da presença do presidente na instituição. De lá ele parece zelar atentamente pelo patrimônio e, sob o seu olhar vigilante, o palácio continua a representar o poder da monarquia.

Mais uma vez, uma troca simbólica é percebida entre o chefe do Estado Novo e um museu de caráter nacional, e a partir dela houve a legitimação de ambos, contribuindo para o estabelecimento do museu e a perpetuação da ditadura varguista. Há muito por trás dos atos que o levaram a uma aproximação com a instituição, signos e expressões que podem ser percebidos através de uma análise mais atenta.

Já se compreendeu o período de forte centralização instituído pelo Estado Novo, que necessitou da criação de símbolos para a manutenção de seu poder. As práticas culturais foram fontes de interesse do presidente que, gradualmente, percebeu o papel dos museus na cristalização da memória. Não foi diferente, portanto, quando apresentado ao projeto de Sodré da criação de um museu dedicado à memória de um Estado centralizador, dirigido por

um homem que se interessava pela cultura, propunha caminhos modernizantes e dirigia o país com pulso firme.

Ainda que distantes, o Segundo Reinado e o Estado Novo apresentavam semelhanças na sua forma de ser, o que pôde ser explorado pelos órgãos de publicidade do regime. Ademais, as figuras de D. Pedro II e de Getúlio Vargas foram postas lado a lado, como se ambos os estadistas fossem bons colegas, "dois líderes unidos para o aperfeiçoamento da Nação" (WILLIAMS, 1994, p. 57, tradução nossa).

Vargas é seguidamente reiterado como grande patrono dos museus, guardião do patrimônio brasileiro e promotor da cultura, e foi apropriado por muitos veículos ao assemelhá-lo ao último imperador.

Enfim, chegou o dia em que no Brasil um chefe de Estado, depois de Pedro Segundo, cogitou até das artes, dos museus e da tradição brasileira e este foi o presidente Getúlio Vargas! Eis o que nos é dado afirmar com a mais pura das intenções (SODRÉ, 1940, p. 158).

Mas essa representação não foi nada impensada, ao contrário, ela foi construída de maneira intencional, reforçada pelos órgãos submetidos ao governo federal e estimulada pela mídia situacionista. Vargas pessoalmente contribuiu para divulgar essa imagem de si e do Estado Novo, através, entre outras coisas, da repatriação dos restos mortais de D. Pedro II e Teresa Cristina, instalados em um mausoléu feito especialmente para eles na Catedral de Petrópolis, em 1939, e da criação, promoção e fomento do Museu Imperial.

O modelo de museu que foi inaugurado no palacete era baseado na aclamação do Império e de todas as suas qualidades, contando a história de um Brasil rico, ilustrado e apaixonado, indicando claramente a importância do pulso forte de D. Pedro II. "O Museu, portanto, desde sua inauguração, apresentou uma concepção de história que tinha a preocupação de fortalecer um novo tipo de nacionalidade" (SANTOS, 2006, p. 100).

O Museu Imperial foi um verdadeiro sucesso, tendo sido um dos museus mais visitados do Brasil. Alguns dados mostram que a instituição chegou a ter quase 9 mil visitantes em um mês entre 1943 e 1949. De 1943 a 1945, o MI teve em média 109.547 visitantes. Se comparado ao MHN, que, no mesmo período, registrou cerca de 71.005 visitantes, podemos compreender a força do novo museu de Petrópolis no imaginário social (WILLIAMS, 1997).

A grande procura pelo museu advém tanto da curiosidade do público em conhecer o palácio de D. Pedro II, quanto da vontade de se ligar a uma outra época e de retornar às tradições, denunciando a importância do Império na construção da memória brasileira. E, ousado dizer, potência essa que existe ainda nos dias atuais e que pode ser comprovada

pelos números de visitação. As tradicionais pantufas, que parecem impedir a profanação do mundo sagrado, utilizadas até hoje para conservação do piso, são só uma parte da experiência que garante o retorno dos visitantes; o museu em si é um universo à parte, que mantém viva a memória de um reinado nem tão distante.

O Museu Imperial de Petrópolis será o grande pórtico para todos quantos desejam mergulhar a inteligência e o sentimento nas sombras veneráveis do passado, devassando-lhe os segredos, fixando-lhe os aspectos e confirmando no apreço das glórias antigas a confiança no presente e as esperanças no destino futuro.

É, pois, uma obra de pura brasilidade a criação do Museu Imperial (O MUSEU..., 1940, p. 5).

Seria errado dizer que uma só pessoa se beneficiou da narrativa expressada pelo MI, já que, assim como o Museu Histórico Nacional, o museu de Petrópolis garantiu generosas doações e aproveitou o mecenato de inúmeras famílias da elite, principalmente daqueles ligados à família imperial.

Uma grande doação, por exemplo, foi realizada por Pedro Gastão, filho do Príncipe do Grão Pará, do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Contendo papéis de desde o século XIII, diários de D. Pedro II, cartas do Visconde do Rio Branco e de Varnhagen, o arquivo estava no Paço de Petrópolis, tendo sido transferido ao Castelo D'Eu, na França, depois do exílio da família imperial. Foi feito um inventário dos documentos, tendo Alcindo Sodrê pedido permissão para divulgá-lo e Rodolfo Garcia publicado em dois volumes dos Anais da Biblioteca Nacional.

Anunciada, por Pedro Gastão, a intenção de doar o conjunto de cerca de sessenta mil itens, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enviou uma moção assinada por vários de seus membros ao presidente Vargas, para pedir o apoio do governo para a aquisição da coleção. Ao final da carta, pode ser lido:

Ouso assim esperar que Vossa Excelência veja, na sugestão que o Instituto apadrinou e fez sua, apenas o zelo e o carinho de homens que, como Vossa Excelência, também amam o Brasil de outrora, desejosos de colaborar nessa bela obra de preservação das nossas coisas antigas, que se revela num constante e comovido aprêço ao patrimônio cultural da Nação (SOARES, 1940 apud SODRÊ, 1950).

Vargas apoiou a transferência do arquivo para o Museu Imperial, mas a aquisição só ocorreu alguns anos depois, na gestão Dutra, em 1948. Assim, podemos concluir que havia mais de uma pessoa interessada na criação de um museu monarquista, afinal, a proteção do patrimônio histórico era vantajosa para a antiga família imperial, que poderia permanecer imortal na memória da nação. Getúlio Vargas foi um dos beneficiados com a construção do mito do Império, utilizando a força do MI na fabricação de sua própria imagem.

Vargas apresenta uma história atrelada ao imperador que muito se aparenta com o quadro que propagava de seu próprio governo. Uma instituição que celebrasse um governo centralizado, a unidade nacional em torno de um homem, D. Pedro II, tinha tudo para refletir de maneira favorável na figura autoritária de Vargas. Enquanto patrono do MI, Vargas contribuiu com a sua presença em inúmeras visitas realizadas à instituição, muitas delas acompanhado de figuras importantes do governo, e foram destaque na imprensa.

Figura 6 – Getúlio Vargas corta a fita de inauguração do Museu Imperial



Fonte: Museu Imperial (1943).

Figura 7 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do General Góes Monteiro, em 1941



Fonte: Museu Imperial (1942).

Figura 8 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial em fevereiro de 1944



Fonte: Cultura Política (1944).

Figura 9 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do Vice-Presidente Café Filho, em março de 1952



Fonte: Museu Imperial (1952).

Figura 10 – Getúlio Vargas visita o Museu Imperial na companhia do Governador do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, em fevereiro de 1954



Fonte: Museu Imperial (1954).

Além disso, foi fundamental nas transações de objetos que viriam a integrar o novo museu. Chegou a mediar muitas aquisições privilegiadas de itens, como em 1941, por exemplo, no leilão de Fonseca Hermes. Em seu Diário, no dia 12 de julho, ele escreve:

Logo após o almoço, fui visitar a exposição de objetos artísticos do sr. Fonseca Hermes, antes que sejam postos à venda em leilão. Encarreguei os dois diretores do Museu Histórico Nacional e Imperial de se entenderem com o proprietário sobre as aquisições de interesse para as suas repartições (VARGAS, 1995, p. 406).

De fato, o governo abriu um crédito de mil e quinhentos contos de réis para a obtenção da maioria dos lotes neste famoso leilão, realizado no High Life Club, na rua Santo Amaro, demonstrando a preocupação do estadista para com os museus (PENALVA, 1942).

Vargas chegou a contribuir pessoalmente com doações ao Museu Imperial, assim como fez com o MHN. Nos Anuários do museu podemos encontrar muitas citações do presidente na seção de doadores, mas, infelizmente, as descrições dos objetos são vazias ou inexistentes.

Vários donativos tem recebido o Museu, destacando-se os feitos pelo Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, e os Srs. Dr. Amador da Chunha Buendo, Vasco Lima, Professor Leonidio Ribeiro, Pedro Paranaguá, e D. Mariana Albuquerque de Avelar (SODRÉ, 1941, p. 300).

Fizeram doações ao Museu Imperial, no decorrer de 1942 os exmos. Srs: Presidente Getúlio Vargas e Interventor Amaral Peixoto [...] (SODRÉ, 1942, p. 262).

[...] Exmo Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas - uma carta do mordomo José Maria Velho da Silva, ao Coronel Joaquim Cândido Guilhobel, agradecendo os trabalhos de arquiteto na construção do Paço Imperial em Petrópolis.

Exmo Sr. Presidente Getúlio Vargas - diversos documentos antigos [...] (SODRÉ, 1951, p. 271-272).

Tem-se ciência da existência de uma Coleção Getúlio Vargas no Arquivo Histórico²⁹ do Museu Imperial, o que nos leva a acreditar que as doações realizadas pelo chefe de Estado foram significativas a tal ponto de criar uma coleção própria. A divisão de museologia não foi organizada por coleções, de modo que faz-se necessário um levantamento dos itens que foram doados pelo presidente³⁰. No site do MI, é possível observar alguns itens do acervo catalogados: no Arquivo Histórico há 5006 objetos; na Biblioteca; 1631, na Casa Geyer; 215; e na Museologia, 1407. Deste modo, as bases para uma pesquisa mais aprofundada sobre as doações de Vargas ainda são incipientes.

²⁹ Segundo o texto "O Arquivo Histórico do Museu Imperial e as pesquisas sobre o século XIX" (BEDIAGA, 1997).

³⁰ O que não foi possível realizar com o fechamento das instituições devido a pandemia de Covid-19, em 2020.

Entretanto, uma busca pela plataforma do museu revelou alguns documentos de interesse a essa pesquisa. A apropriação simbólica da imagem de D. Pedro II e do Império é realizada por Vargas em inúmeros momentos, em diferentes instâncias legitimadoras. O museu nos traz alguns exemplos emblemáticos da cristalização dessa memória.

A medalha comemorativa do primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é um deles. Nela fica exposta a tentativa de aproximação de dois líderes carismáticos, um ao lado do outro, estampando a mesma face da medalha, como se ambos fossem os responsáveis pelo sucesso da instituição e, por conseguinte, da nação. Na descrição do conteúdo no site do Museu Imperial, lê-se:

Medalha de bronze comemorativa do I Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O campo do anverso é constituído de uma figura feminina de pé, de braços abertos, entre as datas "1838" e "1938". Abaixo dela, as efígies de d. Pedro II e de Getúlio Vargas. Ambas as efígies com placas retangulares sobre guirlandas, indicando os respectivos nomes. Exergo datado. O campo do reverso é composto da representação da musa Clio sentada, o braço esquerdo sobre uma das pernas dobradas e a mão direita segurando uma pena sobre um livro. Mais abaixo, a efígie do primeiro presidente do Instituto, o visconde de São Leopoldo e, ao lado, a efígie do conde de Affonso Celso, presidente do mesmo instituto, em 1938 (MEDALHA, 1938).

Figura 11 – Medalha comemorativa do centenário do IHGB



Fonte: Medalha (1938).

Ainda outra medalha foi encontrada: em comemoração ao primeiro centenário do Colégio D. Pedro II. Nela foram colocados, no anverso, os bustos do imperador, ainda

jovem, entre o ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o reitor, bispo de Anemúria. No reverso, ao centro, há Getúlio Vargas, à esquerda Gustavo Capanema, e à direita, Raja Gabaglia (MEDALHA, 1937).

O Museu Imperial não foi o único meio que o estadista utilizou para realizar essa aproximação, como podemos perceber, mas no museu foi depositado os vestígios dessas tentativas, fixadas eternamente na memória nacional. Também no acervo museológico da instituição há um objeto símbolo dessa percepção: uma taça de cristal.

Figura 12 – Taça de cristal



Fonte: Taça ([18--]).

À primeira vista nada há de especial nela, mas se engana quem duvida de sua função enquanto semióforo.

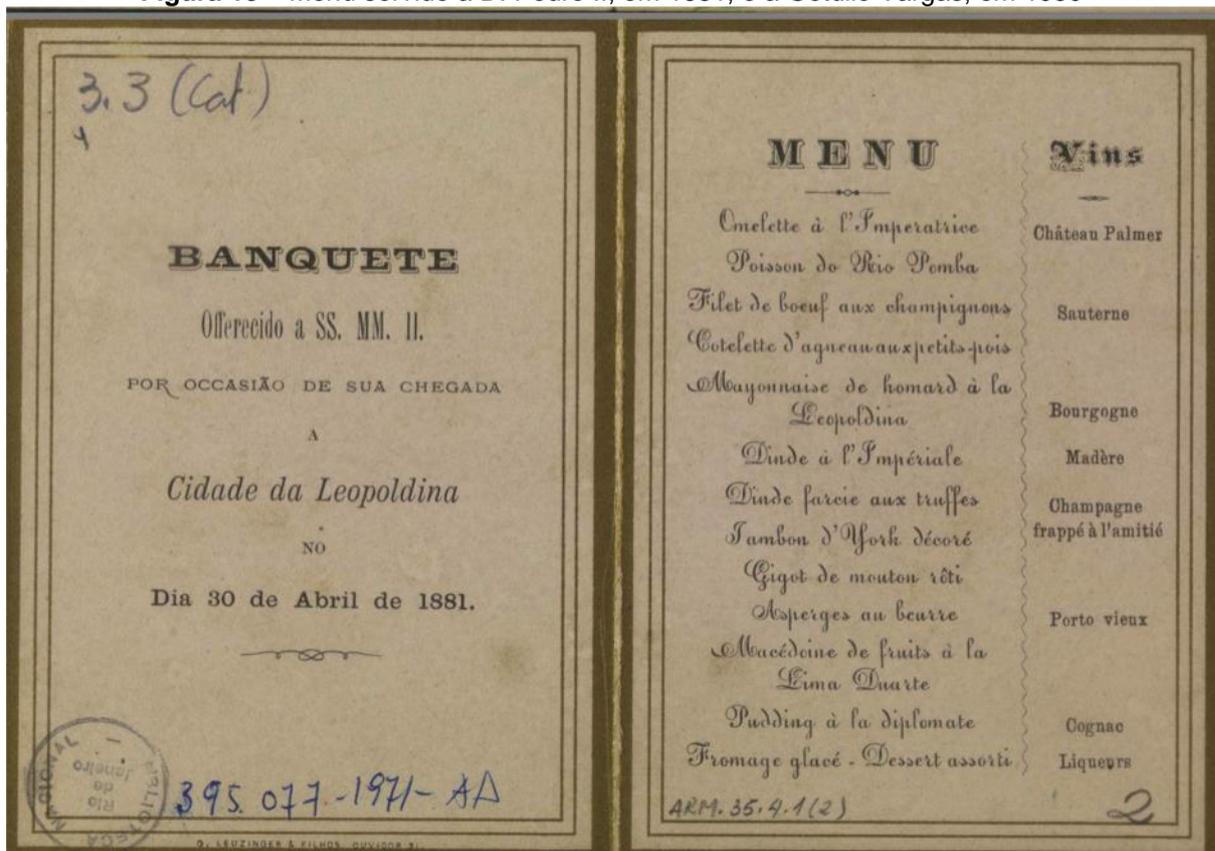
Esta peça foi adquirida pelo ex-presidente Getúlio Vargas em outubro de 1939, quando, visitando a cidade de Leopoldina, bebeu um ágape no qual o cardápio foi o mesmo oferecido a d. Pedro II em 30 de abril de 1881, ocasião em que o imperador foi homenageado com um banquete e utilizou a mesma taça (TAÇA, [18--]).

Um objeto pequeno, mas cheio de significado, verdadeiro representante da união pretendida entre os dois estadistas. A vinculação entre o presidente e o imperador foi construída por inúmeros canais e pessoas, associadas ou não ao governo federal, como àqueles que ofertaram o mesmo banquete a D. Pedro II, em 1881, e a Vargas, em 1939.

Mas o ato de musealizar o objeto que foi tocado por ambos é a prova concreta da consciente imaginação museal do presidente-ditador.

Deve-se tomar como ponto partida o poder do chefe do Estado Novo e a sua significação no imaginário social, pois só tendo isso em mente podemos compreender o porquê de ter sido servido a ele o mesmo banquete do último imperador do Brasil e, igualmente importante, o porquê de ter sido dado a ele a mesma taça utilizada por D. Pedro II. Afinal, não se trata de um evento que ocorreu com outras figuras políticas do país.

Figura 13 – Menu servido a D. Pedro II, em 1881, e a Getúlio Vargas, em 1939



Fonte: Banquete... (1881).

A taça foi investida de poder por aqueles que a utilizaram, servindo como um portal entre Vargas e a memória evocada de D. Pedro II. Em situação parecida, Mario Chagas descreve o simbolismo do ato de Gilberto Freyre ao beber na mesma xícara que Léon Trotski.

De algum modo, a simples referência de que Trotski bebeu chá naquela xícara, ampliou a potência do ritual do chá e transformou o objeto numa espécie de relíquia, capaz de evocar lembranças e despertar emoções; como se colocar os lábios e as mãos e os olhos naquele artefato que, num outro tempo, foi tocado pelos lábios e pelas mão e pelos olhos de Trotski

fosse capaz de romper as barreiras do espaço e do tempo e de aproximar o usuário momentâneo daquele “grande homem de ação” (CHAGAS, 2009, p. 16).

A imaginação museal de Vargas levou a taça, símbolo da união entre ele e o imperador, à musealização, como se ele quisesse congelar aquele momento único e imprimir ao objeto uma nova memória. Pode ser que se não o tivesse feito, a taça não seria lembrada pelo seu toque, ou, pior, ela continuaria a ser tocada.

Em uma ação consciente de cristalização, Vargas retira a taça do circuito de uso para que, a partir dali, nenhuma outra boca, mãos e olhos toquem-na. O objeto no museu é reconhecido pela sua dualidade; em 1881 ele representava o Império, em 1939 ele se ressignifica na convergência de dois grandes estadistas brasileiros.

Figura 14 – Getúlio Vargas no banquete oferecido pelo Ginásio Leopoldinense



Fonte: Meneghite (1939).

A doação da taça, realizada pelo próprio presidente Vargas, me gerou um tanto de curiosidade. Fiquei a indagar sobre como esse objeto foi parar na posse do presidente, se por um pedido do mesmo, ou se foi dado como um presente. Teriam aberto mão de um item de tal importância histórica? Talvez, se as intenções de doá-lo ao Museu Imperial já fossem claras.

A taça foi, e ainda é, um representante dessa narrativa estadonovista. Mas há ainda alguns outros objetos que intrigam no acervo do MI. A medalha comemorativa da Revolução de 1930 é um deles, mais pelo estranhamento desse item do que por ela em si. Enquanto

parte do Museu Imperial a medalha parece um tanto quanto anacrônica, mas, dotada de significado, ela compõe a Coleção Museu Histórico de Petrópolis.

Em seu anverso há uma figura masculina empunhando uma espada com a mão direita. Atrás dele, uma bandeira em um mastro e, abaixo, lê-se "Brasil um filho teu não teme a morte". No reverso há um livro aberto com alguns nomes que se destacaram na Revolução, o primeiro deles é "Getúlio Vargas" (MEDALHA, 1930).

Ainda que o Museu Imperial tenha o papel de guardar objetos pertencentes ao Império, a cidade de Petrópolis e ao Estado do Rio de Janeiro, a medalha da Revolução de 1930 destoa do resto do acervo da instituição. O poder de evocação desse objeto, juntamente com a narrativa varguista alimentada pelo museu, abriu um lugar para a consagração da medalha, ela paira enquanto item representante de um evento de porte nacional, que marca uma mudança política, social e cultural na vida de todos os brasileiros.

Outro objeto que causa estranhamento no acervo, por não pertencer ao período imperial, é a pedra que acidentou Vargas na travessia Rio-Petrópolis. Concentrada na Coleção Museu Histórico de Petrópolis, ela é um grande indício do poder simbólico de Vargas na memória nacional.

Figura 15 – Pedra que causou o acidente de Getúlio Vargas na travessia Rio-Petrópolis



Fonte: Pedra ([s. d.]).

Pela imagem não se tem noção de seu tamanho, mas a rocha possui grande dimensão, tendo levado o ajudante de ordens, o comandante Celso Pestana, à morte

imediate. Em seu diário, no dia 30 de abril de 1933, ele narra a situação que passou no terceiro viaduto da estrada Washignton Luís:

De começo, chovia e ventava. Melhorou um pouco o tempo, subimos a serra, entramos na zona dos viadutos, passamos por um volumoso tronco de madeira, desviando-o. Recomeçou a chuva e o vento. Repentinamente, no seio da noite trevosa, um estrondo como de uma explosão. Senti um choque formidável sobre as pernas que me imobilizou. Parou o auto, verificamos a catástrofe: uma pedra rolara da montanha, atravessara a capota do auto e atingira em cheio o comandante Celso Pestana, que caiu fulminado, sem um gemido. Eu estava na ponta da esquerda e ele na minha frente, a Darci no meio e o menino à direita, não sendo atingido. Aguardamos a chegada do auto da polícia, foi retirada a pedra, e marchamos no próprio auto sinistrado para o Hospital São José. Foram 20 minutos de angústia. Eu, imobilizado num canto, tendo sobre as pernas o banco quebrado e o corpo do malogrado oficial. Darci, deitada sobre o banco, com a cabeça no meu ombro, ensangüentada, com a perna fraturada, gemia lamentosamente sob a pressão daquele duplo choque. Assim chegamos ao hospital. (...) Eu, com três fraturas sem gravidade, fui estucado em aparelhos de gesso, imobilizado no leito, aguardando a consolidação - obra do tempo. Minha mulher, pobre sofredora, com uma fratura exposta, já com os vibriões da decomposição apurados em exame, ameaçada de gangrena, atravessa o período álgido da observação clínica. Encerro esta página. Só Deus sabe o que o futuro reserva! (VARGAS, 1995).

A pedra, em si, é muito parecida com várias outras que já se soltaram naquela estrada, no entanto, imbuída de significado, ela representa a história pessoal de um grande estadista. Aqui, deve-se levar em consideração a descrição do item: a pedra é aquela que causou o acidente de Getúlio Vargas, não a pedra que matou o comandante Celso Pestana, ou a rocha que fustigou Darcy Vargas, quase levando a sua amputação. O significado que foi preservado nessa pedra remete à história do presidente, e, por isso, digno de ser salvaguardado em uma instituição do porte do Museu Imperial.

Vale ressaltar que o próprio local foi visitado por turistas e pela população, interessada em ver onde ocorreu o acidente do presidente. Assim como a rocha, aquela parte da estrada foi elevada a outra condição, e todos aqueles que por ali passavam tinham em mente o episódio que marcou a história da cidade.

Tanto é que o acervo arquivístico do Museu Imperial possui um cartão postal fotográfico que mostra o trecho da estrada em que houve o acidente. O item foi adquirido por meio de compra e pertence à Coleção José Kopke Froés. No verso há a legenda "1933 - Rod. Rio-Petrópolis após acidente com automóvel do ex-presidente Getúlio Vargas/Fot.: Rudolf Haack" (HAACK, 1933).

Figura 16 – Cartão Postal fotográfico da estrada Rio-Petrópolis



Fonte: Haack (1933).

O local não pôde ser musealizado, mas a fotografia sim, resguardando para o futuro a memória do evento que envolveu tanto o presidente Vargas, figura de poder e prestígio ainda hoje na história brasileira, quanto a cidade de Petrópolis. Indício de um processo de monumentalização, existe no lugar, ainda hoje, uma espécie de santuário com a imagem de Jesus Cristo, dedicado à memória do acidente. Estes itens nos revelam um pouco mais sobre a narrativa do Museu Imperial que transformou o estadista em um verdadeiro herói, preservado também dentro das paredes da instituição e figurando ao lado de grandes homens, como D. Pedro II.

Nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade,

O presidente Getúlio Vargas foi realmente não apenas o chefe do govêrno que assinou o decreto instituindo êste Museu e expediu os demais atos administrativos provendo-o dos recursos que lhe permitiram tornar-se no que é hoje em dia, mas o grande animador da obra aqui realizada. Sua presença pessoal frequente nesta casa, o interêsse espontâneo que demonstrou sempre pelo desenvolvimento da instituição assim como a predileção manifesta com que a tratava, fazem do ilustre Chefe de Estado extinto o benemérito e inesquecível patrono do Museu Imperial (PALAVRAS..., 1955, p. 271-272).

Sob este prisma, Vargas traz novamente à questão o paradigma patrono-herói de Daryle Williams (1997), onde ele se torna o patrono do MI, com as suas várias doações e apoio à instituição, com a finalidade de utilizar a imagem que era construída do Império em prol de seu próprio governo e, ao mesmo tempo, é feito de herói, pela imortalização de sua memória enquanto benemérito e criador do Museu.

Assim como o MHN, o Museu Imperial possuía grande importância na realidade dos brasileiros, traduzindo um mundo de significados, reinventando o passado e disseminando narrativas. Ele desempenhou papel crucial em pesquisa e educação, na constituição da nacionalidade e da identidade brasileira. Não à toa, o diretor do Sphan apontou o museu como o "maior empreendimento da administração pública federal no domínio que nos interessa, desde a criação do Museu Histórico Nacional em 1922" (PALAVRAS..., 1955, p. 269).

Uma das ferramentas de grande valia utilizadas pelo museu foi o lançamento de seus Anuários, publicações permeadas de pesquisas em relação aos mobiliários, objetos, veículos e tudo o mais que tivesse relação com o período imperial, além de se dedicar aos estudos biográficos das personalidades do Império.

Êsse tom, que se pode dizer aristocrático, do segundo número do Anuário, está ajudando a criar a tradição de luxo e bom gosto que envolve, como uma aura, o belo museu petropolitano, do qual, muito mais que essa atmosfera plácida e deliciosa, podemos esperar estudos, sérios e imparciais, profundos e conscientes, da história deslumbrante [...] (BARATA, 1943, p. 147).

Ao contrário do que crê Barata, os estudos dos Anuários não são de todo imparciais, mas carregam um orgulho e uma paixão pelo passado imperial e o que ele representava. Essas publicações foram muito requisitadas por diferentes repartições e faculdades, que viam o intenso trabalho de ressignificação da memória do Império. Veículo de educação moral e cívica, o Anuário era parte da grande narrativa contada pelo museu, legitimando um determinado ponto de vista sobre a história nacional.

[...] evidencia o governo do Presidente Getúlio Vargas o seu interesse pela manutenção das mais caras tradições nacionais, ao mesmo tempo que eficazmente trabalha pela elevação do espírito cívico das atuais gerações brasileiras, sem o qual nenhuma obra patriótica será possível e duradoura (VIANA, 1942, p. 357).

No Anuário também aparecem os relatórios anuais, onde o nome de Getúlio Vargas sempre figura entre os doadores e os visitantes ilustres. A publicação deixa claro o afeto da instituição à memória do presidente e ao governo estadonovista, prestigiando-os com a construção de um mito, o grande patrono, benemérito e herói do Museu Imperial.

Assim, o presidente vive na memória do museu, sendo representado por muitos objetos musealizados, alguns que o encarnam diretamente, como a taça, a pedra, as medalhas e a fotografia, outros que resgatam sua história como benemérito, como os itens doados pelo presidente. Na dança entre patrono e herói, foi construída a imagem do estadista, como um homem de letras, iluminado, garantidor da ordem e da prosperidade, muito semelhante com a narrativa estabelecida à D. Pedro II enquanto "o Imperador sábio", "o Rei filósofo", e "o Mecenas brasileiro" (SODRÉ, 1950, p. 34).

3.3 – Patrono e Herói: o poder dos lugares de memória

A concepção de nacionalismo está intrinsecamente ligada às ideias de Estado e de Nação, e foi amplamente explorada ao longo dos anos por diversos autores, nas tentativas de compreensão de suas bases comunitárias e do poder da representação no imaginário social. Segundo Gellner, o nacionalismo se dá através do vínculo entre o Estado e uma determinada cultura que é nacionalmente e intencionalmente construída (GELLNER, 2000).

Enquanto o Estado é uma entidade política organizada em um território, a Nação pode ser entendida como a união de sujeitos anônimos ligados pela história e pela cultura; uma comunidade imaginada a partir dos laços e tradições inventadas entre os seus membros.

Essa comunidade política, segundo Anderson (2017), além de imaginada, é também limitada por fronteiras físicas e culturais, e soberana, com a qual garante a sua liberdade. Sob a denominação de comunidade ela se apresenta enquanto uma fraternidade, em uma relação horizontal entre os indivíduos, compondo uma espécie de coletividade.

As nações são imaginadas por meio de experiências compartilhadas que geram identificações, sentidos e sentimentos nacionais. A criação de idiomas, imprensa, literatura e eventos culturais foram alguns instrumentos utilizados na fabricação de nações e nacionalismos, bem como a evocação do passado histórico e a reconstrução da tradição de acordo com as necessidades do presente. Nelas as tradições aparecem situadas em uma origem distante, mas são, na verdade, invenções recentes conscientemente selecionadas (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

Longe de ser isento de disputas, esse processo de invenção está imerso por tensões sociais que ocorrem no interior das comunidades. O poder é articulado dentro das representações culturais e perpassa as negociações para construção identitária. Os confrontos se estabelecem a partir de diferenças, tais quais, raça, gênero e etnia.

Portanto, a fabricação do nacionalismo não é um processo simplificado, mas cheio de tensões pelo poder do discurso, que se desconstrói e reconstrói pelas necessidades do tempo presente. Nele a diferença cultural é refletida na produção de identidades que se dividem na articulação da comunidade.

Os nacionalismos estão imbricados nas lutas pela memória, mas também pelo esquecimento. As identidades culturais surgem a partir do sentimento de pertencimento e carregam significados construídos e imaginados a partir da cultura nacional. As nações não são meras entidades políticas, mas um sistema de representação cultural que produz sentidos (HALL, 2006).

As amnésias do nacionalismo são resultados das negociações e das disputas no interior das comunidades, onde há a sobreposição e a supressão de memórias em detrimento de outras. A fabricação da hegemonia é realizada através da cultura, que pode ser entendida como um sistema de símbolos compartilhados que incute valores e discursos coletivamente construídos. Ou seja, a cultura, ainda que um permanente campo de batalha, é necessária para garantir a homogeneidade da sociedade (GELLNER, 2000).

Então, para haver hegemonia é preciso uma política de identificação do imaginário, que acontece por meio de dispositivos e aparatos culturais, como a língua, a imprensa, a literatura, a bandeira, o hino, as datas comemorativas, e os heróis da pátria, mas, ocorre também, pelas instituições de memória. A criação de realidades unificadas pode ser compreendida, por exemplo, através dos censos, dos mapas e dos museus, como explora Anderson (2017).

Os censos espelham a população e auxiliam na construção de políticas, tornando-se instrumentos importantes na fabricação da nação, enquanto os mapas demarcam territórios e constituem um discurso de comprovação do passado imemorial do povo, e os museus consagram histórias e personalidades, elevam objetos à função de signos e legitimam monumentos.

Esta última instituição foi o foco da pesquisa. Assim, podemos perceber o papel social e memorialístico dos museus enquanto dispositivos de representação e fabricação de determinadas realidades. O crescimento do número de museus, apresentado anteriormente, reflete a política cultural do governo Vargas, mas também denuncia a ideologia do Estado e o conhecimento por ele da função das instituições museológicas.

É notável que os museus que nasceram a partir da década de 30 do século passado, possuem a mesma configuração em comum. São instituições da história oficial, do resgate a um passado específico e da exaltação de figuras e símbolos considerados verdadeiramente brasileiros; esses museus pertencem à elite e por ela são alimentados.

Como exemplo das instituições que surgiram entre 1930 e 1945, pode-se citar: o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da Inconfidência, o Museu das Missões, o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, e o Museu Imperial. Há de se perceber, notando o caráter desses museus, as preocupações e inclinações do governo Vargas.

As instituições que foram criadas à época refletiam ideologias e abasteciam as fontes de poder político do Estado, oferecendo combustível para os manejos e ditames do presidente. A legitimação dos atos do executivo se deveu, ainda mais, pela disseminação de discursos de valorização do governo centralizador, encarnado com sucesso na figura de D. Pedro II, pela publicidade dirigida à Vargas e pelo domínio das narrativas museológicas, responsáveis tanto pela exaltação de um passado imemorial da monarquia, quanto da propaganda varguista.

De certo, elas se emaranham em uma rede de significados quando há uma aproximação consciente, realizada por ambos os museus aqui estudados, dos dois estadistas, D. Pedro II e Getúlio Vargas, que resulta em uma tentativa de transpor para si as virtudes do antigo monarca. Patrono, mecenas, amante das artes e do patrimônio, um intelectual a serviço da nação, construções essas que foram repetidas em páginas de jornais e revistas, principalmente aquelas editadas pelos museus e pelo DIP.

Estes objetos e estas lembranças estão vivos no Museu [Imperial] e ajudam a construir a imagem do Pedro II como um grande estadista brasileiro, esclarecido, iluminado, antes de tudo amigo do povo e das letras e, por que não, o responsável por meio século de paz e tranquilidade, o garantidor da unidade nacional, da emergência das liberdades individuais e da prosperidade econômica e financeira, condições que foram capazes de elevar o país ao status de primeira potência sul-americana - uma construção que interessou a Getúlio em 1940 e que não parece ser totalmente desprovida de atenção nos dias atuais (SANTOS, 2006, p. 101-102).

Essa legitimação é viabilizada porque os museus são instituições de salvaguarda de objetos representativos da sociedade, e se apresentam como locais de culto ao passado, repositórios da memória e da história. Eles também conferem caráter institucional e disseminam determinadas narrativas. Como esclarece Mario Chagas (2015, p. 33): "[...] os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica".

Como "lugares de memória", os museus abrigam coleções de objetos alçados a patrimônio, especialmente escolhidos para narrar a história de determinadas comunidades, forjar símbolos, heróis e identidades. São lugares de memória, porque possuem a intenção de memória, ou seja, de rememorar acontecimentos e personalidades, já que "a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do

esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais" (NORA, 1993, p. 22).

Enquanto lugares de poder, os museus são responsáveis pela seleção daquilo que legitimam. Os objetos que compõem seus acervos adquirem nova vida: são elevados à condição de semióforos e, dotados de significados, eles representam o invisível, fazem uma ponte entre a sociedade e o passado narrado pela compreensão do objeto. São símbolos de poder, representando e testemunhando o passado como a materialidade do discurso reproduzido pelas instituições que garantem a homogeneidade da historiografia (POMIAN, 1984).

Deste modo, como “dispositivos” político-sociais, segundo Foucault (1997), os museus se inserem entre as instituições que possuem o poder de definir a “ordem do discurso”, sendo porta-vozes de narrativas que se impõem sobre outras para criar uma memória coletiva, definidora de uma identidade nacional.

São instituições decisivas na criação de nações e nacionalismos, assim como, na imaginação social desenhada por cada país. Retomando ao pensamento de Benedict Anderson, as comunidades são imaginadas porque “[...] mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2017, p. 32).

E isso se torna possível através do convívio com instituições culturais e lugares de memória - como os museus, as bibliotecas e os arquivos -, em que os sujeitos se reconhecem enquanto membros de uma comunidade que se realiza através de símbolos da pátria ou da história comum: mitos de origem, batalhas, bandeiras, hinos, documentos, monumentos, um conjunto de signos escolhidos, inventados e reinventados a partir das conjunturas políticas e sociais de cada época. Cada um deles é representativo de uma “tradição inventada” e envolve práticas aceitas que inculcam valores e normas de comportamento, buscando a “continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p. 8).

Mas essas práticas, assim como os objetos no museu, também são reinventadas e recontadas sob outros panos de fundo, conforme há variação de poder. Como explicita Mario Chagas (2015, p. 33) a memória é uma construção, portanto “[...] a constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos, e representa os interesses de determinados segmentos sociais. Por isso mesmo eles trazem, de modo explícito ou não, um indelével “sinal de sangue””.

Desde a seleção dos objetos a integrar o museu, passando pela conservação e restauração, pela documentação e culminando em sua exposição, percebe-se um viés de subjetividade por parte das instituições e dos profissionais que ali trabalham. Assim, a incorporação de um novo acervo depende da política de cada museu e da conjuntura social de cada época.

Relíquias, semióforos, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem (MENESES, 1998, p. 94).

O museu age enquanto entidade definidora de padrões sociais, no interior do qual a seleção e a prática da musealização atribui caráter de prestígio a determinados objetos em detrimento de outros. Assim, através da incorporação de objetos pertencentes a Getúlio Vargas às coleções que compõem os acervos do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial, têm-se a musealização de sua figura enquanto pessoa distinta e estadista brasileiro, enquanto patrono e herói. Desta forma, também é por meio desse conjunto de objetos que Vargas é consolidado na memória nacional.

Utilizando o paradigma patrono-herói de Daryle Williams (1997), podemos compreender a participação de figuras da elite nesses museus à época. O Museu Histórico Nacional sobreviveu, em seus primeiros anos, principalmente pelo apoio e pelas doações de famílias oligárquicas. Assim, seu acervo foi sendo constituído por meio de uma estratégia de aquisição estabelecida mais pelos doadores do que pela instituição.

Estes patronos constituíam uma amostra representativa da elite política e econômica nacional da época que pretendiam usar o Museu para assegurar a posição dominante que ocupavam na "casa-grande" do Brasil. Algumas doações, tais como aquelas que encaminharam à instituição as heranças Cotegipe e Calmon, visavam torná-la lugar no qual fosse preservado o brilho do nome de famílias tradicionais, embaciado pelo declínio da nobreza togada e dos grandes proprietários de terras do Império e do início da República. Outros doadores, tais como os Guinle, viam no Museu Histórico uma ponte para estabelecer, junto a seus iguais, uma imagem pública de promotores e protetores da cultura. E, finalmente, havia aqueles que, como Vargas, pretendiam fazer do MHN um lugar no qual o trabalho comum e cotidiano da administração pública se enobrecesse e tornasse parte da História. Em todos os casos, indivíduos públicos e privados viam na repartição de história nacional um espaço por intermédio do qual poderiam utilizar o apoio cultural como forma de aumentar o próprio capital social e político. (É interessante o fato de se observarem poucas evidências de que algum dos doadores pretendesse usar o MHN como forma de aumentar seu capital econômico) (WILLIAMS, 1997, p. 151).

É desta forma que Getúlio Vargas, enquanto chefe de Estado, se eterniza em suas próprias doações e é figurativamente musealizado por meio da materialidade de sua coleção. A sala batizada com o seu nome era uma das mais visitadas e era composta de

mais de 600 objetos, os mais diversos possíveis. Em sua maioria, tratavam-se de presentes entregues ao presidente por autoridades estrangeiras, o que ratifica a ideia da ausência de uma política de seleção e aquisição por parte do Museu Histórico Nacional. Contudo, é importante frisar, que a própria repartição estava interessada em adquirir tanto quanto fosse possível de objetos ligados à figura do estadista.

Percebendo as vantagens da proximidade do poder central, o Museu amoldou sua missão institucional às iniciativas reformadoras do Chefe do governo, chegando ao ponto de escrever a própria história institucional em relação à história do regime Vargas. Neste processo, o Museu legitimou Vargas como grande patrono da cultura brasileira e se legitimou como parceiro de primeira linha do chefe do Estado (WILLIAMS, 1997, p. 142).

O Museu Histórico Nacional percebeu que uma maior aproximação com o Estado, ou melhor, com o próprio presidente, garantiria alguma prosperidade à instituição, seja pelos objetos adquiridos pelo contato com o estadista, seja pelo aumento de verba e contratação de pessoal ou, até mesmo, pelo simples ato de associar-se à figura de Vargas, assegurando prestígio e apoio das elites situacionistas.

O museu agiu em prol desse casamento com o governo, que foi profícuo principalmente durante o Estado Novo. Ainda que de maneira singela, Vargas nutria interesse na instituição desde o início de seu mandato, tanto que a sua primeira doação data de 1930, o primeiro ano do Governo Provisório. Mas a sua relação com o Museu Histórico Nacional se intensificou com o tempo, chegando a um impressionante número de doações em 1940, relatadas, a partir desse ano, nas publicações do museu, no intuito de declarar que a prosperidade da instituição devia-se pelos atos de heroísmo e patrocínio do presidente.

Isso, segundo Williams (1997), pode ter acontecido quando ele "[...] foi colocado em contato com o poder do museu como fabricante de cultos à heróis" e "diante de uma visão da história nacional construída por meio de restos materiais de heróis públicos e doadores particulares. Um processo que Vargas poderia repetir sem maiores dificuldades, tendo a si mesmo como objeto" (WILLIAMS, 1997, p. 152-153).

Essa época foi especialmente importante na configuração de sua imagem enquanto patrono e herói, já que se tratava de um período de forte centralização política. Assim, o museu foi utilizado tanto pelo seu caráter glorificador, quanto pela busca por ícones nacionalistas que atendiam às ideologias do contexto repressivo do Estado Novo.

Utilizando o poder simbólico dos museus, Vargas imortalizou, ao lado de um seleto grupo de figuras masculinas da elite, uma versão de si mesmo favorável ao seu governo e a sua pessoa, em uma instituição encarregada de oferecer a representação da História

Nacional. O interesse do presidente-ditador na instituição e o progressivo aumento de suas contribuições diz muito das razões que o levaram a buscar o museu em momentos de necessidade política.

Processo semelhante pode ser percebido quando analisado a relação de Vargas com o Museu Imperial. Aqui ele é o herói ao providenciar o resgate da memória do Império brasileiro, de seu palácio e de seus antigos mobiliários, e o patrono ao inaugurar, com toda a pompa e solenidade necessárias, o museu destinado a recordar e glorificar o passado imperial, principalmente encarnado na figura de D. Pedro II.

É compreensível a criação de um Museu Imperial em 1940, em uma fase de maior aproximação com as instituições culturais e de necessária legitimação do poder centralizador do Estado Novo. A Primeira República, como vimos, havia gerado um forte sentimento de desilusão, deixando a maior parte da população descontente com o novo modelo político, o que pode ter influenciado na construção de uma imagem de Vargas associada a D. Pedro II.

No imaginário social da época, o Império ainda marcava uma forte presença, um período atribuído a prosperidade e sucesso, a tradição e grandeza, o que gerava nos muitos entusiastas da monarquia o desejo em recuperar alguns dos importantes locais da história brasileira, como o Palácio Imperial.

No momento de sua criação, o Museu teve seu valor consagrado pela história e por um interesse político que visava o fortalecimento do conceito de nação dirigida por um governo forte e centralizador. Para que se erguesse um museu monarquista, expulsando do prédio um educandário, foi necessário o momento político adequado e o interesse pessoal do presidente Vargas (SANTOS, 2006, p. 100).

O MI também soube usufruir das atenções que o presidente destinava a ele e escreveu a sua história institucional de maneira a entrelaçá-la a Vargas, enquanto mito fundador e seu principal patrocinador. Prosperou com o apoio governamental na destinação de verbas, nas visitas do presidente e na propaganda que recebia de outros órgãos estatais, como o DIP.

Vargas aproveitou a publicidade que recebia pela criação de tal museu. Chegou também a contribuir pessoalmente com doações, ficando conhecido por meio dos jornais e dos discursos de seus colaboradores como "patrono de museus", um verdadeiro herói que restaurou a história de um passado que estava caindo em esquecimento.

A aproximação de Vargas com D. Pedro II foi feita de modo consciente e explorada ao máximo pelos meios de comunicação e propaganda do governo. Os anais do MHN, os anuários do MI, e os números da Revista Cultura Política relatavam a prosperidade das

instituições, o apoio do governo e a importância dos museus como fonte de educação e formação cívica e moral.

As inúmeras visitas de Vargas ao Museu Imperial demonstram o seu estreito relacionamento com a instituição e com o diretor. Foi flagrado passeando pelos corredores da repartição em visitas oficiais ou em momentos de descontração, quando ia a Petrópolis para descansar.

Suas investidas demonstram a sua imaginação museal e a sua crença na capacidade dos museus de eternizar ideias e personalidades, de resgatar do esquecimento e de dar luz a determinados pontos de vista. Assim, "[...] pelo resto de sua vida, iria ao Museu para pedir ajuda na fabricação de uma versão heróica e sensata de Presidente" (WILLIAMS, 1997, p. 153).

Portanto, o projeto varguista de patrocínio dos museus se estabeleceu pela oferta de doações e de melhores condições à instituição e, em troca, teve o seu nome inscrito junto aos grandes vultos da nação, figurando entre os retratos nas paredes dos museus, imortalizado como herói e patrono, doador e criador, estadista e benfeitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Novo foi responsável pelo grande apoio à cultura e ao patrimônio, voltados especificamente para a propaganda política e para a criação de um nacionalismo varguista. Mas o Estado Novo foi também um período de forte repressão política, evidenciado no medo e na incerteza do futuro. O poema de Carlos Drummond de Andrade, utilizado como epígrafe desta dissertação, foi escrito nesse contexto estadonovista de preocupações políticas e inquietações do povo brasileiro.

A segunda geração modernista, que compreendeu a Era Vargas (1930-1945), abraçou os problemas sociopolíticos do Brasil, a desigualdade, a censura, a Segunda Guerra Mundial, e o surgimento de uma bomba atômica com poder de destruição nunca antes visto. Também se focou nas precárias condições de trabalho, na modernização e industrialização que geraram cada vez mais a necessidade de migração do interior para as metrópoles. As lutas diárias dos trabalhadores e operários também culminou no aparecimento de questões existencialistas, que buscavam compreender o propósito da vida, como podemos ver pelo poema "E agora José?". Publicado em 1942 ele reflete algumas dessas preocupações em voga.

Está sem mulher,
 está sem discurso,
 está sem carinho,
 já não pode beber,
 já não pode fumar,
 cuspir já não pode,
 a noite esfriou,
 o dia não veio,
 o bonde não veio,
 o riso não veio,
 não veio a utopia
 e tudo acabou
 e tudo fugiu
 e tudo mofou,
 e agora, José? (ANDRADE, 1942).

A censura e a repressão são denunciadas nas estrofes do poema, sugerindo que o contexto histórico prometia uma utopia que não foi alcançada. Esse descontentamento, juntamente com o medo da guerra e a desigualdade foram motivadores de uma propaganda governamental ainda mais forte. E agora, Getúlio? O que fazer para manter o controle autoritário de um governo centralizador e repressivo?

As relações entre Getúlio Vargas e os museus foram marcadas pelo seu forte patrocínio pessoal. Sua presença nessas instituições não foi desprovida de interesses

personais, como observamos anteriormente, mas, ao contrário, representou a mobilização do patrimônio em prol das ideologias nacionalistas.

Os museus não podem ser encarados como simples repartições repletas de velharias, das quais ninguém mais quer, e sim como instituições que detém o poder do discurso que constrói e reconstrói identidades e memórias.

Assim, o governo Vargas utilizou o poder dos museus para instaurar na prática as estratégias de representação do que é brasileiro, do que é digno de ser memorado, do que simboliza a tradição do país. Dentre estes, imortalizou a si mesmo, através da materialidade de suas coleções, de suas doações, de suas visitas, e de seu apoio na aquisição de recursos financeiros e humanos.

É importante lembrar, ainda, que o estadista foi alvo desse processo de musealização ou eternização pelos museus enquanto ainda era vivo, algo que raramente ocorreu na história brasileira e que nos diz muito sobre o aumento do seu capital social e político durante o seu governo. Além disso, ele mesmo pôde fabricar a sua imagem, por meio dos atos que constituíram a sua relação com as instituições.

O culto da saudade ou o culto da pátria foi discurso constante na realização de seu governo, especialmente do Estado Novo. Contando com o DIP, o imperioso Departamento construiu o mito de Vargas baseado na modernização e na tradição, ambos imbricados constantemente para erguer um novo Brasil.

Os intelectuais atuaram diretamente na fabricação da imagem do chefe da nação, apoiados pelo DIP lançaram incontáveis livros sobre Getúlio Vargas e os seus maravilhosos feitos. Destacam-se: "Perfil do estudante Getúlio Vargas", de André Carrazzoni; "Getúlio Vargas: esboço de biografia", de Epitacio Pessôa de Albuquerque; "O novo Brasil", de Almir Silva; "Um destino a serviço do Brasil", de Barros Vidal; "Quem é Getúlio Vargas", de Pedro Luiz; "Getúlio Vargas", de Leal de Souza; "Perfil do presidente Getúlio Vargas", de Gilberto Amado; e "A música nacionalista no governo Vargas", de Villa Lôbos.

As publicações do DIP deram o tom apropriado à reputação de Vargas, apoiadas em grandes nomes e no cientificismo, conferiram solidez à propaganda política do estadista. Muitas delas citaram o abraço acolhedor que ele destinou aos museus. O seu esforço de musealização de si mesmo, resultou na configuração de coleções dentro de instituições de grande relevo. A partir disso, muitos outros monumentos e museus surgiram como reflexo de sua memória. Para citar alguns: o Memorial Municipal Getúlio Vargas, no bairro da Glória no Rio de Janeiro; o Museu Casa Getúlio Vargas, onde viveu em São Borja; a Fazenda Itu, onde viveu depois de ter sido deposto em 1945; e o Museu da República, que se tornou seu grande expoente.

A criação do Museu da República ocorreu pelo Decreto nº 47.883, de 8 de março de 1960, realizado pelo presidente Juscelino Kubitschek, por ocasião da mudança da capital para Brasília. Nele, o museu ficou inserido dentro da Divisão de História da República (DHR), um novo órgão pertencente ao Museu Histórico Nacional, que seria responsável pela sua gestão.

Muitos milhões foram desembolsados para a realização desse museu, tendo o governo pedido um crédito especial aprovado pelo Congresso, para as limpezas e restauração do edifício, bem como na organização das salas, na infraestrutura das exposições, na contratação de pessoal e compra de materiais.

A obra foi de grande valor à época, visando expor os objetos que guardariam o poder de representação dos períodos políticos da República brasileira. Para tanto, contou com a transferência de acervos de várias instituições, entre elas o próprio MHN. A Coleção Getúlio Vargas, por exemplo, foi uma das cedidas ao MR para compor seus novos quadros, como consta no relatório do museu, detalhando todos os itens da Sala Getúlio Vargas. Além disso, o quarto do presidente, remontado após a sua morte no Museu Histórico Nacional, em uma galeria intitulada Sala 24 de Agosto, retornou ao Catete, instalando-se no local original e tornando-se um símbolo da memória varguista.

Regina Abreu narra que o museu de Barroso, ao sofrer as transformações em sua museologia, refaz as galerias sob outras técnicas e ideologias, não mais denominadas com os nomes dos doadores, e sim obedecendo a cronologia da História do Brasil. Ao fazer isso, as coleções também são desfeitas, e os objetos individualmente catalogados e armazenados segundo as novas regras de tratamento, reunidos por tipo de material. A coleção de um doador, por exemplo, encontra-se atualmente dispersa pelas salas das reservas técnicas. Nas exposições, os objetos não fazem mais referência aos seus antigos possuidores, mas sim aos períodos históricos. Ela então indaga "E os imortais? O que aconteceu com eles?" ao que mesmo responde "O imortal foi desfabricado" (ABREU, 1994, p. 226).

É claro que aqui ela está se referindo especificamente à Coleção Miguel Calmon, mas, pensando no caso de Vargas, poderíamos acreditar que ele foi desfabricado?

O Museu Histórico Nacional não desfez a Coleção Getúlio Vargas, porque esta foi transferida ao Museu da República. O seu arquivo histórico encontra-se referenciado no site da instituição.

A Coleção Getúlio Vargas reúne textos, discursos, declarações, destacando-se: avaliações sobre o governo Vargas; correspondência sobre assuntos pessoais e políticos; documentos referentes à nomeações, promoções e concessões de títulos; e diplomas a terceiros. Há também

documentos pessoais pertencentes a Getúlio Vargas e sua família, tais como diplomas, títulos, homenagens, estampas, discos, recortes de jornais, cartões de visita e blocos de anotações; documentos produzidos após o falecimento de Getúlio Vargas, relativos às investigações sobre sua morte, seu aniversário e questões políticas. Há ainda fotografias e cartões postais com registros de Vargas, seus familiares, personalidades e manifestações políticas. Constam, também, álbuns fotográficos de diversas instituições, cidades e países, oferecidos a Getúlio Vargas (MUSEU DA REPÚBLICA, [200-]).

A sua biblioteca é hoje parte significativa do acervo do museu, sendo fonte de pesquisas que envolvem dedicatórias³¹, colecionismo³², política, sociologia, entre outros. A coleção museológica encontra-se dispersa na reserva técnica, devido às questões de preservação dos diferentes materiais, mas, diferentemente do MHN, as exposições do MR se destacam por dar visibilidade aos homens e mulheres por trás daqueles itens. Ainda que estejam expostos de maneira cronológica para guiar o visitante pela história do Brasil, um quadro de Getúlio Vargas será referido como um quadro de Getúlio Vargas, assim como uma caneta do presidente será destacada enquanto uma caneta do presidente.

O quarto de Vargas é parada obrigatória entre os turistas que visitam o Rio de Janeiro. Muitas vezes os visitantes ingressam no Palácio do Catete somente para subir as escadas que levam ao aposento, passando direto pelas exposições cuidadosamente organizadas antes. De fato, o Museu da República ficou conhecido como o "Museu de Vargas" entre o imaginário popular.

O pijama ensanguentado, que carrega a memória daquele dia trágico em que Vargas se suicidou, torna-se manchete nos veículos de comunicação toda vez que encontra-se em exposição. Por motivos de preservação, a indumentária é exposta somente três meses ao ano, transformando o Palácio do Catete em um verdadeiro ponto dos visitantes. Assim, os objetos do estadista são carregados de valor e significado, fetichizados enquanto a materialidade de um momento impalpável, etéreo e inalcançável. "Por intermédio deles, o colecionador pode continuar a viver depois que sua própria vida termina; e a coleção torna-se um baluarte contra a mortalidade" (BLOOM, 2003, p. 177).

Assim, talvez, a sua imortalidade não tenha sido desfabricada, mas migra de uma instituição à outra. Dito isso, é importante frisar que existe sim memória de Getúlio Vargas dentro do Museu Histórico Nacional e prova clara disso é a realização dessa pesquisa. Através dos documentos, da catalogação do acervo, dos registros de entrada, e das

³¹ A exemplo da exposição virtual de dedicatórias a Getúlio Vargas organizada pelo Museu da República, acessível no link: <http://museudarepublica.museus.gov.br/exposicoes/dedicatorias/paginas/index.htm>

³² O trabalho "Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República", de Vitor Serejo e Carlos Henrique Juvêncio, analisa a exposição de dedicatórias citada anteriormente do ponto de vista do colecionismo. O artigo está disponível em: <http://www.memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/138/96>.

bibliografias materiais foi possível recuperar a história da Coleção Getúlio Vargas e o íntimo relacionamento do estadista com a instituição. Através das telas dos computadores, por meio da virtualidade, a sua coleção ainda encontra-se preservada, sobrevivendo ao tempo e reiterando cada dia mais a imortalidade dessa figura política.

Por isso, o processo de documentação é essencial como meio de institucionalização e legitimação dos objetos, conferindo a eles um caráter especial de veracidade enquanto representantes de um universo simbólico.

No Museu Imperial podemos constatar o mesmo. A pedra, a taça; objetos de fetiche que engrandecem e transcendem o material. Na casa de Dom Pedro II, Vargas é um eterno convidado. Esses lugares, esses instrumentos demonstram a busca incansável do ser humano em traduzir o mundo, em deixar sinais que devem ser decodificados e em se manter perene ao tempo.

No Palácio Rio Negro, Vargas também deixou sua marca. Em 2017, após inúmeros pedidos dos visitantes, o museu decidiu abrir para exposição a banheira utilizada pelo presidente. Construída para ele, por ocasião de seu acidente, a banheira é feita de mármore, emoldurada por azulejos e ladrilhos, e despertava a curiosidade do público pelas histórias extraoficiais ambientadas ali. Alguns revelam que aquela banheira presenciou momentos escandalosos e picantes entre Vargas e as amantes, despertando a curiosidade do público.

A imaginação museal de Getúlio Vargas levou a frente o projeto de cristalização do seu governo e de sua imagem, definindo os contornos da memória social brasileira na qual ele estaria inserido no presente e no futuro. Ainda hoje a sua história persiste nas instituições culturais e educacionais, associando-o ao trabalhismo e à concessão de direitos, ainda que o seu regime tenha sido marcado pela censura e repressão.

Para sabermos se a sua imortalidade foi desfabricada, basta tirarmos a prova: analise os nomes das ruas e avenidas, das praças, dos monumentos, das cidades, dos museus, dos hospitais, das escolas, dos palácios, das datas comemorativas³³, e das fundações. Se isso não for o bastante, tente perguntar a um brasileiro: Quem foi Getúlio Dornelles Vargas?

³³ É curioso observar que o decreto nº 830 de 04 de novembro de 1938, que institui a data de 10 de novembro como feriado nacional, em função do estabelecimento do Estado Novo, nunca foi revogado.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

A SALA Getúlio Vargas no Museu Histórico. **Ilustração Brasileira**, ano 23, n. 124, p. 34, ago. 1945.

ABREU, Alzira Alves de. **Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ABREU, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, p. 199-233, ja./dez. 1994.

ABREU, Regina. Síndrome de museus?. **Encontros e Estudos**, v. 2, n.1, p. 51-68, 1996. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/artigos1/item/103-sindrome-de-museus>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Rodolfo Garcia**. Rio de Janeiro: ABL, 2016. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia>. Acesso em: jan. 2021.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: ABL, 2016. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/gustavo-barroso/biografia>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AGUIAR, Leila Bianchi. Reflexões sobre estados nacionais a criação de agências de preservação dos patrimônios culturais. **Conhecimento & Diversidade**, n. 13, p. 79-89, jan./jun. 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do Nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. E agora José? *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. A defesa de nosso patrimonio artistico e historico. **O Jornal**, 30 out. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=33787. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARANHA, Oswaldo. A palavra do Ministro das Relações Exteriores. **Cultura Política**, ano 1, n. 9, 10 nov. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163538&Pesq=%22Campo%20de%20ilimitada%20extens%C3%A3o%22&pagfis=2645>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Perfil Biográfico. *In*: VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas**: discursos (1903-1929). 2. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

BANQUETE oferecido à SS. MM. II por ocasião de sua chegada a Cidade da Leopoldina no dia 30 de abril de 1881. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1881. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon395077/icon395077.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BARATA, Mario. A importância e a técnica do museu contemporâneo. **Cultura Política**, n. 17, p. 406-409, 1942a.

BARATA, Mario. Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquênio 1937-42: A contribuição do D.A.S.P. para o progresso dos museus. **Cultura Política**, ano 2, n. 21, p. 327-354, 10 nov. 1942b. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163538&Pesq=%22A%20contribuiçã%20do%22&pagfis=7100>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARATA, Mario. Estudos em torno da história do império. **Cultura Política**, ano 3, n. 33, p. 147-155, out. 1943. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq=&pagfis=10091>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARATA, Cau. Mario Barata. **Memorial Mario Barata (1921-2007)**, 2007. Disponível em:
<http://mario-barata.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BEDIAGA, Begonha. O Arquivo Histórico do Museu Imperial e as pesquisas sobre o século XIX. **História, Ciências, Saúde**, v. 4, n. 2, jul./out. 1997. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n2/v4n2a10.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena et al. **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas: Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das idéias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., Salvador, 2009. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei no 2.096, de 29 de março de 1940: cria, na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. **Diário Oficial da União**, 30 mar. 1940.

CAPANEMA, Gustavo. A palavra do Ministro da Educação e Saúde: Getúlio Vargas no dez de novembro. **Cultura Política**, ano 1, n. 9, 10 nov. 1941. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163538&Pesq=%22Campo%20de%20ilimitada%20extens%C3%A3o%22&pagfis=2645>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAPANEMA, Gustavo. **Discurso pronunciado em homenagem a Getúlio Vargas, por ocasião da inauguração do Museu Imperial**. Petrópolis (RJ), 16 mar. 1943. Disponível em:
<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/gc/textual/discurso-pronunciado-em-homenagem-a-getulio-vargas-por-ocasio-da-inauguracao-do-museu-imperial-petropolisrj>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARRAZZONI, André. **Getúlio Vargas**. 2. ed., acrescida de várias notas e de um capítulo inédito Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.

CARVALHO, José. Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2017

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Brasília : Ministério da Cultura, 2009. (Coleção Museu, memória e cidadania).

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SC: Argos, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA 2ª REGIÃO. **Linha do Tempo**. Rio de Janeiro: COREM 2R, [201-]. Disponível em: <https://corem2r.org/linha-do-tempo/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CRESPI, Margarida Solari, Marquesa. **Carta ao presidente do Centro Cívico 5 de outubro**. Curitiba, 15 de outubro de 1930. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&Pesq=solari%20crespi&pagfis=31431>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CULTURA POLÍTICA, ano 4, n. 39, 19 abr. 1944. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/163538/per163538_1944_00039.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1, p. 211-230, 1940a.

DUMANS, Adolpho. Relação das valiosas doações do senhor presidente da república ao Museu Histórico Nacional: 1930-1940. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1, p. 227-230, 1940b.

DUMANS, Adolpho. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, p. 383-394, 1942.

DUTRA, Eurico Gaspar. A palavra do Ministro da Guerra. **Cultura Política**, ano 1, n. 9, 10 nov. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163538&Pesq=%22Campo%20de%20Olimitada%20extens%C3%A3o%22&pagfis=2643>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FERNANDES, Anibal. A defesa do patrimonio histórico e artistico em Pernambuco. **Cultura Política**, ano 1, n. 5, p. 320-322, jul. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq=&pagfis=1568>. Acesso em: 20 jan. 2021.

JORGE, Fernando. **Getúlio Vargas e o seu tempo**: um retrato com luz e sombra. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCISCO Venâncio Filho. **Associação Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ABE, c2021. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/114-francisco-venancio-filho>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FRISCHAUER, Paul. **Presidente Vargas**. São Paulo: Comp. ed. nacional, 1943.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Cultura Política**. Rio de Janeiro: CPDOC, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHMAN, G. (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Por uma semântica do patrimônio cultural. **RICI**, v. 9, n. 2, p. 441-459, jul./dez. 2016.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. 'Museus em revistas': as origens e disputas pelo Museu do Arquivo Nacional. **Museologia e Patrimônio**, v. 13, n. 2, 2020.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro. **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017. p. 41-89. (História do Brasil Nação: 1808-2010; v. 4).

GOMES, Angela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; VANNUCCHI, Marco Aurélio. **O que há de novo sobre o Estado Novo?: autoritarismos e democracia**. Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2019.

GUEDES, Angela Cardoso; FERNANDES, Lia Silvia Peres. Formando a Coleção. In: GUEDES, Angela Cardoso; FERNANDES, Lia Silvia Peres. **Do móvel ao automóvel: transitando pela história**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2009. (Catálogo de Exposição). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=12%20de%20setembro%20de%201944&pagfis=23283>. Acesso em: 22 dez. 2020.

HAACK, Rodolpho. **Estrada Rio-Petrópolis**. [1933]. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/5233>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial 0734-CF-A 06 - 11).

HALL. Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMAN de Castro Lima. **Wikipédia**, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Herman_de_Castro_Lima. Acesso em: 10 jan. 2021.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Perfil: Sócios falecidos brasileiros: Alcindo de Azevedo Sodré**. Rio de Janeiro: IHGB, 2015. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/adasodre.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JEAN Baptiste Binot. **Wikipédia**, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Baptiste_Binot. Acesso em: 10 jan. 2021.

JOSÉ Maria Whitaker. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

JÚLIO Frederico Koeler. **Wikipédia**, 2014. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Frederico_Koeler. Acesso em: 10 jan. 2021.

LACOMBE, Lourenço Luís; COTRIM, Alvaro. **Museu Imperial**. Petrópolis: Museu Imperial, 1987.

LIRA NETO. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIRA NETO. **Getúlio**: Do governo provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Cia das Letras, 2014.

LOURIVAL Fontes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

LUIS Carlos Prestes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias**: um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós—raduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspeção de Monumentos Nacionais. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>. Acesso em: 02 jan. 2021.

MARIO de Andrade. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. São Paulo: Unicamp, 2010.

MEDALHA comemorativa do I Centenário do Colégio Pedro II. 1937. 1 medalha. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/3920>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial RG 968).

MEDALHA comemorativa do I Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1938. 1 medalha. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/7125>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial RG 1.447).

MEDALHA de metal prateado comemorativa da Revolução de 1930. 1930. 1 medalha. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/7147>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial RG 1.461).

MENEGHITE, Luciano Baía. **Benedito Valadares e Getúlio Vargas em banquete oferecido no Ginásio Leopoldinense**. 1939. 1 foto. Disponível em: <https://leopoldinense.com.br/noticia/429/benedito-valadares-e-getulio-vargas-em-banquete-oferecido-no-gimnasio-leopoldinense>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 89-103, 1998.

MESQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade**. São Paulo: Global; Fundação Gilberto Freyre, 2018.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5, Salvador, 2009. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009.

MUSEU DA REPÚBLICA. Coleção Getúlio Vargas. In: MUSEU DA REPÚBLICA. **Guia de Coleções**. Rio de Janeiro: Museu da República, [200-]. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/#indice15>. Acesso em: 30 set. 2020

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **A história**. Rio de Janeiro: MHN, [201-]. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Doações do senhor Presidente Getúlio Vargas** (Proc. nº 01/44 - Anexo (1)). Rio de Janeiro, 1944. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&Pesq=solari%20crespi&pagfis=35694>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Novas preciosidades para o Museu Histórico Nacional** (Proc. No 5/51). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1951.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Guia do Visitante**. Rio de Janeiro: MHN, 1955.

MUSEU IMPERIAL. **Anuário do Museu Imperial**, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=628>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUSEU IMPERIAL. **Anuário do Museu Imperial**, 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=063142&pagfis=922>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUSEU IMPERIAL. **Anuário do Museu Imperial**, v. 13, 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=063142&pagfis=3410>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUSEU IMPERIAL. **Anuário do Museu Imperial**, v. 15, 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=063142&pagfis=4004>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUSEU IMPERIAL. **Histórico e personagens**. Petrópolis: Museu Imperial, [201-]. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

NASCIMENTO, Fátima Regina; SÁ, Ivan Coelho. Introdução à técnica de museus, uma visão crítica. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3, p. 487-496, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1376/1554>. Acesso em: 20 dez. 2020.

NÁSSARA, Antonio. Charge sobre Vargas e a Constituição de 1934. **Suplemento do Bom Humor**, 21 ago. 1934. Disponível em: <https://richardabreu.com.br/charge-de-getulio-suplemento-bom-humor-1934-nassara/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

O MINISTÉRIO da Educação e Saúde no quinquênio 1937-1942. **Cultura Política**, ano 2, n. 21, p. 21-38, 10 nov. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq=&pagfis=6744>. Acesso em: 20 jan. 2021.

O MUSEU Imperial. **Jornal do Brasil**, 30 mar. 1940.

O PRESIDENTE da Republica visitou o Museu Historico Nacional. **O Jornal**, 11 jun. 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=visitou%20o%20Museu%20Histórico%20Nacional;&pagfis=51395. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: FGV, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PALAVRAS do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, presidente da Seção Brasileira do Conselho Internacional de Museu e diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Museu Imperial. **Anuário do Museu Imperial**, v. 16, p. 269-272, 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=4558>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PEDRA. [s. d.]. 1 pedra. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/5564>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial RG 1.568).

PENALVA, Gastão. Porcelanas da Casa de Bragança. **Anuário do Museu Imperial**, p. 117-144, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=776>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PINGOS & Respingos. **Correio da Manhã**, 18 nov. 1932.

POMIAN, Krzstof. Coleção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Enciclopédia Einaudi; v. 1).

PORTAL HISTÓRIA DO CEARÁ. **Carlos Cavalcanti**. Ceará, c2015. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29541&catid=332&Itemid=101. Acesso em: 10 jan. 2021.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Crítica, 2016.

REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MUSEUS. **Museus Brasileiros por ano de abertura**. Brasília: IBRAM, 2019.

REZENDE, Maria Beatriz et al. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

RIBEIRO, Adalberto Mário. **Instituições brasileiras de cultura**. Rio de Janeiro: MES, 1945.

RODRIGO Melo Franco de Andrade. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; IBRAM, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. M. Apresentação: imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2017. p. 9-17

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCIENZA, Guilherme Paiva. **Revolução Federalista**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, [201-]. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5esTem%C3%A1ticas/Revolu%C3%A7%C3%A3oFederalista/tabid/6477/Default.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SETENTA anos... **Diário Carioca**, 27 dez. 1958. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=%22Sala%2024%20de%20agosto%22&pagfis=54762>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SODRÉ, Alcindo. Dom Pedro II em Petrópolis. **Anuário do Museu Imperial**, 1940. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1940-Vol-01.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SODRÉ, Alcindo. Noticiário. **Anuário do Museu Imperial**, p. 295-300, 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=626>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SODRÉ, Alcindo. Noticiário. **Anuário do Museu Imperial**, p. 259-265, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=917>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SODRÉ, Alcindo. **Museu Imperial**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

SODRÉ, Alcindo. Noticiário. **Anuário do Museu Imperial**, p. 269-279, 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063142&Pesq=vargas&pagfis=3400>. Acesso em: jan. 2021.

TAÇA. [18--]. 1 taça. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/4728>. Acesso em: 10 jan. 2021. (Museu Imperial RG 9.381).

VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

VARGAS, Getúlio. Fac-símile de carta ao expediente da revista Cultura Política. **Cultura Política**, ano 1, n. 9, 10 nov. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163538&Pesq=%22Campo%20de%20ilimitada%20extens%C3%A3o%22&pagfis=2640>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VARGAS, Getúlio. **Diário**: volume I e II. São Paulo: Siciliano FGV, 1995.

VARGAS, Luthero. **Getúlio Vargas**: a revolução inacabada. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

VARGAS, Viriato. Getúlio Vargas em São Borja: narrativa feita a Osório Nunes pelo coronel Viriato Vargas. **O Malho**, n. 39, p. 97-99, abr. 1943.

VIANA, Helio. A história do Brasil no quinquênio 1937-1942. **Cultura Política**, ano 2, n. 21, p. 355-362, 10 nov. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq=&pagfis=7102>. Acesso em: 10 jan. 2021.

WILLIAMS, Daryle. "Ad perpetuam rei memoriam": The Vargas Regime and Brazil's National Historical Patrimony, 1930-1945. **Luso-Brazilian Review**, v. 31, n. 2, p. 45-75, inverno 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3514101?seq=1>. Acesso em: 03 jan. 2021.

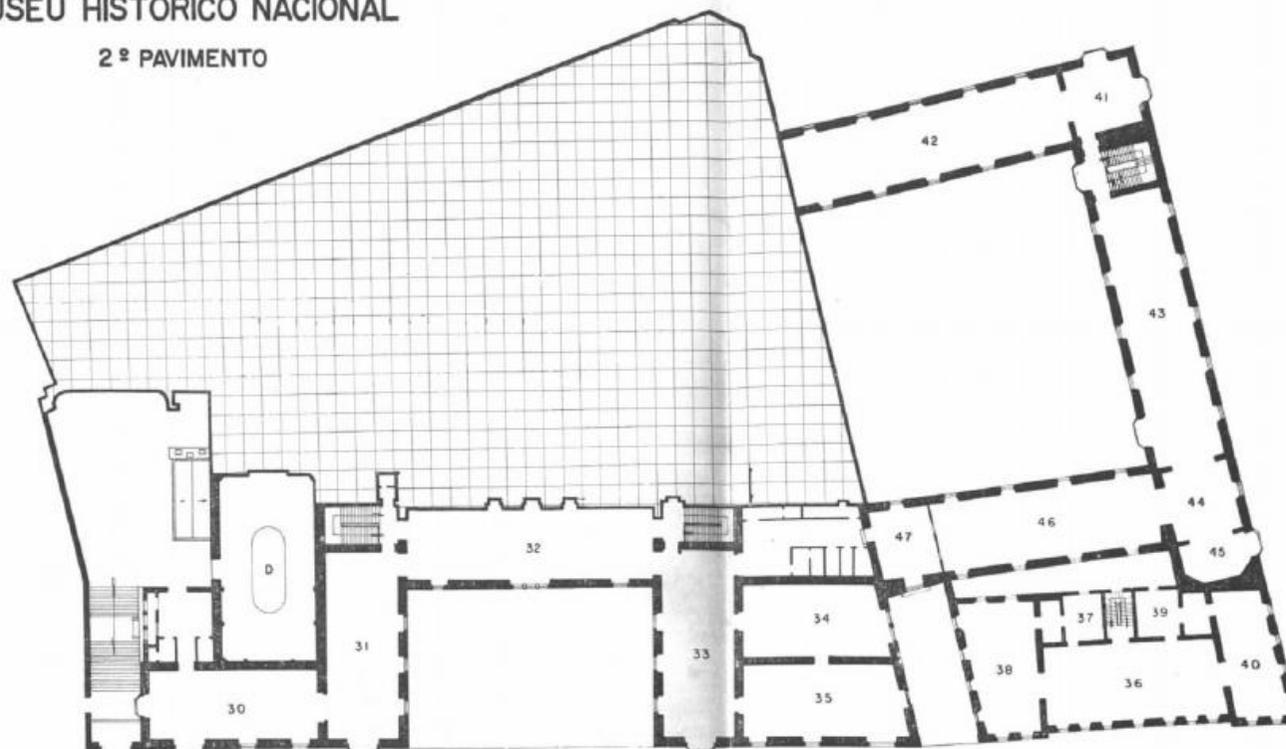
WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, p. 141-186, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa das galerias do Museu Histórico Nacional

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2.º PAVIMENTO



- | | | | |
|----|---------------------------|----|---|
| 30 | GABINETE DO DIRETOR | 42 | SALA DUQUE DE CAXIAS |
| 31 | SECRETARIA | 43 | SALA D. PEDRO II |
| 32 | SALA GETULIO VARGAS | 44 | SALA PRINCESA ISABEL |
| 33 | SALA DE CONFERÊNCIAS | 45 | SALA TERESA CRISTINA |
| 34 | BIBLIOTECA | 46 | SALA D. PEDRO I |
| 35 | ARQUIVO | 47 | GABINETE DA 1.ª SEÇÃO DE HISTÓRIA |
| 36 | SALA GUILHERME GUINLE | D | GABINETE DE RESTAURAÇÃO E FOTOGRAFIAS |
| 37 | SALA ARNALDO GUINLE | □ | ÁREA OCUPADA PELO MINISTERIO DA AGRICULTURA |
| 38 | SALA ZEFERINO DE OLIVEIRA | | |
| 39 | SALA OTÁVIO GUINLE | | |
| 40 | SALA SÓTTO MAIOR | | |
| 41 | SALA GENERAL OSÓRIO | | |

Fonte: Museu Histórico Nacional (1955)

ANEXO B – Cronologia da vida de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2017)

Cronologia

- 1882 Nascimento de Getúlio Vargas, na Fazenda Triunfo, nas proximidades de São Borja, no Rio Grande do Sul. Fundação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).
- 1889 Proclamação da República. O marechal Deodoro assume a Presidência, sendo logo substituído por Floriano Peixoto.
- 1890 Eleições para a Assembléia Constituinte.
- 1891 Promulgada a primeira Constituição da República.
- 1892 O líder positivista Júlio de Castilhos, chefe do PRR, é eleito presidente do Rio Grande do Sul.
- 1893 Irrompe no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, opondo federalistas e republicanos numa luta feroz.
- 1895 Fim da Revolução Federalista, com a vitória do PRR.
- 1898 Getúlio vai estudar em Ouro Preto, onde se encontravam seus irmãos Viriato e Protásio. Após o chamado crime de Ouro Preto, praticado por Viriato, Getúlio retorna ao Rio Grande do Sul, onde tenta a carreira militar.

- 1903 Morte de Júlio de Castilhos. Duas figuras passam a controlar o PRR: Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Getúlio abandona a carreira militar e ingressa na Faculdade de Direito.
- 1907 Formação do bloco castilhista, em apoio ao candidato oficial à presidência do Rio Grande. Getúlio se destaca entre seus membros que iriam constituir a chamada geração de 1907.
- 1909 Protegido por Borges de Medeiros, Getúlio é nomeado promotor público, e logo em seguida é eleito deputado estadual, obtendo sucessivos mandatos.
- 1911 Casamento civil de Getúlio com Darcy Lima Sarmanho.
- 1914 Início da Primeira Guerra Mundial.
- 1915 O senador Pinheiro Machado é assassinado no Rio de Janeiro.
- 1917 Inicia-se um período de grandes greves operárias nas maiores cidades brasileiras, a partir da greve geral de São Paulo, no mês de junho.
Navios brasileiros são torpedeados pelos alemães. O Brasil declara guerra à Alemanha e seus aliados.
- 1918 Fim da Primeira Guerra Mundial.
- 1922 Revolta tenentista do Forte de Copacabana, em 5 de julho. Fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).
Getúlio é eleito deputado federal.
- 1923 Borges de Medeiros tenta reeleger-se pela quinta vez presidente do Rio Grande. Revolução Federalista contra o continuísmo do PRR. Em dezembro, o Tratado de Pedras Altas — acordo entre republicanos e federalistas — põe fim à revolução.
Getúlio toma posse da cadeira de deputado federal.
- 1924 Levante tenentista em São Paulo, em 5 de julho. No Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos iniciam também um levante. O encontro dos

- revoltosos paulistas e gaúchos resulta na formação da Coluna Prestes.
- 1926 Fundado em São Paulo o Partido Democrático (PD).
- 1927 A Coluna Prestes se dispersa, e a maioria de seus integrantes se interna na Bolívia.
- 1929 Formação da Aliança Liberal, em oposição à candidatura de Júlio Prestes, indicado pelo presidente Washington Luís. Lançada pela Aliança a candidatura de Getúlio Vargas.
- Início da grande crise econômica mundial.
- 1930 Júlio Prestes é eleito presidente da República nas eleições de março.
- João Pessoa, candidato derrotado à Vice-Presidência na chapa da Aliança Liberal, é assassinado no Recife.
- Luís Carlos Prestes rompe com os tenentes e se declara comunista.
- Irrompe a revolução de 1930 no Rio Grande do Sul e no Nordeste, em 3 de outubro.
- A cúpula militar depõe Washington Luís. Getúlio assume a Presidência da República, em 3 de novembro.
- Criados os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública.
- 1931 O governo Vargas decide queimar estoques invendáveis de café. Expandem-se a produção de algodão e o setor industrial.
- Centralização do governo: o Código dos Interventores estabelece o controle dos estados pelo poder central.
- São tomadas medidas de modernização do ensino médio e superior.
- Suspensão do pagamento da dívida externa, reescalada até 1934. Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.
- Baixadas normas de proteção e nacionalização do trabalho, assim como de controle dos sindicatos.

- Estreita aproximação entre a Igreja e o Estado. Inauguração da estátua do Cristo Redentor.
- O movimento tenentista, organizado no Clube 3 de Outubro, apóia o governo. Nomeação de "tenentes" para várias interventorias.
- 1932 O PD rompe com Getúlio.
Promulgado o novo Código Eleitoral, que cria a justiça eleitoral.
Revolução paulista, iniciada em 9 de julho. Após uma luta de quase três meses, os revolucionários são derrotados pelo Exército.
Fundada a organização parafascista Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a chefia de Plínio Salgado.
- 1933 Getúlio e Darcy saem feridos de um acidente na rodovia de Petrópolis.
Em maio, eleições à Assembléia Constituinte.
Intensifica-se o comércio entre o Brasil e a Alemanha.
- 1934 Edição do Código de Minas e Energia.
Promulgada a Constituição de 1934, em 16 de julho.
Getúlio é eleito presidente da República por voto indireto, com mandato de quatro anos.
Getúlio e Darcy Vargas formalizam seu casamento na esfera religiosa.
Começa a ser transmitido pelo rádio um programa oficial do governo, que tomara a denominação de *Hora do Brasil*.
- 1935 Lançada publicamente a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob inspiração do PCB, na ilegalidade.
Aprovada a Lei de Segurança Nacional e dissolvida a ANL.
Insurreição comunista em novembro. Os revoltosos são derrotados, abrindo-se um período de dura repressão, em que a tortura é institucionalizada.
- 1936 Criado o Tribunal de Segurança Nacional, destinado a

- julgar, sumariamente, os envolvidos na insurreição comunista e pessoas de esquerda.
- Prisão de Luís Carlos Prestes e sua mulher, Olga Benário. Olga é deportada para a Alemanha, onde morreria, anos depois, na câmara de gás.
- Prisão de deputados e de um senador. Suspensas imunidades parlamentares.
- 1937 Lançadas as candidaturas de Armando de Salles Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado às eleições presidenciais de 1938.
- Circulares secretas do Itamarati restringem a entrada de judeus no Brasil.
- “Descoberta” do Plano Cohen, suposta tentativa de golpe comunista.
- Suspensão do pagamento da dívida externa.
- Golpe do Estado Novo, em 10 de novembro. Promulgação da Carta de 1937.
- Getúlio assume poderes ditatoriais. Os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro tornam-se os condestáveis do regime.
- 1938 Criado o Conselho Nacional do Petróleo.
- Um setor do movimento integralista, marginalizado por Getúlio, lança em maio um ataque ao Palácio Guanabara, sendo por fim liquidado. Integralistas são fuzilados nos jardins do palácio.
- O governo brasileiro assina acordo para o fornecimento de armas ao país pela fábrica alemã Krupp.
- Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
- 1939 Em setembro, início da Segunda Guerra Mundial.
- Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que estabelece a censura nos meios de comunicação.
- Organiza-se a Justiça do Trabalho.
- Ganha corpo a política populista de Getúlio. Primeiro comício de 1^a de maio, no estádio do Vasco da Gama.

- As principais regiões alemãs do Sul do país são ocupadas por forças do Exército, no âmbito de uma política de nacionalização.
- 1940 Discurso de Getúlio no couraçado *Minas Gerais* é interpretado como manifestação de apoio aos países do Eixo.
- Criada a Companhia Siderúrgica Nacional. Decidida a implantação de uma indústria de aço em Volta Redonda.
- A polícia invade o jornal *O Estado de São Paulo*, que sofre intervenção até o fim da ditadura.
- Getúlio enfatiza a necessidade de povoamento de “áreas vazias”, lançando a Marcha para Oeste.
- Criado o imposto sindical, como contribuição obrigatória devida por empregados e empregadores.
- 1942 Em janeiro, o Brasil rompe relações diplomáticas com os países do Eixo, após o torpedeamento de navios mercantes. Técnicos e alguns fuzileiros navais americanos chegam a bases aéreas do Nordeste.
- Acordos comerciais entre Brasil e Estados Unidos (Acordos de Washington).
- Novos torpedeamentos de navios mercantes brasileiros.
- Grandes manifestações populares de protesto. Em agosto, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália.
- Instituída a reforma do ensino, denominada de Reforma Capanema.
- 1943 Promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Getúlio fixa o salário mínimo, previsto desde a Constituição de 1934.
- Morre Getulinho, o filho mais novo de Getúlio e Darcy, vítima de poliomielite.
- O chamado “Manifesto dos Mineiros” defende a volta do país à democracia.

- Getúlio encontra-se com o presidente Roosevelt, em Natal.
Acordo para o pagamento da dívida externa.
- 1944 Os primeiros contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) são enviados à Itália.
Início da chamada Batalha da Borracha, com o envio de milhares de trabalhadores à Amazônia.
Criada a Coordenação da Mobilização Econômica, para organizar o esforço de guerra.
Agravamento do quadro inflacionário.
- 1945 Em entrevistas aos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, José Américo de Almeida lança a candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.
O governo perde o apoio da cúpula militar.
Getúlio baixa o chamado Ato Adicional, prevendo a realização de eleições para a Presidência da República e o Legislativo.
Repressão policial a manifestações estudantis em favor da democracia.
Lançada a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República.
Criada a União Democrática Nacional (UDN), como partido de oposição.
Fim da Segunda Guerra Mundial. Multidões recebem os pracinhas de volta da Itália.
Criado o Partido Social Democrático (PSD), como um dos braços do getulismo.
Outro braço do getulismo cria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
Surge, no Rio de Janeiro, o movimento queremista, defendendo a permanência de Getúlio no poder e a possibilidade de ele se candidatar às futuras eleições presidenciais.
Aproximação entre trabalhistas e comunistas.
Formalizadas as relações entre o Brasil e a União Soviética.

Concedida anistia aos presos políticos. O PCB se torna partido legal.

Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional — a chamada Lei Malaia —, com o objetivo de impedir a formação de trustes e a ação de açambarcadores.

Getúlio marca eleições gerais para 2 de dezembro.

Getúlio nomeia seu controvertido irmão Bejo para a chefia de polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto, despertando forte oposição.

O Exército depõe Getúlio da Presidência da República, em 29 de outubro. Toma posse na Presidência, interinamente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares.

Com o apoio de última hora do presidente deposto, o general Dutra é eleito presidente da República.

Estrondosa votação de Getúlio para os cargos de deputado e senador, por vários estados. Getúlio decide-se pelo Senado, mas fica alheio às discussões na Assembléia Constituinte para a promulgação de uma nova Constituição.

1946 Promulgada a Constituição da República, em 18 de setembro.

Passando a maior parte de seu tempo em São Borja, Getúlio começa a opor-se ao governo Dutra.

1947 Início da Guerra Fria. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancela o registro do PCB. O Brasil rompe relações com a União Soviética.

Inaugurada a usina de Volta Redonda.

1948 Cassação dos mandatos dos deputados comunistas.

1949 Lançamento das candidaturas às eleições presidenciais de 1950: Getúlio pelo PTB; Eduardo Gomes pela UDN; Cristiano Machado pelo PSD.

1950 Em 3 de outubro, Getúlio elege-se pela primeira vez presidente da República pelo voto direto, tendo como

- vice-presidente Café Filho, indicado pelo Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros.
- 1951 Getúlio toma posse na Presidência da República.
Aumento do nível do salário mínimo.
Lançado plano econômico formulado pelo ministro Horácio Lafer.
Getúlio envia ao Congresso o projeto de criação da Petrobras. Surge o movimento popular pelo monopólio da exploração do petróleo, sob o lema "O petróleo é nosso".
- 1952 Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), mais tarde intitulado BNDES.
Assinado o acordo militar Brasil-Estados Unidos, sujeito a ratificação pelo Congresso.
A chapa Cruzada Democrática, chamada de entreguista, vence a corrente nacionalista nas eleições do Clube Militar.
- 1953 Grandes greves de trabalhadores em São Paulo (Greve dos 300 mil).
Sancionada a Lei de Segurança Nacional, visando a combater o comunismo e manifestações subversivas.
Jânio Quadros é eleito para a prefeitura de São Paulo.
Getúlio nomeia João Goulart (Jango) para o Ministério do Trabalho.
Aprovada pelo Congresso a criação da Petrobras, com feição mais nacionalista que a do projeto inicial.
Introduzido o chamado confisco cambial, que favorece a indústria em detrimento do setor exportador.
Intensa campanha contra o governo Getúlio, acusado de corrupção e de encaminhar-se para a instituição de um regime semelhante ao de Perón, na Argentina.
- 1954 A proposta de Jango de elevação de 100% do salário mínimo tem como resposta o Manifesto dos Coronéis, de-

nunciando o comunismo e as distorções salariais. Jango é demitido do Ministério do Trabalho.

Getúlio decreta a elevação de 100% do salário mínimo, em 1º de maio.

Crime da rua Tonelero, no Rio de Janeiro, tramado pela guarda pessoal de Getúlio. O alvo do atentado — Carlos Lacerda — sai apenas ferido, mas é morto o major Rubens Florentino Vaz, da Aeronáutica.

Pressão de setores militares e da oposição pela renúncia de Getúlio. Manifesto dos generais insiste nesse caminho.

Getúlio suicida-se com um tiro no peito, no Palácio do Catete.

ANEXO C – Doações do Senhor Presidente Getúlio Vargas

20
MHN/25 717/8
PROC. N. 1/49
DOC. N. _____

M. E. S. — MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

DOAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS

19 de Novembro de 1930.

✓ 1 - Uma bandeira oferecida às forças nacionais que combateram no Paraná, pela Senhora Márqueza Margarida Solari Crespi. 47/30

7 de Janeiro de 1931.

✓ 2 - Medalha de ouro comemorativa do Centenário da instalação das minas do Morro Velho, no Estado de Minas Gérias, oferecida a Sua Excelencia pela empresa "St. John del Rey Mining Co., Limited, de Morro Velho".

20 de Janeiro de 1931.

✓ 3 - Uma placa em alto relêvo, de gesso bronzeado, comemorativa do movimento que agitou ultimamente o Brasil. Esse trabalho, executado na Escola Delfim Moreira, de Pouso Alegre, pelo professor Agostinho Odísio, foi oferecido a S. Ex. o Sr. Dr. Getúlio Vargas por D. Octavio Chagas de Miranda, Bispo de Pouso Alegre. *com a epigrafe de João Pimenta* 6/31

22 de Janeiro de 1931.

✓ 4 - Medalha de ouro comemorativa da inauguração, em 30 de dezembro de 1930, da Ponte Maua, na fronteira Brasil-Uruguay, medalha esta oferecida a Sua Excelencia pelo Governo daquele país amigo.

1 de Junho de 1931.

✓ 5 - Uma coleção, comporta de nove moedas da série comemorativa da Cidade do Vaticano, oferecida a Sua Excelencia o Senhor Doutor Getúlio Vargas por Sua Santidade, o Papa, por intermedio do nosso Embaixador em Roma, Dr. Carlos Magalhaes de Azeredo.

2 de Setembro de 1931.

✓ 6 - Uma coleção de moedas comemorativas do Centenário da R.O. do Uruguai e oferecidas a S. Ex. pelo Sr. Ministro daquele país amigo. *com a epigrafe de João Pimenta*

15 de Outubro de 1934.

✓ 7 - Uma coleção de moedas vicentinas, cunhadas no Rio de Janeiro, *as moedas são de 20 e 40 centavos e foram cunhadas por intermedio do Sr. Adolfo Buisson.*

6 de Junho de 1935.

✓ 8 - Autógrafo do Marechal Deodoro da Fonseca oferecido a Sua Excelencia pelo Senhor Roldão Monteiro Gomes. *(carta) (cunhado ao Sr. Antonio de Jesus)*

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MHA/CE - 7-1-48

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º

17 de Junho de 1935

- Carta p. 2 3752*
- 9 - Uma mensagem do povo de S. José (Uruguai). 70/35
- 10 - Album da população de Cerro Largo (Uruguai). 71/35
- 11 - Album com autógrafos. 83/35? * ver. no verso. → 1/44-118
- 12 - Escudo argentino, em madeira. 73/35
- 13 - Medalha oferecida pelo Boca Juniors F. C.
- 14 - Album "EL TONY". 74/35
- 15 - ^{ALBUM} Volume com decreto referente à visita presidencial, com autógrafa do Presidente G. Terra. 75/35
- 16 - Album com vistas de Treinta y Tres (Uruguay). 76/35
- 17 - Decreto dando a denominação de "Presidente Getulio Vargas" a uma estação ferro-viaria.
- 18 - Carnet de corridas, do Jockey Club de Montevideo. 78/35
- 19 - Album com assinaturas de estudantes uruguaios. 79/35
- 20 - Quadro de metal "Fuerte Sta. Teresa". 80/35
- 21 - Album com vistas de Maldonado (Uruguai).
- 22 - Placa de prata e ouro (Colonia sirio-libanesa). 81/35
- 23 - Vários jornais uruguaios.

Nota - Os objetos de 9 a 23, foram oferecidos a Sua Excelência durante a sua visita às Republicas da Argentina e do Uruguai.

22 de Junho de 1935

- 24 - Album oferecido a Sua Excelência por professores argentinos. *
- 25 - ~~Busto de gesso~~ Busto, em gesso, de San Martin. 82/35

28 de Junho de 1935

- 26 - Cópia autenticada, do decreto nº 61 145, baixado pelo Governo da Republica Argentina estabelecendo que fossem feriados naquela Republica os dias da chegada e da partida de Sua Excelencia por ocasião da visita presidencial.

7 de Agosto de 1935

- 27 - Versão italiana do Hino Nacional, recebida por Sua Excelência durante a visita presidencial as republicas do Prata. *97/35*

21 de Junho de 1936

- 28 - Documentos oferecidos a Sua Excelência pela família Capitão João Nepomuceno da Silva. *17/36 carta protesto providenciado nos fatos ulteriores*

18/36 Carta de convite de visita de 1936

* 89.55 — 1. Álbum em pergaminho e/ou
folha de veludo em aguarela, assinado
pelo estudantes das Escolas Normais
e dos liceus de Buenos Aires, datado
do 1860 q. V.

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MMH/36 - 74/ 58

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º

6 de Agosto de 1936

- 29 - Album oferecido a Sua Excelência pela Senhora Maria A. Netto de Mendilcharsu, descendente do General Antonio de Souza Netto.

7 de Outubro de 1938

- 30 - Reprodução fotográfica do manuscrito musical do Hino Nacional, de autoria de Francisco Manuel da Silva. 50/38
- 31 - Retrato do Mestre Francisco Manuel da Silva. 51/38

Nota - Objetos oferecidos a Sua Excelência por alunos da Escola 5.8 "Francisco Manoel", do Distrito Federal, por ocasião do 2º aniversário da Lei nº 259, de 1º de outubro de 1936.

9 de Janeiro de 1940

- 32 - Uma caixa de cedro-rana (aguano, tendo na tampa o mapa do território do Acre, desenho dos índios "Tucuripas", do Rio Purus. Roberval Cardoso desenhou em original e Horacio Matos embutiu a canivete. 74/40
- 33 - Medalha de bronze dourada com a inscrição: "Caixa Econômica Federal S. Paulo.
- 34 - Medalha de cobre dourado, com a inscrição: "Federação Brasileira de Basket-ball" Rio de Janeiro (Escudo em esmalte).
- 35 - Medalha de alumínio, tendo gravada a letra do Hino Nacional.
- 36 - Medalha de prata, com a efígie do Marechal Floriano Peixoto na face e no verso, gravado: "Ao Marechal de Ferro-Gloria".
- 37 - Medalha de prata, do Automovel Club do Rio de Janeiro, 15/24 de Novembro, de 1936, VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem".
- 38 - Medalha de ouro, com a efígie do Barão do Rio Branco na face e no verso, gravado: G.V. monograma trabalhado em esmalte.
- 39 - Medalha de ouro comemorativa da jornada médica Sul-Americana, Julio de 1937.
- 40 - Medalha de ouro "Ter viaje de instruccion, 66a. promocion-1 939. La Argentina A.R.A.
- 41 - Medalha de prata dourada, "Semana de confraternização das forças armadas, com as efígies do Almirante Tamandare e do Duque de Caxias na face e no verso as armas da Republica, trabalhadas em esmalte.
- 42 - Medalha de ouro, na face "São Paulo, 1935, e no verso Moreno".
- 43 - Medalha de bronze dourado, Republica Oriental do Uruguai, no verso "La Mision Militar Uruguay em su visita a los Estados Unidos del Brasil, muy agradecida, 1939".
- 44 - Medalha de bronze Ia. conferencia Sudamericana de Corredores de Seguros - Buenos Aires, 23/28 de Novembro de 1936.
- 45 - Medalha de prata, com a efígie de Camisão e Antonio João na face, e no verso "Inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados - Rio de Janeiro".

MHN/CG - 74/28 4 ✓

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 46 - Medalha de bronze prateada, com a efígie do General Waldomiro Lima na face e no verso a inscrição: "Aos soldados do General Waldomiro Lima preparadores dum Brasil para todos, a homenagem do pensamento renovador - 1 932". ✓
- 47 - Medalha de bronze, dourado, com efígie de Eugenio Maria de Hostos na face e a inscrição: "Primeiro Centenario del natalicio de Eugenio Maria de Hostos - 1 839-1 939, e no verso "Civilisacion e murte". ✓
- 48 - Medalha de bronze, com a inscrição, na face: "Por um Brasil maior e melhor, e no verso, 16 de Maio, 1 906, 3 de Novembro de 1 939 - A Gazeta". ✓
- 49 - Medalha de bronze, com a inscrição: "Salud Familia-Hogar propio-Justicia Social-Paz, e no verso, "Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular; 2 al 7 de Octubre de 1 939. Buenos-Airés (2 exemplares). ✓
- 50 - Medalha de prata, com a efígie do Presidente Campos Salles na face, e no verso o retrato do General Julio Rocca. ✓
- 51 - Medalha de bronze, com a efígie de Pio XI e a inscrição: "Anno Sancto - 1 933, e no verso "Christe Redemptor Brasiliam Protege".
- 52 - Medalha de bronze, com a efígie do General Bento Gonçalves - 1 835 - 1 935, e no verso "Liberdade-Igualdade-Humanidade. 20 da Setembro de 1 835". ✓
- 53 - Medalha de prata, "Al General Belgrano - 1 935 - Homenagem del Instituto San-Martiniano, na face, e no verso "Entrevista de San Martin Y Belgrano en Yatasto - 1 814". ✓
- 54 - Medalha em bronze, "A Marcha para o Oeste - partirá de Cananéa, na face e no verso - IV Centenario de Iguape - 1 538-1 938.
- 55 - Medalha de bronze, com a efígie do Visconde do Rio Branco e a inscrição: "Homenagem ao fundador e 1º diretor, Visconde do Rio Branco 50 aniversario-1 874-1 924. Escola Politecnica. Rio de Janeiro. ✓
- 56 - Medalha de bronze, dourado, com a efígie do Presidente Getulio Vargas na face e no verso a inscrição: "Parada da mocidade e da raça-Colegio Universitario-1 939. ✓
- 57 - Medalha de prata, com a efígie do Presidente Campos Salles na face e no verso "Visita del Exmº Sr. Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil-Buenos Aires, Octubre-1 900.
- 58 - Medalha de prata, comemorativa do 1º Centenario do Instituto Historico e Geografico Brasileiro - 1 838/1 939 (2 exemplares, sendo 1 em bronze). ✓
- 59 - Um estojo contendo 6 distintivos usados na 7a. Exposição Nacional de animais e produtos derivados de Belo Horizonte - 1 938.
- 60 - Medalha de prata, comemorativa do 3º Centenario da fundação da Ubatuba - 1 637-1937. S. Paulo. ✓
- 61 - Um estojo contendo 2 moedas de prata de 1 peso e 50 Cent. da Republica Oriental do Uruguay-1 917. ✓
- 62 - Moeda de 400rs., portuguesa, de ouro, cunhada em 1 726. ✓

MHM/CS - 74/ 78

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º 6

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 63 - Distintivo, em esmalte, da Ia. reunião Sul Americana de Botânica. Rio de Janeiro, 1 938. ✓
- 64 - Escudo de prata dourada e esmalte do Instituto San-Martiano-1 933. ✓
- 65 - Placa de prata, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Sindicato dos Proprietarios de Lavoura de Legumes e Similares, de S. Paulo - 1 938. ✓
- 66 - Placa de prata, com as armas da Republica em ouro, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelas crianças do Estado do Amazonas. ✓
- 67 - Pá de prata com cabo de madreperola, com a inscrição: "Itanhanga Golf Club Pedra fundamental. ✓ 79/40
- 68 - Caneta de ouro em estojo de veludo, tendo a inscrição: Gratidão dos oficiais do 2º Batalhao de Infantaria ao Gal. M. D. Fonseca. Recife - 27 de Junho de 1 877". ✓
- 69 - Caixa contendo uma pá, tendo gravado: "15 de Novembro de 1 939 - Palacio Itamarati. ✓ 79/40
- 70 - Caixa de cedro trabalhado contendo o modelo, em quartzo, do diamante Getulio Vargas, o maior do Brasil e o quarto do mundo - Casa da Moeda - 10/11/1 939. ✓ 75/40
- 71 - Diploma, em pergaminho, de Sócio Benemérito, conferido pelo Centro Oureopretano de Belo Horizonte. ✓ 76/40

17 de Janeiro de 1 940 ✓

- 71A - Duas cartas: de SILVA JARDIM e do ALMIRANTE CUSTODIO DE MELO. ✓

71B - 16 de fevereiro
 álbum de fotografias, recibos de jornais e telegramas - 4 dias
 de duração de 1940
 72 - Emblema do Automovel Club Argentino. ✓ 81/40

- 74 - Medalha comemorativa da inauguração do Estádio Municipal de S. Paulo ✓
- 75 - Pá de prata que lhe foi oferecida pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da "Vila Bancaria". ✓ 83/40

12 de Junho de 1 940 ✓

- 76 - Flâmula do Corpo de Fuzileiros Navais, oferecida a Sua Excelência por ocasião das comemorações de 11 de Junho. ✓ 83/40

2 de Julho de 1 940

- 77 - Duas medalhas de bronze comemorativas do Centenário do Arquivo Nacional. ✓
- 78 - Medalha de bronze comemorativa do "Golden Gate International Exposition". ✓
- 79 - Medalha de prata comemorativa do 1º Centenario da Escola de Far-

* 20 de Maio de 1940

72 - Título de nomeação do brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães
para presidente da Província de São Paulo. V 80.40

Nota: estava debaixo da "máscara" no original.

CPA/Arq.
09.84

MMH/CE - 74/78

6

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

PROC. N.º 1/40

DOC. N.º 7

mácia de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais. ✓

- 80 - Diploma da Federação dos Marítimos, expedido em 29 de Junho de 1940, conferindo ao Senhor Presidente da República o título de patrono da Marinha Mercante Brasileira. ✓ 99/40

10 de Setembro de 1940 ✓

- 81 - Cartas^(u) do Dr. Manoel Joaquim de Lemos, nomeado presidente da Província de Sergipe dias antes da proclamação da República. ✓ 120/40

23 de Setembro de 1940

- 82 - Mensagem do General José Estigarribia, enviada a Sua Excelência por intermédio da Delegação Universitária do Paraguai que visitou o Brasil. ✓ 121/40

2 de Outubro de 1940

- 83 - Condecoração - O Tapir de Prata - oferecida pela União dos Escoteiros do Brasil. ✓

- 84 - Medalha oferecida pelo Instituto dos Advogados de Goiás. ✓

- 85 - Medalha comemorativa da 2ª. Olimpíada Universitária Brasileira. ✓

- 86 - Medalha comemorativa do 2º Congresso Nacional de Hidro-climatismo. ✓

- 87 - Medalha comemorativa da 1ª. Conferência Nacional de Defesa Contra a Sífilis. ✓

- 88 - Um quadro com moedas nacionais. ✓

22 de Novembro de 1940

- 89 - Placa de prata oferecida pelos escoteiros riograndenses. ✓ 127/40

- 90 - Medalha de metal dourado comemorativa do bi-centenário de Porto Alegre, com a efígie do Conde de Porto Alegre. ✓

- 91 - Medalha de metal dourado comemorativa do campeonato sul americano de esgrima. ✓ 129/40

- 92 - Botão emblemático com o mapa do Rio Grande do Sul, em esmalte. ✓ 130/40

- 93 - Placa de prata tendo a inscrição: "Lembrança do G.E. Setembrina - Viçosa". ✓ 131/40

- 94 - Perfil do Presidente Getúlio Vargas recortado em madreperla e encerrado numa concha. Oferecido em Manaus por João Teixeira de Moraes na visita que S. Excia. fez ao E. do Amazonas. ✓ 132/40

- 95 - Quadro mostrando as duas faces de uma medalha em bronze gravada por Francisco Gomes Marinho, em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas e exposta no XLIV Salão de Belas Artes. ✓ 133/40

96 -

23 de Novembro de 1940

- 96 - Diplomas de títulos honoríficos conferidos a Sua Excelência pe- ✓

MMH/CS - 74/ 28 7

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º 8

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

lo Instituto Histórico e Geográfico Sul Riograndense e pela
 União Operária Amazonense. ✓ 134 e 135/40 X

2 de Janeiro de 1941 ✓ *Albino P. ...* X

- 97 - Pedra tendo pintados o retrato do Senhor Presidente da República e a música do Hino Nacional, oferecida a Sua Excelência pela Prefeitura de Santarem (Para). ✓ 1/41
- 98 - Medalha de prata mandada cunhar pela Academia Brasileira de Letras. ✓
- 99 - Placa de bronze dourado, comemorativa do cincoentenário da fundação do Asilo S. Luiz (Rio de Janeiro). ✓ *nr 321*
- 100 - Medalha em bronze patinado, comemorativa da inauguração da Avenida Tijuca, oferecida ao Senhor Presidente da República pela Sociedade Brasileira de Urbanismo S.A. ✓
- 101 - Diploma em pergaminho conferindo ao Senhor Presidente da República o título de professor honorário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. ✓ 2/41
- 102 - Mensagem do Aéreo Clube do Brasil enviada ao Senhor Presidente da República por ocasião da passagem do 1º decênio do seu Governo. ✓ 3/41
- 103 - Flâmula oferecida ao Senhor Presidente da República pela Associação de Escoteiros Jose Fonseca, de Valença, Estado do Rio. ✓ 4/41

16 de Janeiro de 1941 ✓

- 104 - Miniatura do monumento comemorativo da Feira Mundial de Nova York oferecida ao Senhor Presidente da República pelo Comissariado Geral. ✓ 12/41
- 105 - Título de Sócio Honorário conferido ao Senhor Presidente da República pelo Centro Acadêmico "Sarmiento Leite de Medicina, Farmácia e Odontologia de Porto Alegre". ✓ 13/41
- 106 - Diploma de Professor Honoris Causa conferido ao Senhor Presidente da República pela Universidade de Porto Alegre. ✓ 14/41
- 107 - Mensagem dirigida ao Senhor Presidente da República por escritores, poetas, professores, magistrados, artistas, homens de imprensa, representantes das profissões liberais. ✓ 15/41

12 de Março de 1941 ✓ X

- 108 - Album contendo gravada em duas lâminas de prata, a carta de pazes do Comércio Brasileiro à Viuva do Marechal Floriano Peixoto, por ocasião da morte do grande brasileiro. Esta oferta veio acompanhada da seguinte carta: Recife, 19 de Outubro, 1940. Exmo. Sr. Presidente Dr. Getulio Vargas. Como brasileira, eu consideraria uma grande honra e um raro prazer a oportunidade de entregar, pessoalmente, a Vossa Excia. a preciosa reliquia que vos envio por intermedio do Ilustre Sr. Ministro João Alberto. Essa reliquia, ligada a memoria do grande brasileiro que foi o Marechal Floriano Peixoto, constitue uma tocante homenagem prestada à Mulher Brasileira representada na esposa daquele illustra patricio. O Sr. Ministro João Alberto sa-

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MMH/CS - 74/ 48

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º 9

22 de Julho de 1941

114A.
134

Mensagem dos representantes dos Vice-Reis de Portugal no Brasil, com a seguinte carta da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Portugal.

Lisboa, em 22 de Julho de 1941,

n. 125.

Mensagem dos representantes
dos Vice-Reis de Portugal
no Brasil.

Senhor Ministro,

" Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que os Senhores Marquês do Lavradio, Conde de Obidos e Conde das Galveias me visitaram, a 19 do corrente, afim de fazer entrega da inclusa mensagem endereçada a Sua Excelencia o Senhor Doutor Getulio Vargas, Presidente da Republica do Brasil, a propósito da participação do do Brasil nas comemorações do duplo centenario, em 1940. Este documento, contido em artistico e luxuoso pergaminho, no qual estão pintadas as armas dos quinze Vice-Reis de Portugal no Brasil, traz as assinaturas autógrafas dos seus atuais representantes: Marquêses do Lavradio, Sabugosa, Loulé e Valença, e Condes de Obidos, Peniche, Galveias, Arcos, Castelo-Melhor e Ribeira Grande.

Rogo a Vossa Excelencia o favor de fazer encaminhar esse documento a Sua Excelencia o Senhor Presidente da Republica.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelencia os protestos da minha respeitosa consideração.

Assig. Araujo Jorge

A Sua Excelencia o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ficou - Ver o nº 134, que

MHK/CS - 74/78

8

PROC. N.º 1/44

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

DOC. N.º 10

be como vim a possuil-a. Sabe tambem o alto apreço em que a te nho. Ser-vos-a facil compreender, Senhor Presidente Vargas, porque, como brasileira, resolvi confial-a a custodia de Va. Excia. Nao me foi possivel dizer-vos de viva voz o quanto de sejo que vos seja pado concluir a gigantesca missao a que vos dedicastes e que tao benefica tem sido para a nossa Patria. Podeis estar seguro, porem, Senhor Presidente, de que esse meu desejo e o de todos os bons brasileiros. Queira aceitar, Exmo. Sr. Presidente Vargas, os respeitosos cumprimentos da pa tricia (a) Irma Gama de Lucas.

19 de Abril de 1941

- 109 ✓ Caixa de madeira, contendo um album de couro com fotografias de Belem, que foi oferecida a Sua Excelencia, pelo prefeito da- quella capital, Dr. Abelardo Conduru, por intermedio do Senhor Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem. ✓ 21/44

7 de Maio de 1941

- 110 ✓ Carteira que se encontrava no bolso do Marechal Deodoro da Fon seca, na ocasio em que proclamou a Republica, acompanhada da carta pela qual a Viuva Marechal Hermes da Fonseca oferece es- sa reliquia historica a Sua Excelencia. ✓ 27/41 X
- 111 ✓ Mensagem dos acadêmicos paraenses, cuja capa contem gravações em prata enouro-cravejado de turmalinas. ✓ 28/41
- 112 ✓ Pa de prata que serviu para o lançamento da pedra fundamental do Hospital do Funcionario Publico. ✓ 29/41 (4/41)
- 113 ✓ Placa alusiva ao desenvolvimento do Intercâmbio Cultural entre o Uruguay e o Brasil em 1936. ✓ 30/41 (4/41)

1 de Julho de 1941

- 114 - Medalha de prata Comemorativa do IV Congresso Sul Americano de Estradas de Ferro, reunido em Bogota, em Fevereiro de 1941. X

13 de Agosto de 1941

- 115 ✓ Cópia do Decreto n. 7 959, de 28.7.41, baixado pelo Governo da Republica do Paraguai, sobre a recente visita de Sua Excelencia aquele pais. ✓ (ajuda o d. s. v. trojeas. de funra daquele Pais) 58/41

1 de Setembro de 1941

- 116 ✓ Mensagem da Juventude das Escolas Secundárias do Brasil. ✓ pr X
reuniao do aniversario de 1. Ex.ª em 1941 - 57/41

10 de Outubro de 1941

- 117 ✓ Flâmula e um titulo de Comodoro de Honra do Clube dos Caiçaras. ✓ 69/41 30/41
- 118 ✓ Medalha de prata comemorativa da eletrificação da E. de Ferro Sorocabana. ✓
- 119 ✓ Medalha de prata comemorativa da primeira construção de contra- torpedeiros no Brasil. ✓ X

MHN/CS - 74/78 9

PROC. N.º 1/40

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

DOC. N.º 11

- 120 ✓ Medalha de ouro da Union Social Americana de Buenos Aires. ✓
- 121 ✓ Medalha de prata da E. de Ferro S. Paulo-Rio Grande. ✓
- 122 ✓ Medalha de bronze comemorativa da Quarta Exposição Nacional -
- 1875 - com a carta da Senhora Beatriz Froes Gerth, oferecendo-a ao Senhor Presidente da Republica. ✓

17 de Outubro de 1941 ✓

- 123 ✓ Dois exemplares, nº 1, em prata e em bronze, da medalha comemorativa do 1.º Centenario do Colégio Pedro II, obra de Girardet, cunhada na Casa da Moeda e oferecidos a Sua Excelencia pela Comissão Executiva dos Festejos Comemorativos. *com estopa de mar*
uma em título P. Potez 74/41 (Proc. 1/41)

8 de novembro de 1941 ✓

Objetos oferecidos ao Senhor Presidente da Republica em sua visita ao Paraguai:

- 124 ✓ Chave Simbólica em ouro da cidade de Concepcion oferecida pelo Prefeito. *dessa cidade 72/41*
- 125 ✓ Medalha em ouro e esmalte oferecida pela Escola Brasil, de Assunção. ✓ *73/41*
- 126 ✓ Medalha em ouro e esmalte oferecida pela Municipalidade de Assunção. ✓ *74/41*
- 127 ✓ Placa em ouro e esmalte tendo gravado o decreto que declarou o Senhor Presidente Getulio Vargas Hospede de Honra da Republica do Paraguai, oferecida a Sua Excelencia pelo Presidente Higinio Morinigo. ✓ *75/41*
- 128 ✓ Fragmento do avião Potez 12, em que perdeu a vida o Presidente do Paraguai Marechal Estigarribia, oferecido pelo seu Secretario, Adolfo Casco Miranda. ✓ *76/41*
- 129 - Retrato do Marechal Estigarribia. ✓
- 130 ✓ Album com fotografias da Escola Getulio Vargas em San Juan de Nepomuceno e autógrafos dos seus Corpos Docente e Discente. ✓ *77/41*
- 131 - Album de selos paraguaios contendo series completas de diversas emissões comemorativas. ✓
- 132 ✓ Album de fotografias de visita do Senhor Presidente Getulio Vargas ao Paraguai. ✓ *78/41*
- 133 ✓ Título de Doutor Honoris Causa conferido ao Senhor Presidente Getulio Vargas pela Universidade Nacional de Assunção. ✓ *79/41*

22 de Novembro de 1941 ✓

- 134 ✓ Mensagem dos descendentes e representantes dos 15 vice-reis de Portugal no Brasil, a proposito do bi-centenario português celebrado em 1940. ✓ *83/41*
- 135 ✓ Medalha, em bronze patinado, comemorativa dos dois centenários portugueses festejados em 1940. ✓
- 136 ✓ Diploma passado pela Câmara Municipal de Lisboa concedendo ao Se

MHN/CO - 74/ 48 10

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º 13

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

nhor Presidente Getulio Vargas a medalha de ouro da Cidade, merecê que lhe confere o título de Cidadão Benemerito. 83/41

137 ✓ Medalha de ouro da Cidade de Lisboa. ✓

1 de Dezembro de 1941 ✓

138 ✓ Artístico estojo com encrustações de prata encerrando a medalha (de ouro?) oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pela Comissão Promotora do 1º Congresso de Brasilidade quando o visitou para entregar-lhe o diploma de Mestre de Civismo. 79

139 ✓ Cartão em ouro oferecido pelas classes trabalhistas de Corumbá por ocasião da visita de Sua Excelência ao Estado de Mato Grosso. 84/41

140 ✓ Chave de ouro oferecida no ato inaugural do novo edifício do Ministério da Viação. 85/41

141 ✓ Cigarreira de ouro cinzelado presenteada ao Marechal Floriano Peixoto pela diretoria do Derby Club em 1893. Esse precioso objeto foi oferecido ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Senhor Abelardo Conduru, prefeito municipal de Belem, do Para. 86/41

9 de Janeiro de 1942 ✓

142 ✓ Diploma de Mestre de Civismo, conferido a Sua Excelência pela Comissão Promotora do 1º Congresso de Brasilidade. 24/42

22 de Janeiro de 1942 ✓

143 ✓ *distintivo (escudo)*
Medalha de ouro oferecida ao Senhor Presidente da República pelo Centro Acadêmico Sarmento Leite. ✓

144 ✓ 3 medalhas: uma de ouro, outra de bronze e a terceira de prata com a seguinte inscrição: Dr. Getulio Vargas - Presidente da República do Brasil. 1º 930 Novembro 1940. ✓

145 ✓ Coleção de fotografias *(em album)* dos monumentos incas da região de Cuzco, no Peru, oferecida ao Senhor Presidente pelo Senhor Rafael Larco Herrera. 25/42

23 de Janeiro de 1942

146 - Candeia de azeite usada antigamente, oferecida a Sua Excelência pelo Snr. Francisco de Assis Castro, de Palmeiras. 26/42

27 de Janeiro de 1942

147 - Índice Explicativo do Album de Fotografias de Monumentos de Cuzco (vide nº 145). ✓

18 de Fevereiro de 1942

148 - Número especial, impresso em cetim, do DIÁRIO DE BELÉM, de 11 de junho de 1888, comemorativo da assinatura da LEI AUREA. 28/42

MHN/CS - 74/ 28

11

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

PROC. N.º 144

DOC. N.º 13

30. de Março de 1 942 ✓

149 ✓ Medalha de ouro conferida a Sua Excelência pela Municipalidade de Belem. ✓ +

8 de Abril de 1 942 ✓

150 ✓ Diploma conferido a Sua Excelência pela Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, de Petropolis, de Presidente de Honra da Instituição. ✓ 35/42 X

13 de Maio de 1 942

151 ✓ Moção de Solidariedade dirigida a Sua Excelência pelos estudantes universitários brasileiros. ✓ 36/42 X

16 de Maio de 1 942 ✓

152 ✓ Album contendo as assinaturas dos Chanceleres Americanos que tomaram parte na Terceira Reunião de Consulta, homenagem do Comendador Gervasio Seabra a Sua Excelência. ✓ 37/42 X

2 de Setembro de 1 942

153 ✓ Mensagem recebida por Sua Excelência da Camara dos Representantes dos Estados Unidos da America. ✓ 68/42 X

15 de Setembro de 1 942

154 ✓ Mensagem enviada a Sua Excelência pelos portugueses, reunidos no Gabinete Português de Leitura na noite de 27 de agosto de 1 942. ✓ X

26 de Outubro de 1 942

155 ✓ Caixa de madeira com incrustações de prata, contendo dois diplomas de Irmãos da Ordem Terceira da Penitência concedidos a Sua Excelência e Senhora Getulio Vargas. ✓ 77/42 X

20 de Novembro de 1 942

156 ✓ Medalha comemorativa da abertura da Avenida Rio Branco, ofertada a Sua Excelência pelo Senhora Gloria Maria de Frontin Monis Freire. ✓ X

157 - Medalha comemorativa da instituição do Estado Nacional. ✓ +

24 de Fevereiro de 1 943 ✓

158 ✓ Medalha comemorativa da inauguração do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados. ✓

159 ✓ Documentos pertencentes ao General Hermengildo de Albuquerque Portocarrero, Barão do Forte de Coimbra, oferecidos a Sua Excelência por sua filha, Da. Anna Portocarrero Martin. Estes documentos vieram acompanhados da seguinte carta: Exmo. Sr. Dr. Getulio Dorneles Vargas D.D. Presidente da Republica. Respeito- ✓ X

MHN/CC - 741 48 12PRCC. N.º 100DOC. N.º 31

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Folha de medalha

159 - sas Saudações. Permita V. Ex.^a Sr. Presidente, venha, depor em vossas mãos documentos que, sendo-me particularmente expressivos, não o serão menos, por certo, as instituições que guardam e zelam, o patrimônio moral e cívico de nossa Pátria. As homenagens que V. Ex.^a prestou, recentemente, a memória do General Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, Egrão do Forte de Coimbra, sensibilizaram fundo, o coração da única filha sobrevivente do comandante do Forte. Ofertando-vos uma medalha e esses papéis, que vem de um passado longínquo, quero Sr. Presidente, embora por forma tão singela, testemunhar-vos o meu profundo reconhecimento. Atenciosamente, com os melhores votos pela felicidade de V. Ex.^a e Exma. Família, a ami.^a cri.^a obri.^a Niterói, 30-12-42. (a) Anna Portocarrero Martin. Rua 5 de Julho 259.

11/43
10

18 de Março de 1 943 ✓

- 160 - Bandeira Nacional e insígnia da Organização Henrique Lage, que primeiro tremularam na corveta "Mathias de Albuquerque", construída nos estaleiros daquela Organização e recém-incorporada a Armada Nacional. ✓ *5/43*
- 161 ✓ Album fotográfico das solenidades realizadas por ocasião da inauguração da cidade de Goiânia, enviado ao Senhor Presidente pelo Interventor Pedro Ludovico. ✓ *6/43*

27 de Abril de 1 943 ✓

- 162 ✓ Estandarte que um grupo de industriais de gasogênio lhe ofereceu por ocasião da homenagem prestada a Sua Excelência e patrocinada pela Rádio Cruzeiro do Sul, Folha da Noite, Automovel Clube do E. de S. Paulo e Comissão Estadual do Gasogênio. ✓ *26/43*

31 de Maio de 1 943 (*criação pelo E. do Rio de Janeiro*)

- 163 ✓ Uma placa de prata, homenagem da "Terra de Casimiro de Abreu". ✓ *34/43*
- 164 ✓ Uma chave e placa, uma e outra de ouro, homenagem do Município de Campos. ✓ *35/43*
- 165 ✓ Um cofresinho contendo uma medalha de ouro, com a efígie do Presidente Vargas, e uma moeda de prata da época imperial (ano 1 888) - homenagem da cidade de Maricá. ✓
- 166 ✓ Uma medalha de ouro, comemorativa da maratona intelectual, no 4.º aniversário do Estado Nacional, homenagem do Magisterio Municipal de São Gonçalo. ✓

16 de Junho de 1 943 ✓

- 167 ✓ Caixa com uma flâmula oferecida a Sua Excelência pelo Departamento de Educação Física da Marinha, por ocasião de sua visita aquele Departamento, em 11 de Junho de 1 943. ✓ *36/43*

1 de Julho de 1 943

- 168 ✓ Uma medalha do "Botafogo de Football e Regatas". ✓
- 169 ✓ Um alfinete-distintivo dentro de um pequeno estojo onde se encontra uma placa com os dizeres: "Ao nosso insigne Paraninfo homenagem dos Bachareis do Cinquentenario. Rio 20-12-1 941". ✓ *37/43*

MHN/CS - 74/78 13

PROC. N.º 1/40

DOC. N.º 15

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 170 ✓ ^{miniatura} Uma plaquete do "X Campeonato Sud Americano de Basket-Ball". ✓
- 171 ✓ Uma plaquete comemorativa do X aniversário de Creação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.
- 172 ✓ Uma mensagem, encadernada em pasta de couro, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. ✓ 53/43

6 de Julho de 1943 ✓

- 173 ✓ Album comemorativo da formatura da turma de Bachareis de 1942, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. ^{em vitrop 9 placa de curso} 38/43

29 de Julho de 1943 ✓

- 174 ✓ Cópia, em prata, do Calendário Azteca (Pedra do Sol). Essa peça, de alto valor artístico, científico e histórico, foi oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Presidente do Mexico, Senhor General Manuel Avila Camacho. (Vide descrição a parte). ✓ 63/45

- 175 - Mensagem, em pergaminho, com iluminuras, da colonia hebraica do Rio de Janeiro ao Senhor Presidente Getulio Vargas. ✓ 64/43

30 de julho de 1943 ✓

- 176 ✓ Album que contem a "Mensagem de Gratidão dos Exatores Federais". O album, cuja capa e de couro, tem um fecho dourado, com uma pedra "agua-marinha". ✓ 65/43

13 de Agosto de 1943 ✓

- 177 ✓ Título de Patrono da Associação dos Servidores Civis do Brasil, conferido a Sua Excelencia pela sua Directoria. ✓ 69/43

1 de Setembro de 1943 ✓

- 178 ✓ Medalha de prata, da Conferência de Desembargadores. ✓
- 179 ✓ Medalha de prata, do Centenário do Primeiro selo no Brasil. ✓
- 180 ✓ ^{PLAQUETA} Medalha do primeiro Congresso Panamericano de Educação Física. ✓
- 181 - Medalha comemorativa do primeiro centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. ✓

22 de Setembro de 1943 ✓

- 182 ✓ Miniatura em prata e ouro do monolito de Tiahuacacu, oferecido ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Presidente da Bolivia, General Penaranda. ✓ (Vide descrição a parte) 71/43

6 de Novembro de 1943

- 183 ✓ Medalha de ouro, comemorativa do primeiro centenário da Câmara Sindical da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. ✓

LHNA/CS - 74/ 78

14

FRCS. N.º 1/44

DOC. N.º 36

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 184 ✓ Placa de prata oferecida pelo Sr. G.E. Paula Soares, de Porto Alegre. ✓ 72/43
- 185 ✓ Diploma de Sócio Honorário conferido ao Senhor Presidente pela Associação de Arquitectos de Chile. ✓ 73/43
- 186 ✓ Diploma conferido a Sua Excelência pela Faculdades Católicas. ✓ 74/43
- 187 ✓ Livro contendo os originais das declarações dos representantes diplomáticos junto ao Governo Brasileiro, a propósito do primeiro aniversário da entrada do Brasil na guerra. ✓ 75/43

8 de Dezembro de 1 943 ✓

- 188 ✓ Medalha em prata comemorativa da inauguração do edifício do Ministério da Fazenda. ✓
- 189 ✓ Duas medalhas - uma em prata e outra em bronze - comemorativas da inauguração da Avenida Presidente Vargas. ✓ 19.44
- 190 ✓ Medalha em bronze comemorativa do centenário, da Revolução Farrroupilha, mandada cunhar pelo Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul. ✓
- 191 ✓ Medalha em bronze comemorativa da Revolução de 1 930. ✓
- 192 ✓ Medalha em ouro comemorativa da revista náutica de 25-10-941, oferecida ao Senhor Presidente da Republica pela Federação Metropolitana de Vela e Motor. ✓
- 193 ✓ Medalha em ouro comemorativa do centenário da Revolução Farrroupilha, oferecida ao Senhor Presidente da Republica pela firma A. Eberle & Cia., de Caxias, Rio Grande do Sul. ✓
- 194 ✓ Placa em ouro oferecida ao Senhor Presidente da Republica pelos coletores e escrivães federais de Sao Paulo. ✓ 78/43

29 de Dezembro de 1 943 ✓

- 195 ✓ Cuia e bomba de chimarrão, em prata e ouro, oferecidas ao Senhor Presidente da Republica pela Escuela del Brasil, de Assunção do Paraguai, por ocasião da visita de Sua Excelencia aquele pais. ✓ 1/44
- 196 ✓ Estojo que ofereceu o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, contendo: ✓
 a) insignia de membro honorario do Instituto; ✓
 b) medalha comemorativa do centenario da fundação do Instituto; ✓
 c) distintivo de membro da II Conferência inter-americana de advogados; ✓
 d) distintivo de membro do Congresso Jurídico Nacional. ✗
- 197 ✓ Estojo dos cadetes da Escola Militar em 1 943, contendo: ✓
 a) uma miniatura do espadim de Caxias; ✓
 b) placa, em ouro, de oferecimento do estojo. ✓ 2/44
 a que este era o que me deu?
- 198 ✓ Album contendo a moção dirigida ao Senhor Presidente da Republica pelos Engenheiros do Brazil em que agradecem o donativo de um terreno na Esplanada do Castelo, destinado a construção da Casa do Engenheiro Brasileiro. ✓ 3/44
- 199 ✓ Colar de Honra do Instituto de Arquitetos do Brasil, oferta do Instituto ao Senhor Presidente e entregue pelo Dr. Adolfo Moraes de Los Rios em solenidade realizada no Palácio do Catete. ✓

LHM/CS - 74/48
 PROC. N.º 1/44 15
 DOC. N.º

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 200 ✓ Chave de prata oferecida pelos comerciantes paulistas por ocasião da inauguração da Cidade Comerciária Presidente Vargas. 4/44
- 201 ✓ Chave de prata da Escola Pre-Vocacional Getúlio Vargas, destinada aos filhos dos Operários de São Paulo, oferecida pelos beneficiários da Fundação Antonio e Helena Zerrenner e placa de prata com esse oferecimento. Ambos em estojo. 5/44

1.º de Fevereiro de 1944 ✓

- 202 - Medalha comemorativa da construção da Estrada São Francisco a Iguassu, oferecida a Sua Excelência pelo Snr. Antonio Figueira de Almeida. Esta oferta veio acompanhada da seguinte carta:
 Exm.º Senhor Dr. Getúlio Vargas. Tenho a honra de apresentar a V. Exia minhas patrióticas congratulações pelas vitoriosas visitas ao Paraná, e aos dois Territórios federais do Iguassu, e de Ponta Porá. O discurso proferido, por V. Exia, no Paraná poderia, na verdade, ser repetido em quase todos os Estados do Brasil. O que havia por toda parte e o que, ora, se vê - prova, sobejantemente, que o Brasil precisava de um governo - e esse governo ele começou a tê-lo a partir de 10 de novembro de 1937. Eis porque, com toda vibração patriótica me animei a interpretar os "Comentários da Constituição de 10 de novembro" - e venho escrevendo para conhecimento de meus concidadãos os grandes atos do "Governo Getúlio Vargas". Nos exemplares das revistas, em anexos, mostro aos fluminenses o que lhe deve a minha terra, e a todos os brasileiros, (o que fui o único a fazer) - a importância do ato que criou os Territórios federais. Em número próximo, espero sairá o trabalho sobre o imortal decreto 6.019 que regulou o problema, que permanecia insolúvel, das Dívidas Externas. Permitto-me esperar de seu grande governo o prosseguimento da Estrada S. Francisco ao Iguassu - que meu velho Pai, recentemente falecido - traçou no chão do Brasil - através da mata-virgem, de rios e montanhas, para unir tres povos americanos e servir de escaudoro as atividades produtoras dos que habitam o coração da America do Sul. Desse feito memorável peço licença para oferecer-lhe a rara medalha, reliquia de família, que comemorou aquele traçado, e que avivara, no espirito do grande estadista, a gloriosa cruzada de despertar aquelas terras uberrimas para a civilização. Com profundo respeito De V. Exia. att.º venerador, obrigado (a) Antonio Figueira de Almeida - rua Aguiar, 47 - tel 28.3553

4 de Fevereiro de 1944 ✓

- 203 ✓ Medalha oferecida a Sua Excelência pelo Instituto neo-Pythagórico de Curitiba por ocasião de sua estadia naquela capital. 5 de fevereiro de 1944

3037 - Pequeno livro de ouro tendo gravada a letra do H. Nacional
 3038 - 14 de Fevereiro de 1944 - Distintivo da R. R. E. S. (metal e esmalte)

- 204 ✓ Fotocópia do termo de posse e juramento do compromisso do Governo Provisorio da Republica, em 1891. 10/44

28 de Março de 1944

- 205 ✓ Album oferecido a Sua Excelência por ocasião da sua visita à Companhia de Cimento Portland do Paraná. 11/44

MHM/CS - 74/ 28
 PROC. N.º 1/44
 DOC. N.º _____

16

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

- 19 de Maio de 1944 ✓
 206 ✓ Mensagem recebida de Sua Santidade o Papa Pio XII a propósito do falecimento do Senhor Cardeal D. Sebastião Leme. ✓ 12/44
 carta
- 24 de Maio de 1944 ✓
 207 ✓ Um album guardado em caixa de vidro e bronze, oferecido ao Senhor Presidente da República por elementos representativos da economia da República Oriental do Uruguai, quando da visita de Sua Excelência aquele país, em 1935. ✓ 13/44
 208 ✓ Um par de luvas, de couro, usados pelo Senhor Presidente da República por ocasião do batimento da quilha do navio "Marcelio-Dias". ✓ quarta/44
 209 ✓ Medalha comemorativa do cincoentenário do Cêrco da Lapa, oferecida pela respectiva Comissão ao Senhor Presidente da República. ✓
- 210 - Dois emblemas de Clubes. ✓
- 5 de Junho de 1944
 211 ✓ Rélogio e corrente de prata, que pertenceram ao Marechal Floriano Peixoto. ✓ 15/44
- 11 de Agosto de 1944
 212 - Fotografia do navio escola argentino "PRESIDENTE SARMIENTO", oferecida a Exma. Senhora Getúlio Vargas, em 9 de fevereiro de 1937, pelo comandante, oficiais e cadetes que guarneciam essa embarcação em sua XXXVII viagem de instrução. ✓
 213 ✓ Album em madeira esculpida contendo a mensagem que os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal dirigiram ao Senhor Presidente ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Getúlio Vargas em Agosto de 1942. ✓
 214 ✓ Medalha de ouro comemorativa da inauguração, em 28-10-1942, do monumento a Simão Bolívar erigido em Buenos Aires (Acompanha a memoria que nessa data foi distribuída). ✓
 215 ✓ Medalha de ouro comemorativa da inauguração da Avenida Presidente Vargas, em 10-11-1943. ✓
 216 ✓ Medalha de prata oferecida ao Presidente Getúlio Vargas pelos funcionários da Alfandega de Niterói. ✓
 217 - Medalha de metal branco oferecida ao Senhor Presidente da República, na Argentina. ✓
 218 ✓ Medalha de bronze comemorativa do 1º aniversário da Independência da República Dominicana. ✓
 219 ✓ Idem comemorativa do 1º Centenário da Associação Comercial do Rio de Janeiro. ✓
 220 ✓ Emblema em ouro do Fluminense Yacht Club. ✓ X
 221 - Um emblema. ✓ X

MHN/CG - 74/ 78

17

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

11 de Setembro de 1944

- 222 - D. Quixote de la Mancha (estatueta em bronze). ✓ X 44.156
- 223 - Busto, em bronze, de Camilo Castelo Branco. ✓
- 224 ✓ Estatueta, em bronze patinado, assinada por Kossowski e oferecida ao Senhor Presidente Vargas pelos Engenheiros Arquitetos do Brasil, em 11.12.40. ✓
- ✓ 225 ✓ Miniatura, em bronze, do monumento de Santos Dumont em Paris, oferecida ao Senhor Presidente Vargas, no Natal de 1939, pelos Aviadores Cívicos do Brasil. ✓
- ✓ 226 - Estatueta em bronze. Reprodução de uma caricatura de Eça de Queiroz. ✓ 44.157
- ✓ 227 - Cabeça de Dante (bronze). ✓ V
- ✓ 228 - Cabeça de Voltaire (medalhão em bronze). ✓
- ✓ 229 ✓ Medalhão, em prata lavrada, com a efígie do Presidente Vargas. ✓
- ✓ 230 - Fotografia, em quadro do Monumento a Gonçalves Dias. ✓
- ✓ 231 - Reprodução de um desenho, assinado por Epstein, representando a Cabeça do Presidente Vargas. ✓

5 de Outubro de 1944. ✓

- 232 - Fé de Ofício do Marechal JOSÉ BERNARDINO BORNANN, gentilmente oferecida pela viúva daquele distinto oficial, afim de que figure nas valiosas coleções de documentos deste Museu. ✓

11 de Outubro de 1944

- 233 ✓ Um distintivo, de esmalte e ouro, oferecido ao Senhor Presidente da República pelo Congresso Brasileiro de Geografia - Rio de Janeiro, 1944. ✓
- 234 ✓ Um diploma do X Congresso Brasileiro de Geografia, conferindo ao Dr. Getúlio Vargas o título de "Presidente de Honra". ✓
- 235 ✓ Um distintivo, de esmalte, comemorativo da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia - Rio de Janeiro, 1944. ✓
- 236 ✓ Um distintivo, de esmalte e ouro, da Legião Brasileira de Assistência. ✓
- 237 ✓ ^{distintivo} Uma medalha, de prata, da Federação das Bandeirantes do Brasil. 13 de agosto de 1944. ✓
- 238 ✓ Uma placa, de prata, comemorativa do Jubileu Bandeirante (1919-1944). ✓
- 239 ✓ Uma placa, de prata, dos escoteiros do Serviço de Recreação Operária (M.T.I.C.) - Rio, setembro de 1944, e ✓
- 240 ✓ Um alfinete, de ouro, representando uma flor de lis, enviada pela agremiação acima. ✓
- 241 ✓ Um diploma da Confederação Brasileira de Fugilismo, conferindo ao Senhor Presidente o título de "Grande Benemerito". ✓ ^{distintivo}
- 242 ✓ Um álbum oferecido pela Escola Pré-Vocacional "Getúlio Vargas", mantida pela Fundação Antonio e Helena Serrener, com aspectos fotográficos ✓

MHN/CO - 74/ 48 18

PROC. N.º 1/94

DOC. N.º

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

ficos das homenagens realizadas na Companhia Antártica Paulista e na cidade Escola, em S. Paulo, no dia do aniversário natalício do Senhor Presidente (19.4.1944).

- 243 ✓ Uma mensagem dirigida ao Senhor Presidente, no dia de seu aniversário natalício (19.4.44) pelos alunos da Escola Pré-Vocacional "Getúlio Vargas".
- 244 - Uma mensagem do Diretor e auxiliares da CASA DA MOEDA, dirigida ao Senhor Presidente por ocasião de seu aniversário (19.4.44).
- 245 ✓ Uma medalha, de prata, oferecida pelo Diretor e funcionários da CASA DA MOEDA, onde estão impressos os dizeres: "Ao Presidente Getúlio Vargas - 28.1.42 - 22.8.42 - o esforço de guerra da Casa da Moeda pelo Brasil - 1943".
- 246 ✓ Uma caixa contendo álbum oferecido pelo Diretor e funcionários da CASA DA MOEDA representando o esforço de guerra daquela repartição em 1943, com dados estatísticos e fotografias.
- 247 ✓ Um quadro a óleo, de autoria do pintor Raymond P.R. Neilson, representando a visita do Senhor Presidente da República a Natal em Janeiro de 1943, quando da estadia do Presidente Roosevelt naquela capital.

19 de Dezembro de 1944

- 248 ✓ Medalha mandada cunhar pela Embaixada do Canadá para Prêmios escolares (prata dourada). (ouro?)

Para o verso: um mapa em relevo do Domínio do Canadá e da República do Brasil sobre um globo, ambos os países projetados em proeminência sobre um esboço geográfico do Hemisfério Ocidental; as palavras "CANADA" e "OTTAWA", capital do Canadá, estão inscritas no mapa do Canadá, e as palavras "BRASIL" e "RIO DE JANEIRO", sua capital, no mapa do Brasil; acima, a figura de uma moça, representando o Canadá; sentada, tem um braço e a mão estendidos numa saudação. Uma figura semelhante, com um braço e a mão suspensos, representa o Brasil. Ao fundo, na parte superior, espalham-se os claros do norte e efeitos de nuvens espessas, enquanto o globo parece flutuar sobre as nuvens. Um pequenino esboço de um navio e de um aeroplano representam os meios de transporte existentes entre os dois países.

Para o reverso: apenas a reprodução do escudo, num espaço circular, contendo as armas do Canadá, emblema das quatro raças originais do Canadá: inglesa, escocesa, irlandesa e francesa, todas reunidas num galho de bordo; em cima, a palavra "CANADA" e, em baixo, "BRASIL"; entre as palavras, de cada lado, estão gravados o Cruzeiro do Sul, parte das Armas do Brasil, e uma folha de bordo canadense.

- 250 ✓ Medalha de prata comemorativa da inauguração da Escola-Militar de Rezende.
- 251 ✓ Medalha de prata, cunhada em 1933, comemorativa do aniversário das Aparições de Lourdes.
- 252 ✓ Emblema do 1º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, celebrado em S. Paulo em 1944.
- 253 ✓ Carteira de Congressista nº 1, extraída em nome do Senhor Presidente Getúlio Vargas.

M. E. S. - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MTH/CO - 747

PROC. N.º

DOC. N.º

254 ✓ Flâmula do 1.º Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

255 - Alfinete de gravata em esmalte. ✓

256 - Duas medalhas em prata, oferecidas ao Senhor Presidente da República pela Cruz Vermelha Brasileira. ✓

257 - Duas medalhas em cobre, oferecidas ao Senhor Presidente da República pela Cruz Vermelha Brasileira. ✓

258 ✓ Flâmula em seda, oferecida ao Senhor Presidente da República pelos Universitários de Agronomia do Estado de Pernambuco. ✓

259 - Diploma de sócio benemérito do CLUBE DE ENGENHARIA, conferido ao Senhor Presidente Getúlio Vargas em 21 de Janeiro de 1944. ✓

260 ✓ Diploma de Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia, conferido ao Senhor Presidente Getúlio Vargas em 15 de Setembro de 1944. ✓

261 ✓ Album em pergamimho organizado pela comissão diretora da Escola "Brasil", de Montevideo, oferecido ao Senhor Presidente da República. ✓

Em 9 de Fevereiro de 1945 ✓

262 ✓ Medalha de prata em estojo de madeira, comemorativa da inauguração da Escola Militar de Resende, acompanhada de carta do Prefeito, que a oferece em nome do povo e do município. ✓

263 ✓ Fotografia do navio "Marblehead" oferecida pelo Capitão, Sr. Paul R. Coloney, em nome dos oficiais e tripulação. ✓

264 ✓ Título de Presidente de Honra da Confederação Rural Brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura. ✓

Em 22 de Março de 1945 ✓

265 - Medalha comemorativa do IV Congresso Sul Riograndense de História e Geografia, que se realizou em Porto Alegre, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. ✓

Em 14 de Abril de 1945

266 ✓ Album contendo fotografias do Território Federal do Amapá. 33.45 ✓

Em 26 de Abril de 1945

267 - Album oferecido pelos Senhores Otávio Alves de Lima e Alberto Alves de Lima. ✓

Em 9 de Maio de 1945 ✓

268 ✓ Exemplares das condecorações criadas pelo Governo para a Força Expedicionária Brasileira. ✓

MIM/CO - 74/ 48

PROC. N.º 1/44

DOC. N.º

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em 2 de junho de 1945. ✓

- 269 ✓ Uma medalha em prata e duas em bronze mandadas cunhar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração do 1º centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, seu benemérito presidente, oferecidas a Sua Excelência pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares. ✓
- 270 ✓ Diploma conferindo o título de benemérito da Confederação Brasileira de Basketball, oferecido ao Presidente Getúlio Vargas pela mesma Confederação. ✓
- 271 ✓ Medalha de ouro e distintivo conferidos a Sua Excelência, pela Confederação Brasileira de Basketball. ✓

Em 5 de junho de 1945. ✓

- 272 ✓ Espátula de prata oferecida ao Senhor Presidente da República pelo professorado de Campo Grande e Santa Cruz. ✓
- 273 ✓ Suporte para bloco de papel em madeira, com incrustações de prata, oferecido pelo Instituto A. Social de Juiz de Fora. ✓
- 274 ✓ Caixa contendo um porta-papeis de prata e uma [placa de prata,] oferecidos pelos colaboradores da Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz e Juiz de Fora. ✓
- ✓ 275 - Caixa de madeira contendo bandeiras e flâmulas; lembranças dos alunos das Escolas "Presidente Vargas, anexas à Fábrica Juiz de Fora". ✓

Em 11 de junho de 1945. ✓

- 276 - Quadro a óleo de autoria do pintor paulista Vergueiro Lopes Leao, representando a "RETIRADA DA LAGUNA". ✓ 1.45
- 277 ✓ Medalha em bronze, com as efígies de Mariano Procópio Ferreira Lage e de sua esposa Maria Amalia Ferreira Lage, oferecida a Sua Excelência pela diretoria do Museu Mariano Procópio. ✓

Em 6 de julho de 1945 ✓

- 278 ✓ Medalha de ouro comemorativa da inauguração do novo hospital da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos 7.45
- 279 ✓ Flâmula de contra torpedeiro Mariz e Barros, oferecida ao Senhor Presidente da República por ocasião do lançamento ao mar, desse navio. 18.45
- 280 ✓ ~~Medalha de~~ Bronze oferecida ao Senhor Presidente da República pelos trabalhadores dos serviços portuários da Companhia Docas de Santos. 19.45

Em 14 de agosto de 1945.

- 281 ✓ Medalha comemorativa do 1º centenário da Câmara do Comércio da cidade do Rio Grande. 65.45
- 282 ✓ Medalha (ouro?) comemorativa do cincoentenário da fundação do Clube Naval 66.45
- 283 ✓ Medalha em ouro oferecida ao Senhor Presidente Vargas pela colônia uruguaia do Rio de Janeiro, por ocasião da visita do Presidente Gabriel Terra. 67.45

MMA/CO - 74/ 18 21

PROC. N.º 144

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DOC. N.º

- 284 ✓ Medalha em ouro oferecida ao Presidente Vargas pelo Joquei Clube de Buenos Aires. / 68.45
- 285 ✓ Chave simbólica em ouro do Banco da Cidade de São Paulo, oferecida ao Senhor Presidente por F. Matarazzo Neto. / 69.45
- 286 ✓ Chave simbólica do Palácio do Ministério do Trabalho, oferta da comissão construtora. / 72.45
- 287 ✓ Placa de prata e ouro oferecida pelos operários das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. / 71.45
- 288 ✓ Placa em prata oferecida em 1938^{ou 36?} pelo Comandante do 3º C.A. (Pé no Chão) - Tte. Cel. Serafim M. Assis. / 72.45
- 289 - Emblema em ouro. / 73.45
- 290 ✓ Carteira de identidade e emblema de Presidente de Honra do Fluminense Foot-ball Club. / 74.45
- 291 ✓ Diploma de membro honorário da Confederação Sulamericana de Atletismo. / 75.45
- 292 - Retrato em marca d'agua do Presidente Vargas. / 76.45

Em 27 de agosto de 1945.

- 293 ✓ Medalha de ouro comemorativa da visita do Presidente Getulio Vargas ao Uruguai em 1935 e oferecida a Sua Excelência nessa época em Montevideo. / 92.45
- 294 ✓ Medalha de ouro comemorativa da tomada de Caiena aos franceses em 1809, oferecida ao Presidente Vargas pela municipalidade de Belém em 1940 (Peça raríssima) / 91.45
- 295 ✓ Chave simbólica, em ouro, oferecida ao Presidente Vargas pela cidade de Ouro Preto, quando Sua Excelência a visitou. / 93.45
- 296 ✓ Uma caneta fonte em ouro oferecida ao Presidente Vargas por entidades operárias. / 95.45
- 297 ✓ Pepita de ouro colhida no território de Rio Branco e oferecida ao Presidente Vargas pelo Senhor Adolfo Brasil. / 94.45
- 298 ✓ Tinteiro em madeira confeccionado e oferecido ao Presidente Vargas por um operário da Estrada de Ferro Central do Brasil. / 111.45
- 299 ✓ Album de fotografias de Ouro Preto, oferecido ao Presidente Vargas pela Sociedade dos Samigos de Ouro Preto. / 97.45
- 299 A - 4 ai *atitudo* de 1945
condecoração militar, ofertada pelas Financ. Brasileiras a Sr. *Barcy Vargas*
Em 18 de setembro de 1945
- 300 ✓ Medalha de guerra alemã, trazida pelo soldado expedicionário José Soares da Silva, que declarou tê-la recebido de um major do Exército Alemão, feito prisioneiro pelas nossas forças em operações na Itália, e que a mesma pertencera ao General comandante da 148a. Divisão Alemã. / 112.45

Em 16 de outubro de 1945.

- 301 ✓ 1 placa de ouro oferecida ao Presidente Getulio Vargas pelos empregados da firma Serafim Sofia - Kosmos 14.X.45. / 175.45

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

PROC. N.º

DOC. N.º

- 302 - Um medalhão de bronze. / 179.45 A.9
- 303 ✓ Uma miniatura do espadim de Caxias oferecido ao Presidente Getúlio Vargas por Julio Alves de Carvalho. / 180.45 AR
- 304 ✓ Mensagem de agradecimento dos Sindicatos de Professores do Distrito Federal, São Paulo e outros Estados pelos benefícios recebidos pelos professores no Governo do Presidente Getúlio Vargas. /
- 305 ✓ Mensagem do povo brasileiro de 3 de outubro de 1945 pedindo a convocação da Assembléia Constituinte em 2 de dezembro de 1945. Flâmulas entregues nessa ocasião. / 182.45 a 185.45
- 306 ✓ Medalha de prata, cunhada em homenagem à FEB, oferecida ao Presidente Getúlio Vargas pela Escola Normal Santa Catarina de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. / 186.45
- 307 ✓ Mensagem de saudação do governo do Estado do Rio Grande do Sul entregue ao Presidente Getúlio Vargas na ocasião em que passou pela capital da República a tocha que conduzia a chama vinda dos Apeninos para inflamar a pira da Pátria, nas comemorações das Festas Setembrinas. / 187.45

Em 22 de outubro de 1945.

- 308 ✓ Uma placa de prata com frizo de ouro, oferecida a Sua Excelência pelos antigos e atuais alunos do Ginásio Santana, de Uruguaiana. /
- 309 ✓ Um quadro contendo a Bênção de Sua Santidade o Papa para o Senhor Presidente e sua Família, obtida e oferecida a Sua Excelência por um grupo de sargentos da Força Expedicionária Brasileira. /

(da guia n. 28, de 14.IX.45)

- 310 ✓ Um estojo com jarra de prata, oferta do General Morinigo. 98.45
- 311 ✓ Uma estatueta representando um cavaleiro em bronze (Bento Gonçalves). 99.45
- 312 ✓ Um estojo com 2 pistolas antigas. 100.45
- 313 ✓ Um torpedo em miniatura, em alumínio. 101.45
- 314 - Uma espada do tempo do Império Brasileiro. 102.45
- 315 - Uma lira de metal e mármore (Associação Brasileira) 103.45
- (Anex. Ret. (com. de. Porto Alegre) para 149)*
(diploma)
(de qual. para. 149)
(e. arte. 149)

(da guia n. n. 30, de 19.X.45)

- 316 ✓ Pá de pedreiro (usada pelo Sr. Presidente no lançamento da Pedra Fundamental da Usina Monlevado); 113.45
- 317 ✓ Solidão ou calote de um capacete que pertenceu a um guerreiro árabe. 114.45
- 318 ✓ Crucifixo de prata contendo uma relíquia. 115.45
- 319 - Medalha comemorativa do Centenário do Distrito Federal - 1954.

23

MNH/CO - 741 78

PROC. N.º 1/44

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

- 320 - Medalha comemorativa da Inauguração do Monumento dos Heróis da Laguna. 116.45 DOC. N.º _____
- 25.9.45 321 - Medalha do Asilo São Luiz. (placa de bronze dourada do centenário) 117.45
- " 322 ✓ Medalha comemorativa da Viagem do Normandier; 118.45
- " 323 ✓ Medalha do Gabinete Português de Leitura. (1.º centenário) 119.45
- " 324 - Medalha comemorativa da Inauguração da Avenida Tijuca. 120.45
- " 325 ✓ Medalhas (2) comemorativas do Centenário da Fundação de Olinda. (121) (122)
- " 326 ✓ Medalha do Congresso Eucarístico. int. de Buenos Aires - 1949. 123.45
- " 327 ✓ Adaga toledana (oferta da Câmara do Comércio Hispano Brasileira) 124.45

EXEYH

ANEXO D – Relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional 1930-1940

— 227 —

RELAÇÃO DAS VALIOSAS DOAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA AO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
1930 — 1940

Em 1930

- Uma bandeira oferecida pela marquesa Margarida Solari Crespi às forças que combateram na Revolução de Outubro.

Em 1931

- Três moedas comemorativas do centenário da Independência do Uruguai com estojo.
- Medalha de ouro comemorativa da inauguração da Ponte Mauá na fronteira Uruguai Brasil.
- Medalha comemorativa do centenário da mina de Morro Velho.
- Placa de gesso bronzeado em alto relevo com a efígie de João Pessoa.

Em 1934

- Série de seis moedas comemorativas do IV Centenário de S. Vicente.

Em 1935

- Um autógrafo do marechal Deodoro da Fonseca;
- Uma mensagem do povo do Uruguai;
- Um album ofertado pela população do Serro Largo;
- Um album com autógrafos;
- Um escudo argentino em madeira;
- Um album "El Tony";
- Um volume com decreto referente à visita presidencial com autógrafo do Presidente Gabriel Terra;
- Um album com vistas de Trinta y Tres;
- Um decreto dando a denominação do Presidente Getulio Vargas a uma estação ferroviária;
- Um *carnet* de corridas do Jockey Club de Montedidéu;
- Um album dos estudantes do Uruguai;
- Um baixo relevo em prata "Fuerte Sta. Tereza";
- Um album com vistas de Maldonado;
- Uma placa de ouro, oferta da colônia sirio libaneza;
- Um baixo relevo ornamental em gesso com a efígie de San Martin;
- Um rico album em pergaminho com a folha de rosto em aquarela;
- Uma cópia oficial do decreto que considerou feriado, na República Argentina, o dia da chegada do Presidente G. Vargas;
- Um pergaminho, tendo na parte impressa o Hino Brasileiro traduzido para o italiano;
- Uma medalha de ouro do Boca Junior F. C.;

Em 1936

- Um album de fotografias da família General Antonio de Sousa Neto;
- duas cartas patentes de S. M. Imperial.

Em 1938

- Uma reprodução fotográfica do original do Hino Nacional;
- Um retrato do maestro Francisco Manuel da Silva;

Em 1939

- Uma caixa de madeira contendo o diploma em prata de sócio honorário da União Beneficente dos "Chauffeurs" do Rio de Janeiro;
- Uma cópia fotográfica da ata lavrada na Suprema Corte da Justiça da República do Uruguai por ocasião da visita de Sua Excelência;
- Uma Constituição de 10 de Novembro manuscrita.

Em 1940

— Uma caixa de cedro-rena (aguano), tendo na tampa o mapa do território do Acre, desenho dos índios "Tucurinas", do rio Purús. Roberval Cardoso desenhou em original e Horácio Matos embutiu a canivete. Contendo:

Medalhas:

de bronze dourada com a inscrição "Caixa Econômica Federal São Paulo";

de ouro com a inscrição: "Federação Brasileira de Basket-ball", Rio de Janeiro (Escudo em esmalte);

de alumínio, tendo gravada a letra do Hino Nacional;

de prata, do Automovel Club do Rio de Janeiro, 15/24 de novembro de 1936. VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem";

de prata, com a efígie de marechal Floriano Peixoto no anverso e no reverso, gravado: "Ao Marechal de Ferro — Glória";

de ouro, com a efígie do barão do Rio Branco no anverso e no reverso, gravado: G. V. monograma tralhadado em esmalte,

de ouro comemorativa da jornada médica sul-americana, Julho de 1937;

de ouro "1er. viaje de instruccion, 66.ª promocion — 1939, La Argentina. A.R.A.;

de ouro, "Semana de confraternização das forças armadas, com as efígies do almirante Tamandaré e do duque de Caxias no anverso, e no reverso as armas da República, tralhadadas em esmalte;

de ouro, no anverso "São Paulo, 1935, e no reverso Moreno";

de bronze dourado, República Oriental do Uruguai, no reverso "La Misión Militar Uruguay en su visita a los Estados Unidos del Brasil, muy agradecida, 1939";

— de bronze 1.ª conferência Sudamericana de Corredores de Seguros — Buenos Aires, 23/28 de novembro de 1936;

— de prata, com a efígie de Camisão e Antonio João no anverso, e no reverso "Inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados — Rio de Janeiro;

— de bronze prateada, com a efígie do general Waldomiro Lima;

— preparadores dum Brasil para todos, a homenagem do pensamento renovador — 1932";

— de bronze, dourado, com efígie de Eugenio Maria de Hostos na face e a inscrição: "Primeiro Centenário del natalicio de Eugenio Maria de Hostos — 1839-1939, e no reverso "Civilización y muerte";

— de bronze, com a inscrição, no anverso: "Por um Brasil maior e melhor, e no reverso, 16 de Maio, 1903, 3 de Novembro de 1939 — A Gazeta";

— de bronze, com a inscrição: "Salud Familia-Hogar próprio-Justicia Social-Paz", e no reverso, "Primer Congreso Panamericano de la Vivenda Popular, 2 al 7 de Octubre de 1939. Buenos-Aires". (2 exemplares);

— de prata, com a efígie do Presidente Campos Salles, e no reverso o retrato do general Julio Rocca;

— de bronze, com a efígie de Pio XI e a inscrição: "Anno Sancto — 1933, e no verso: "Christo Redemptor Brasiliam Protege";

— de bronze, com a efígie do general Bento Gonçalves — 1835-1935, e no reverso: "Liberdade — Igualdade — Humanidade. 20 de Setembro de 1935";

— 229. —

- de prata, "Al General Belgrano — 1935 — Homenagem del Instituto San-Martiniano", e no reverso "Entrevista de San Martin y Belgrano en Yatasto — 1814";
- em bronze, "A Marcha para o Oeste" — partirá de Cananéa, na face e no reverso — IV Centenário de Iguape — 1538-1938;
- de bronze, com a effigie do visconde do Rio Branco e a inscrição "Homenagem ao fundador e 1.º diretor Visconde do Rio Branco 50 aniversário — 1874-1924. Escola Politécnica, Rio de Janeiro";
- de bronze, dourado, com a effigie do Presidente Getulio Vargas e no reverso a inscrição: "Parada da mocidade e da raça — Colégio Universitário — 1939";
- de prata, com a effigie do Presidente Campos Salles e no reverso "Visita del Exmo. Sr. Presidente da 1.ª Republica de los Estados Unidos del Brasil — Buenos Aires, Octubre — 1900";
- de prata, comemorativa do 1.º Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1838-1939" (2 exemplares, sendo 1 em bronze);
- Um estojo contendo seis distintivos usados na 7.ª Exposição Nacional de animais e produtos derivados de Belo-Horizonte — 1938;
- de prata, comemorativa do 3.º Centenário da fundação de Ubatuba — 1637-1937. S. Paulo;
- Um estojo contendo duas moedas de prata de 1 peso e 50 cent. da República Oriental do Uruguai — 1917;
- uma moeda de \$400, de ouro, cunhada em 1726;
- um distintivo, em esmalte, da 1.ª reunião Sulamericana de Botânica, Rio de Janeiro, 1938;
- um escudo de ouro e esmalte do Instituto San-Martiniano — 1933;
- uma placa de prata, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Sindicato dos Proprietários de Lavoura de Legumes e Similares, de S. Paulo — 1938;
- uma placa de prata, com as armas da República em ouro, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelas crianças do Estado do Amazonas;
- uma pá de prata com cabo de madrepérola, com a inscrição: "Itanhangá Golf Club Pedra fundamental";
- Caneta de ouro em estojo de veludo, tendo a inscrição: "Ao General Manoel Deodoro da Fonseca". (Caneta com que foi assinada a Promulgação da Constituição de 1891);
- uma caixa contendo uma pá, tendo gravado: 15 de Novembro de 1939 — Palácio Itamarati;
- uma caixa de cedro trabalhado contendo o modelo, em quarzo de diamante Getulio Vargas, o maior do Brasil e o quarto do Mundo — Casa da Moeda — 10/11/1939;
- um diploma, em pergaminho, de Sócio Benemérito, conferido pelo Centro Ourepretano de Belo-Horizonte;
- um titulo de nomeação do brigadeiro José Vieira Costa de Magalhães para Presidente da Província de S. Paulo;
- uma flâmula do Corpo de Fuzileiros Navais;
- um emblema do Automovel Club Argentino;

— 230 —

- uma pá de prata do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários ;
- uma mensagem da diretoria da Paróquia de Queluz ;
- um diploma de sócio honorário da mesma ;
- uma medalha associativa (idem) ;
- um diploma da Federação dos Marítimos, com o título de Patrono da Marinha Mercante Brasileira ;
- duas cartas do Dr. Manoel Joaquim de Lemos, nomeado presidente da província de Sergipe ;
- uma mensagem do general José Estigarribia.

ADOLPHO DUMANS

(Conservador cl. G., Secretário do Museu Histórico)

ANEXO E – Biografias

Alcindo Sodré	<p>Nasceu em Porto Alegre, RS em 30 de novembro de 1895, e faleceu em Petrópolis, em 16 de março de 1952. Filho do engenheiro Antônio Cândido de Azevedo Sodré e Helena Porto de Azevedo Sodré, iniciou seus estudos no Ginásio Anchieta, na terra natal, concluindo-os no Colégio S. Vicente de Paulo, em Petrópolis. Em 1916, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em 1921 formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina, sua verdadeira vocação. Foi interno da Clínica Neurológica do prof. Antonio Austregésilo, do Hospital de Alienados e aluno do Instituto Osvaldo Cruz. Ao término do curso médico, recebeu a medalha de ouro do “Prêmio Miguel Pereira”. Para clinicar, escolheu Petrópolis, cidade que o perfilou. Logo se tornou por todos respeitado, e levado à política. Candidatou-se e foi vereador em 1922, 1924, 1929 e 1936, tendo sido, na Câmara Municipal da cidade serrana, secretário, vice-presidente e presidente. Durante o Estado Novo, foi nomeado prefeito, em 1948. Praticou o jornalismo, dirigindo a Tribuna de Petrópolis e pouco depois, fez-se proprietário e diretor do Jornal de Petrópolis. Em 1938, foi nomeado para o cargo de diretor do Museu Histórico de Petrópolis, sem ônus para a Prefeitura. Outra atividade em que se destacou foi o magistério, lecionando História Geral e do Brasil, Geografia e Ciências Físicas e Naturais em ginásios particulares e no Ginásio Estadual. Finalmente foi o grande organizador e diretor do Museu Imperial. Pertenceu ao IHG/SP, ao IGH/BA, à Sociedade de Geografia, à Sociedade Capistrano de Abreu, à Soc. Médica de Petrópolis, à Academia Petropolitana de Letras, ao IH/Petrópolis, do qual foi presidente. Em 25 de maio, de 1939, foi eleito sócio correspondente do IHGB. Passou a efetivo em 9 de julho de 1943. Foi autor de inúmeros livros, destacando-se os sobre a história do Império, do Museu Imperial e das coleções que o integram (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2015).</p>
Assis Chateaubriand	<p>Jornalista e empresário da imprensa, apoiou a Revolução de 1930, chegando a alistar-se nas tropas do general Waldomiro Lima, no Rio Grande do Sul. Em 1932, apoiou os paulistas e foi preso, mas se reaproximou de Vargas. Nas décadas de 1930 e 1940, consolidou um império de comunicação de abrangência nacional, os Diários e Emissoras Associados, incluindo dezenas de jornais e revistas, emissoras de rádio e, a partir de 1950, de televisão. Em 1945, apoiou a deposição do presidente e a candidatura de Eurico Gaspar Dutra (PSD). Em 1949, o repórter Samuel Wainer, dos Diários Associados, entrevistou Getúlio em São Borja. A entrevista a prática fez o lançamento da candidatura do ex-ditador ao Catete nas eleições do ano seguinte. Exerceu mandato de senador pelo PSD da Paraíba entre 1952 e 1955 (VARGAS, 2017, p. 458).</p>
Barão do Rio Branco	<p>José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi diplomata e historiador. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Era filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, um dos mais importantes estadistas do Império. Coursou o Colégio Pedro II, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, e formou-se em 1866 pela Faculdade do Recife. Foi encarregado, ao longo de sua atuação como diplomata e, posteriormente, como ministro das Relações Internacionais, da defesa do Brasil em várias questões arbitrais de fronteira, tendo obtido vitórias importantes</p>

	como na questão do Acre, no território das Missões, na questão do Amapá. Além da solução dos problemas de fronteira, Rio Branco lançou as bases de uma nova política internacional, adaptada às necessidades do Brasil moderno (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [200-a]).
Borges de Medeiros	Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1863 e tornou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Fixou residência em Cachoeira do Sul onde exerceu a advocacia e ingressou na militância política que logo o fez se tornar o chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Com a Proclamação da República foi nomeado delegado de polícia da cidade e, no ano seguinte, integrou a bancada gaúcha na Assembleia Nacional Constituinte. Com a Revolução Federalista, Borges de Medeiros, combatendo ao lado dos republicanos, conquistou a patente de tenente-coronel do exército. Em 1898, foi indicado por Júlio de Castilhos para sucedê-lo na chefia do governo estadual, cargo para o qual seria reeleito em 1902 ainda por indicação de Castilhos. Somente após a morte desse último, em 1903, Borges assumiu de forma definitiva a liderança do partido (BELOCH; ABREU, 2001).
Carlos Cavalcanti	[...] jornalista, professor, conferencista, crítico e historiador de arte, conservador do Museu de Arte do Ministério da Educação e Cultura, membro do Conselho Técnico de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som. Da Associação Internacional de Críticos de Arte. Coordenador do Dicionário Brasileiro de Artes Plásticas, publicado pelo Instituto Nacional do Livro. Publicou: Ensaio Sobre Arte (Pongetti, Rio de Janeiro, 1955), Os Mistérios da Pintura Moderna (Universidade de Cultura Popular, Rio de Janeiro, 1963), Arte e Sociedade (MEC, 1966), História das Artes (2 volumes) (PORTAL HISTÓRIA DO CEARÁ, c2015).
Carlos Lacerda	Ingressou no jornalismo em 1929. Simpatizante do comunismo, militou na ANL em 1935 e foi preso quando da decretação do estado de guerra, em outubro de 1937. A partir de 1939, renegou o credo vermelho. Elegeu-se vereador no Rio de Janeiro em 1947 pela UDN. Em 1949, fundou o jornal Tribuna da Imprensa, que no segundo governo Vargas se tornaria um dos principais porta-vozes da oposição udenista ao presidente. O atentado contra Lacerda em 5 de agosto de 1954, perpetrado por membros da guarda pessoal de Getúlio, deflagrou a crise final do governo (VARGAS, 2017).
Gustavo Barroso	Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, CE, em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 3 de dezembro de 1959. Filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso, cursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, bacharelando-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi redator do Jornal do Ceará de 1908 a 1909 e do Jornal do Commercio de 1911 a 1913, secretário do Interior e da Justiça do Ceará em 1914, diretor da revista Fon-Fon a partir de 1916, deputado federal pelo Ceará de 1915 a 1918, secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela de 1918 a 1919, inspetor escolar do Distrito Federal de 1919 a 1922, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, e secretário geral da Junta de Juriconsultos Americanos em 1927. Representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos, da Liga das Nações, e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal. Participou ativamente da Aliança Integralista Brasileira (AIB). Escreveu desde os 23 anos vários artigos, ensaios e livros em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Em 1923,

	<p>entrou para a Academia Brasileira de Letras como tesoureiro, depois exerceu os cargos de segundo e primeiro secretário e secretário-geral, de 1923 a 1959. Chegou a ser presidente da Academia em 1932, 1933, 1949 e 1950. Foi membro da Academia Portuguesa da História, da Academia das Ciências de Lisboa, da Royal Society of Literature de Londres, da Academia de Belas Artes de Portugal, da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Numismática da Bélgica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e das Sociedades de Geografia de Lisboa e de Lima (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016).</p>
Gustavo Capanema	<p>Aderiu à Aliança Liberal. Foi oficial de gabinete do governador Olegário Maciel; depois, secretário de Interior e Justiça. Atuou como principal intermediador entre Vargas e Olegário Maciel e desempenhou importante papel nas negociações do Acordo Mineiro. Ajudou na formação do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Com o falecimento de Olegário Maciel, assumiu, interinamente, o cargo de interventor federal. Virgílio de Mello Franco lançou-se na disputa sucessória. Não só as forças políticas participaram deste embate, mas também líderes de reconhecida projeção nacional, como Oswaldo Aranha e Flores da Cunha. Vargas optou por uma solução inesperada com a escolha de Benedito Valadares. Capanema retirou-se Pitangui. Em 1934, foi nomeado para a pasta de Educação e Saúde Pública, na qual permaneceu até o final do Estado Novo. Em 1945, elegeu-se pelo PSD mineiro à Assembleia Constituinte, como deputado federal. Renovou o mandato em 1951, tornando-se líder do governo na Câmara até 1954 (VARGAS, 2017).</p>
Herman Lima	<p>Seu pai, Antônio da Silva Lima, era de família sertaneja da região do Aracati; e sua mãe, Julieta Demarteau de Castro Lima, belga. Inicialmente, trabalhou como auxiliar de fotógrafo e, posteriormente, como feitor da rodovia em construção, que ligava o porto de Aracati aos sertões do Jaguaribe. De volta a Fortaleza, foi funcionário da Delegacia Fiscal. Neste posto, em 1922, transferiu-se para Salvador, onde diplomou-se em medicina e seguiu para clinicar no distrito diamantino de Lençóis, interior da Bahia. De suas experiências em Lençóis, escreveu Garimpos (1930), coletânea de contos, que posteriormente foi traduzida para o espanhol por Benjamin Garay. Em seguida, rumou para o Rio de Janeiro, então capital federal. Ali, foi auxiliar da Presidência da República entre 1933 e 1937, assumindo logo em seguida a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres. De volta ao Rio, em 1940, dedicou-se com afinco ao estudo da caricatura no Brasil, da qual já era meticoloso colecionador desde tenra idade. Dessa pesquisa resultou uma obra em quatro volumes que é até hoje uma referência-chave no assunto. Foi um dos principais biógrafos de Cândido Aragonez de Faria.</p> <p>Lima traduziu vários autores, predominantemente do francês e do inglês. Também publicou livros de memória que, em geral, evocam seus tempos de juventude no Ceará e são marcados por um profundo senso de paisagem, nostalgia, aspectos etnológicos e certo pendor para a anedota.</p> <p>Na literatura, começou a publicar artigos e charges na imprensa de Fortaleza sob o incentivo de Gustavo Barroso, ao final da década de 1910. Entre suas obras mais conhecidas, figuram Tigipió (1924), contos, seu livro de estréia, que mereceu menção honrosa da Academia Brasileira de Letras e teve o conto título adaptado para o cinema em 1986; Variações Sobre o Conto (1952), crítica literária; Imagens do Ceará (1958) e Poeira do Tempo (1967), memórias; e História da Caricatura no Brasil (em 4 vols.), história e crítica de arte (HERMAN..., 2019).</p>

Jean Baptiste Binot	<p>Membro da Sociedade Imperial e Centro de Horticultura de Paris, correspondente de inúmeros estabelecimentos de agricultura e horticultura da França, chegou ao Brasil em 1836, em luto pela morte de sua única filha. Primeiro instalou-se em Niterói e posteriormente mudou-se para Petrópolis.</p> <p>Floricultor e agricultor, sendo dos primeiros foreiros a receberem terras em Petrópolis, cuja colonização assistiu e colaborou. Em 1848, adquiriu uma propriedade em Petrópolis no Quarteirão de Nassau, onde instalou sua primeira chácara de plantas com exemplares raros e bem cuidados. Mais tarde adquiriu terrenos do Retiro, plantando em grande escala beterrabas, aspargos, alcachofras, videiras de Portugal, Espanha, França e outras árvores frutíferas da Europa.</p> <p>Em 1854 firmou contrato com a Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis para o trabalho de ajardinamento do Palácio Imperial, onde a Superintendência ficou responsável pelo pagamento mensal dos trabalhadores mais a quantia de oitenta mil réis.</p> <p>O projeto foi elaborado, sob a orientação pessoal do imperador, com uma variada vegetação, com plantas exóticas (como bananeiras e árvores de incenso de Madagascar) e árvores da flora nacional, sempre apresentando uma preciosa seleção de flores. Também preocupado com o caráter humanístico dos jardins imperiais, acrescentou estatuetas da mitologia grega, repuxos e fontes.</p> <p>Desta execução do projeto dos jardins do Palácio Imperial, nasceu um estreito relacionamento entre Binot e D. Pedro II, o que fez com que este último tornasse o padrinho de seu filho Pedro Maria Binot.</p> <p>Em 1857 escreveu para 'O Paraíba' uma interessante série de crônicas relativas à colônia, na ocasião em que era elevada a cidade. Foi premiado com a medalha de ouro na exposição de Antuérpia (1885) e Primeiro Prêmio na Exposição Universal de Paris (1889) pelo seu artigo 'Da agricultura e da horticultura em suas aplicações a Petrópolis'.</p> <p>Concorreu a todas as exposições horticolas e de flores realizadas no Palácio de Cristal, obtendo sempre honrosas classificações com seus produtos. (JEAN..., 2020).</p>
João Alberto Lins de Barros	<p>Participou dos movimentos militares de 1922 e 1924, inclusive como um dos componentes da Coluna Prestes-Miguel Costa. Na campanha presidencial, apoiou Getúlio Vargas. Tentou, junto a Prestes, retardar o lançamento do manifesto rompendo com a Aliança Liberal. Salvou-se do desastre de avião no qual morreu Siqueira Campos. Lutou no 3 de outubro. Como representante de Vargas integrou o grupo enviado à capital paulista para buscar uma solução na reorganização do poder estadual. Foi nomeado delegado militar da Revolução e, posteriormente, interventor federal em São Paulo, onde permaneceu até 1931. Nomeado, em 1932, chefe de polícia do Distrito Federal, em 1933 deixou o cargo para concorrer à Assembleia Nacional Constituinte, pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Em 1935, conquistou uma cadeira na Assembleia Constituinte de Pernambuco. Negocia, nos Estados Unidos, a possibilidade de fomento das exportações de café. De 1936 a 1938, continuou no exercício de atividades diplomáticas como encarregado de negócios na Argentina e representante do Brasil na Liga das Nações. Entre 1941 e 1942, foi embaixador do Brasil no Canadá. Em março</p>

	de 1945 assumiu a chefia de Polícia do Distrito Federal, mas por sua oposição ao movimento queremista foi substituído por Benjamin Vargas no cargo. Em 1947 elegeu-se vereador pelo PTB (VARGAS, 2017, p. 463).
João Neves da Fontoura	João Neves da Fontoura, advogado e político nascido em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, em 16 de novembro de 1887. Filho do Coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Adalgisa Godoy da Fontoura, foi colega de Getúlio na Faculdade de Direito de Porto Alegre, também participou da redação de O Debate e o sucedeu na promotoria (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [200-b]).
João Pessoa	João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba, em 1878. Era sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa e sobrinho-neto do barão de Lucena. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Recife em 1904. Cinco anos depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como advogado no Ministério da Fazenda e na Marinha. Em 1919 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). Na década de 1920, atuou como juiz nos processos movidos contra os envolvidos nos levantes tenentistas, destacando-se pelo rigor contra os acusados. Em 1928, elegeu-se presidente do estado da Paraíba (BELOCH; ABREU, 2001).
Joaquim Francisco de Assis Brasil	Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 1857, foi cunhado de Júlio de Castilhos, advogado, político e diplomata. Deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891, foi responsável, também, por assegurar ao Brasil o Estado do Acre, quando assinou, junto com o Barão do Rio Branco, o tratado de Petrópolis (BRASIL, 2016).
José Maria Whitaker	José Maria Whitaker nasceu em São Paulo, em 1878. Advogado, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1896. [...] Em dezembro de 1920 assumiu, a convite do presidente Epitácio Pessoa, a presidência do Banco do Brasil, onde desenvolveu uma gestão marcada pela austeridade administrativa, responsável pela recuperação econômica do órgão. [...] Ligado ao Partido Democrático de São Paulo (PD), assumiu o Ministério da Fazenda imediatamente após a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, em novembro de 1930. A grave crise econômica mundial então vivida, que atingia duramente o setor cafeeiro, fez com que Whitaker abrisse mão, em parte, de suas convicções liberais e não intervencionistas e aceitasse promover a compra de estoques excedentes de café. Mesmo assim, sua política de contenção dos gastos públicos acabou por fazê-lo alvo de críticas dos cafeicultores paulistas, que o acusavam, junto com o secretário de Fazenda do governo paulista, Numa de Oliveira, de favorecer os banqueiros em detrimento da lavoura. Pressionado, deixou o ministério em novembro de 1931. No ano seguinte, teve modesta participação no movimento armado promovido pelas forças políticas paulistas em torno da bandeira da reconstitucionalização do país. A pequena dimensão de seu envolvimento no levante paulista, bem como o seu grande prestígio nos meios econômicos, livraram-no das represálias e perseguições sofridas pelos líderes constitucionalistas após a derrota do movimento, em outubro de 1932. Em seguida, retirou-se da vida pública e, durante muitos anos, dedicou-se exclusivamente aos seus negócios privados. Retornou ao Ministério da Fazenda por um curto período, entre abril e novembro de 1955, durante o governo do presidente Café Filho.

	Morreu em São Paulo, em 1970. (JOSÉ..., 2001)
Julio Frederico Koeler	<p>Júlio Frederico Koeler, ou Julius Friedrich Koeler, (Mogúncia, Grão Ducado de Hessen - Darmstadt, Alemanha, 16 de junho de 1804 – Petrópolis, 1847) foi um militar e engenheiro teuto-brasileiro.</p> <p>Tendo recebido educação militar em sua terra natal, emigrou para o Brasil em 1828 para fazer parte do Corpo de Estrangeiros, sendo incorporado na arma de Engenharia do Exército Imperial, com a patente de primeiro tenente. Com a devida licença eclesiástica por ser membro da Igreja Luterana, casou-se em 24 de fevereiro de 1830 com D. Maria do Carmo Rebelo de Lamare, de cuja união veio o filho Rodrigo. Este detalhe sobre o casamento do Major Koeler reflete uma situação muito mais abrangente pois com a entrada dos primeiros imigrantes alemães (católicos e protestantes) no Brasil a partir de 1824, o casamento entre protestantes, e o casamento inter-religioso, e inclusive o estado legal dos filhos destas uniões não recebiam reconhecimento legitimização oficial por parte do Estado Brasileiro; sendo que somente em 1861, por insistência de chefes de estados germânicos foi lavrado decreto que reconhecendo os casamentos formalizados por pastores luteranos devidamente registrados - permanecendo porém sem resolução uma variedade de problemas decorrentes; os quais somente viriam a ser sanados finalmente em 1889 quando ocorreu a separação formal entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado do Brasil.</p> <p>Quando o governo brasileiro decidiu afastar os batalhões estrangeiros a serviço do império, Koeler solicitou sua naturalização e a aguardou na condição de engenheiro civil a serviço da província do Rio de Janeiro. Em 1833 foi reincorporado ao exército, dentro do qual chegaria ao posto de major, participando de diversos projetos importantes, como a estrada que ligava Niteroi ao norte da província e a ferrovia da Serra da Estrela.</p> <p>Juntamente com o mordomo da Casa Imperial (equivalente ao Chefe da Casa Civil atual), Paulo Barbosa da Silva, foi responsável pela criação da cidade de Petrópolis, primeiro povoamento planejado do Brasil.</p> <p>Júlio Frederico Köeler viveu muito pouco em Petrópolis para acompanhar a execução do seu plano urbanístico. No dia 21 de novembro de 1847, um domingo, Köeler havia convidado alguns amigos para um almoço em sua chácara onde hoje se localiza o bairro do Valparaíso. Após o almoço haveria uma prova de tiro ao alvo. Köeler dispara primeiro e quase acerta o centro do alvo, enquanto corre para ver de perto o seu feito, um amigo que nunca havia usado uma arma de fogo empolga-se e resolve atirar também. Köeler já estava voltando, desviando da linha de tiro do amigo, mas acabou sendo atingido quase à queima-roupa pela bala do seu amigo desastrado. Socorrido, Köeler não resistiu aos ferimentos vindo a falecer por volta da nove horas da noite. Antes porém, assinou seu testamento nomeando como um dos testamenteiros o amigo que o matara por acidente. (JULIO..., 2014)</p>
Júlio Prates de Castilhos	"Castilhos, nascido em Cruz Alta, zona das serras gaúchas, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, havia sido o principal redator do jornal A Federação, combativo órgão da propaganda republicana local na chamada fase heróica do movimento. Gago, baixinho, atormentado pelas cicatrizes da varíola que lhe haviam devastado o rosto na infância, Castilhos era um orador medíocre, mas um demônio diante de uma folha de papel em branco. Seus artigos, carregados de ironia e furor, fustigavam adversários e arrebatavam leitores. Entre estes

	<p>últimos, incluía-se Manuel Vargas, assinante compulsório de A Federação, o "alcorão partidário", como o jornal viria a ser definido, e cujos exemplares chegavam a Fazenda Triunfo sempre atrasados, em companhia da correspondência trazida na mala semanal dos correios de Porto Alegre até São Borja, distantes quase 600 quilômetros uma da outra" (LIRA NETO, 2012, p.37).</p>
Lourival Flores	<p>Lourival Fontes nasceu em Riachão do Dantas, em Sergipe, em 1899. Foi jornalista, colaborando em diversos jornais de Sergipe e da Bahia. Partidário da Aliança Liberal, ele apoiou o movimento revolucionário comandado por Getúlio Vargas.</p> <p>Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas Política e Hierarquia. Esta última, de tendência fascista, contou entre seus colaboradores, com Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Nomeado funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, foi indicado oficial de gabinete do prefeito e, em 1932, diretor da Secretaria do Gabinete da Prefeitura.</p> <p>Eleito representante dos usineiros sergipanos junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. Quando o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda, e depois no Departamento de Imprensa e Propaganda, Lourival Fontes permaneceu na direção até 1942. Em 1945 foi nomeado embaixador do México, exonerando-se com a deposição de Vargas.</p> <p>Em 1950, participou ativamente da campanha de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais. Vitorioso, Vargas nomeou-o para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, onde permaneceu até o desfecho da grave crise política que culminou no suicídio de Vargas em agosto de 1954. Naquele mesmo ano, elegeu-se senador por Sergipe, exercendo o mandato entre 1955 e 1963. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1967. (LOURIVAL..., 2001).</p>
Luís Carlos Prestes	<p>Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, em 1898. Coursou Engenharia na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1919, e, em 1922, ainda no Rio, participou de reuniões para o levante contra o governo federal que deu início às revoltas tenentistas. Foi transferido para o Rio Grande do Sul, mas comprometendo-se com o movimento revolucionário de 1924, para depor o presidente Artur Bernardes, licenciou-se do Exército. Em outubro, lideradas por Prestes, as guarnições do interior do Rio Grande do Sul se rebelaram, contando com o apoio das tropas comandadas por caudilhos gaúchos. Derrotados, os rebeldes rio-grandenses rumaram para o Paraná, onde encontraram, em abril de 1912, as forças paulistas e se unificaram. Por quase dois anos a Coluna Prestes percorreu o interior do Brasil, passando por 13 estados da federação, mas a inviabilidade da derrubada do governo federal acabou fazendo com que deixasse o território brasileiro em 1927, exilando-se na Bolívia. No mesmo ano, foi procurado pelo secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, que lhe propôs uma aliança política, rejeitada por Prestes. No final de 1928, transferiu-se para a Argentina, onde trabalhou como engenheiro. Nessa época, estudou o marxismo e aderiu ao socialismo, travando contato com importantes líderes comunistas. Foi persuadido por companheiros a aderir à campanha da Aliança Liberal, mas, após dois encontros com Getúlio Vargas em Porto Alegre, não chegou a um acordo. Com a derrota eleitoral de Vargas, em março de 1930, foi</p>

	<p>novamente procurado pelos líderes da Aliança, que dessa vez o convidaram a assumir a chefia militar do movimento contra Washington Luís, mas recusou por considerar que a ação não resultaria em nada mais que uma troca de oligarquias no poder. Em novembro de 1931, foi morar na União Soviética a convite do governo daquele país. Lá, trabalhou como engenheiro e dedicou-se ao estudo do marxismo-leninismo. Foi aceito, em agosto de 1934, como membro do PCB, com a ajuda dos soviéticos. Logo depois, participou de uma reunião em Moscou na qual ficou decidido promover uma revolução armada no Brasil, cabendo a Prestes dirigi-la. Assim, deixou a União Soviética com destino ao Brasil, acompanhado por Olga Benário, com quem se casara. Ao chegar ao Brasil, buscou restabelecer antigos contatos nos meios militares para desencadear a revolução e, em novembro de 1935, a insurreição teve início na cidade de Natal, logo seguida por guarnições do Exército em Recife e no Distrito Federal. O governo, contudo, controlou facilmente a situação e desencadeou violenta repressão aos grupos de oposição. Em março de 1936, Prestes e Olga Benário foram presos. Meses depois, Olga, grávida, foi entregue pelas autoridades brasileiras ao regime nazista da Alemanha, onde morreu executada. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, nascida em um campo de concentração nazista, acabou sendo resgatada por sua avó paterna, após intensa campanha internacional. Com a redemocratização do país em 1945, foi libertado, ao mesmo tempo em que o PCB conquistava a legalidade. Nesse momento, em nome da união nacional, aproximou-se de Vargas, que segundo ele deveria conduzir a reconstitucionalização do país, bem como o processo de sucessão presidencial. Nas eleições realizadas em dezembro daquele ano, após a deposição de Vargas, elegeu-se senador pelo Distrito Federal e participou, no ano seguinte, da elaboração da nova Constituição do país. No entanto, em 1947, o registro do partido foi cancelado e, no ano seguinte, seus parlamentares, entre eles Prestes, foram cassados. Voltou a viver na clandestinidade e, em 1950, negou-se a apoiar qualquer candidato nas eleições que reconduziram Vargas ao poder, sendo parte da oposição ao novo governo. No ano seguinte, apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek e voltou a apresentar-se publicamente, embora o partido continuasse na ilegalidade. No começo da década de 1960 deu apoio ao governo de João Goulart, a quem pressionava para que acelerasse a realização das chamadas reformas de base propostas pelo próprio presidente. Com o golpe militar de 1964 e a volta do país ao regime ditatorial, foi obrigado, mais uma vez, a viver na clandestinidade, deixando o país em 1971 e exilando-se na União Soviética. Voltou ao Brasil em 1979, com a anistia, mas as divergências no interior do PCB acabaram levando a sua saída do partido. Na década de 1980, orientou seus seguidores a ingressar no Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação liderada por Leonel Brizola. Morreu no Rio de Janeiro, em 1990 aos 92 anos de idade (LUIS..., 2001).</p>
Mário Barata	<p>Nasceu em 1921, no Rio de Janeiro, e foi um dos homens mais cultos que o Brasil já produziu. Jornalista, crítico de arte, professor de História da Arte, estudou Museologia, Ciências Sociais, História e Direito em seu estado natal. Licenciou-se em Letras e História da Arte na Sorbonne, diplomando-se, ainda, em Ciências Políticas da Universidade de Paris. Foi catedrático, por concurso, de História da Arte, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrou o Conselho do Museu de Arte de São Paulo. Foi professor em diversas universidades no Brasil e no exterior. Membro do júri Internacional da IIª Bienal de Paris e dos júris</p>

	<p>nacionais da Bienal de São Paulo e Salão Nacional de Arte Moderna do Rio. Foi assessor para as artes na I Conferência Geral da Unesco, em 1945, em Paris. Em 1949, organizou no Rio e em São Paulo a Seção Brasileira da Association Internationali des Critiques d'Art. Participou de colóquios internacionais na Universidade de Harvard, em 1968. Proferia palestras em português, espanhol, francês e inglês com grande desenvoltura. Mário Barata teve intensa atividade jornalística. Lançou o Programa Crítica de Arte na Rádio Ministério da Educação e Cultura. Foi colaborador efetivo do Hand-book of Latin American Studies e da Biblioteca do Congresso, em Washington, nos Estados Unidos. Escreveu muitos livros sobre artes plásticas, destacando-se A escultura de origem negra no Brasil (1957) e Razões de ser e a importância da arte moderna (1958). Produziu centenas de textos sobre artistas brasileiros. Mario Barata nos deixa aos 86 anos, ainda ativo e brilhante, na mesma cidade onde nasceu (BARATA, 2007).</p>
Mário de Andrade	<p>Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em São Paulo, em 1893. Fez os seus primeiros estudos em sua cidade natal, formando-se em piano em 1917 pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Ainda em 1917 estreou na vida literária com o volume de versos na linha parnasiana Há uma gota de sangue em cada poema. Tornou-se crítico de arte em vários jornais e revistas paulistas.</p> <p>Em 1922, foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. Naquele mesmo ano escreveu Paulicéia Desvairada, um dos principais livros do modernismo. Foi o primeiro a usar sistematicamente o verso livre no Brasil. De 1922 a 1945, tornou-se a figura mais completa e representativa das letras brasileiras. Musicista, dirigiu seus estudos para pesquisas de nacionalização da música brasileira. De 1928 a 1929 realizou várias viagens para o interior do país. Dedicou-se às críticas e às pesquisas folclóricas, principalmente musicais. Em 1928 escreveu, Ensaio sobre música brasileira e a rapsódia Macunaíma, herói sem caráter.</p> <p>Em 1935, fundou, juntamente com Paulo Duarte, o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, órgão que exerceria larga influência na democratização da cultura e do qual foi o primeiro diretor. No ano seguinte, Mário e Paulo Duarte elaboraram um projeto de lei que dispunha sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. Em 1937, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo; criou também os primeiros parques infantis e a discoteca pública de São Paulo. Organizou o Congresso de Língua Nacional Cantada, que fixou a pronúncia padrão usada no teatro dramático e no canto do Brasil.</p> <p>Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1938, para dirigir o Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal e ocupar a cátedra de história e filosofia da arte. Em 1942, junto com outros intelectuais contrários ao regime ditatorial do Estado Novo, fundou a Associação Brasileira de Escritores (ABRE), entidade que lutou pela redemocratização do país.</p> <p>De sua vasta obra, merecem destaque, além dos trabalhos já citados, A escrava que não é Isaura (1925), Amar, verbo intransitivo, (1927), Cultura musical (1936), Pequena história da música (1942) e O movimento modernista (1942).</p> <p>Faleceu em São Paulo, em 1945. (MARIO..., 2001)</p>

Olegário Maciel	Em 1922 era vice-presidente de Minas; após a morte do governador Raul Soares assumiu a presidência do estado, cargo para o qual fora eleito em setembro de 1930. Por sua participação no processo revolucionário, manteve-se no cargo. Em 1932m endossou o movimento pela reconstitucionalização do país, mas manifestou ser “dever do povo mineiro apoiar com firmeza o governo originário da Revolução”. No início da revolta paulista, manteve-se indeciso, mas participou enviando tropas mineiras para o sul do estado para conter o avanço dos paulistas. Em 1933, fundou o Partido Progressista Mineiro (PPM) (VARGAS, 2017, p. 478).
Olga Benário	"Uma jovem comunista alemã de origem judaica, versada em línguas e que, entre outras atividades, ganhara experiência no setor de inteligência militar do Exército Vermelho" (FAUSTO, 2017, p. 74).
Plínio Salgado	Apoiou a candidatura de Júlio Prestes. Passou um mês na Itália observando a experiência fascista, encontrando-se, inclusive, com Benito Mussolini. Em 1932, divulgou, em São Paulo, o Manifesto de Outubro, que marcou a fundação oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB). De 1932 a 1934, dedicou-se à organização nacional da AIB. Foi eleito chefe nacional no Congresso de Vitória. Lançou-se candidato à presidência da República em 1937. Com a implantação do Estado Novo e a proibição da existência da AIB, assumiu os riscos de um levante armado contra Vargas. A primeira tentativa foi um começo de ação na Marinha. A segunda, o ataque ao Palácio Guanabara. Salgado não foi imediatamente detido, ficando em São Paulo sob a proteção do interventor Adhemar de Barros. Preso em maio de 1939, no mês seguinte exilou-se em Portugal. Em 1945, retornou ao Brasil. Candidatou-se a presidente da República em 1955 pelo PRP (VARGAS, 2017).
Rodolfo Garcia	Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu em Ceará Mirim, RN, no dia 25 de maio de 1873. Filho de Augusto Carlos de Amorim Garcia e de Maria Augusta de Amorim Garcia, faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de novembro de 1949. Pretendendo seguir carreira militar, cursou o Colégio Militar do Ceará e a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, de onde foi desligado. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, saindo bacharel em 1908. Em Pernambuco lecionou História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Fez sua estreia com o ensaio "Nomes de aves em língua tupi", em 1913, e editou o Dicionário de Brasileirismos. Na década de 1910 radicou-se no Rio de Janeiro e passou a colaborar em vários jornais, revistas e boletins publicados por instituições culturais. Em 8 de dezembro de 1930 assumiu a direção do Museu Histórico Nacional, substituindo Gustavo Barroso que havia sido demitido do cargo por motivos políticos. Criou, em 1932, o Curso de Museus, no MHN. Dois anos mais tarde deixou o cargo e foi imediatamente indicado para assumir a direção da Biblioteca Nacional, em novembro de 1932. Rodolfo Garcia foi recebido como membro da Academia Brasileira de Letras em 13 de abril de 1935 e benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 9 de julho de 1943 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016).
Rodrigo Melo Franco de Andrade	Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais em 1898. Advogado, jornalista e escritor, formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da Revista do Brasil.

	<p>Chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, foi o principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. Morreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1969. (RODRIGO..., 2001).</p>
Venâncio Filho	<p>Francisco Venâncio Filho nasceu na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1894. Era filho de Francisco Venâncio e Dona Antônia Gomes Venâncio.</p> <p>Iniciou o curso primário na Escola Alemã, concluindo-o no antigo Externato Aquino desta Capital, onde bacharelou-se em ciências e letras, em 1910.</p> <p>Foi sobretudo um educador. Não simplesmente professor, na acepção de transmissor de conhecimentos. Preocupava-se com os problemas de cada discípulo individualmente, observando-lhe o progresso, tirando-lhe dúvidas, aconselhando-o.</p> <p>A despeito de ter sido engenheiro civil, pois diplomou-se em 1916 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Professor Venâncio Filho orientou os seus estudos e toda a sua vida para os problemas educacionais. Em 1924 foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação, da qual foi presidente por diversas vezes o membro do Conselho Diretor.</p> <p>Além do magistério preocupou-se com a literatura pedagógica, escrevendo monografias e livros, colaborando em revistas e jornais.</p> <p>Exerceu a livre docência no Colégio Pedro II de junho de 1920 a dezembro de 1937, e as cátedras de Ciências Naturais e História da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, conquistada em concurso, em dezembro de 1942. Desse Instituto foi diretor em 1945.</p> <p>O falecimento ocorreu no dia 12 de agosto de 1946, na cidade de São Paulo, quando se dirigia para São José do Rio Pardo, a fim de participar da semana Euclidiana. Na véspera pronunciara, no Colégio Rio Branco, na capital de São Paulo, a primeira de uma série de conferências sobre o autor de "Os Sertões". (FRANCISCO..., c2021)</p>